

HILTON BARROS COELHO

**'AUTHORIDADES' E 'ANARCHISTAS' NO 'IMPÉRIO DA DESORDEM':
conflitos e reconfigurações do poder dominante na Bahia da guerra à
consolidação da Independência**

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em
Ciências Sociais na Pós-Graduação em História da Universidade
Federal da Bahia.

Área de Concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Cláudio de Castro e
Silva

SALVADOR-BAHIA
2004

MESTRADO EM HISTÓRIA
FCH - UFB
BIBLIOTECA
N.º do TOMBO 11687

HILTON BARROS COELHO

'AUTHORIDADES' E 'ANARCHISTAS' NO 'IMPÉRIO DA DESORDEM':
conflitos e reconfigurações do poder dominante na Bahia da guerra à
consolidação da Independência

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Social ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia.

Área de Concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Cândido da Costa e Silva

SALVADOR-BAHIA
2004

*Ao Sentinela da Liberdade, Cipriano Barata,
que sintetizou como ninguém os valores mais subversivos
do seu momento histórico*

*A meus pais, Altamir e Ivonilde,
que ao contemplar torna-se impossível
desconhecer o significado do valor coragem.*

*A lacy, que me fez e me faz reolhar com paixão,
toda e em particular a minha própria história.*

AGRADECIMENTOS

A D. Iraci, que para muito além da formalidade, me presenteou com a imensa riqueza da sua amizade.

A minha família, e, em particular, as irmãs Jussana e Selma, a todo instante um porto seguro.

A amiga Ednice, sempre me inspirando nos momentos em que os princípios devem mostrar todos os seus contornos.

Aos companheiros João Dantas, Hamilton, Franklin, Pedro, Jorge, César, Eliziário e tantos outros que souberam entender este trabalho como mais do que uma realização individual.

A Kátia Vinhático, por quem passei a cultivar um imenso carinho pessoal e respeito acadêmico em mesma dimensão.

Ao meu orientador Cândido da Costa e Silva e a sua surpreendente capacidade de fazer mesmo das críticas um amparo.

A Maurício, Patrocínio, Wendel, Patrícia, Dénisson, Daniela, Luciana, Flávio, Fabiano, Sandro, Simarone, Kleber, Val e Vera, irmãos que a vida me permitiu escolher.

A Renata, Cicinha e Lílian, que me ajudaram na pesquisa.

A Marina, da Biblioteca do Mestrado, pela atenção dispensada durante todo o período de elaboração desta dissertação.

'AUTHORIDADES' E 'ANARCHISTAS' NO 'IMPÉRIO DA DESORDEM': conflitos e reconfigurações do poder dominante na Bahia da guerra à consolidação da Independência

Autor: HILTON BARROS COELHO

Orientador: PROF. DR. CÂNDIDO DA COSTA E SILVA

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar a trajetória da política na Bahia nos anos entre a guerra de Independência e o início do período regencial, evidenciando os impactos das transformações gestadas nesta trajetória, particularmente sobre a configuração do sujeito dominante da província, dando destaque às relações entre os senhores da produção açucareira e os grandes comerciantes portugueses sob forte pressão do liberalismo radical e da lusofobia. O período anterior e, em especial, o transcorrer do conflito bélico de 1822/23, se constitui num momento em que buscou-se caracterizar as relações internas ao referido sujeito dominante, deste com os setores mais oprimidos da sociedade baiana e, por fim, com o poder central sediado no Rio de Janeiro, em um quadro preliminar de construção do Estado nacional.

Fez-se também uma reflexão sobre um campo popular no qual durante o Primeiro Reinado interagiram os grupos sociais mais desprivilegiados e um segmento – os liberais radicais - marcado por suas diferenças, tanto políticas como ideológicas com os poderosos da província, tendo como marco histórico inicial de evidenciação destas diferenças a conspiração de 1798. Na fase última, buscou-se um entendimento destes poderosos sobre as situações de maior expressão das crises políticas, bem como das conseqüências que trariam. As fontes que centralmente serviram de base para o estudo estão disponibilizadas no Arquivo Público do Estado da Bahia e resultam de posicionamentos que se apresentaram nos espaços institucionais do poder político ou em documentos que marcaram uma visão particular de grupos em sublevação ou em resistência a ela.

Palavras-chave: Brasil, Bahia, Independência, Poder, Política.

SUMÁRIO

Resumo.....	5
1. INTRODUÇÃO.....	7
2. CONCEITOS E OLHARES SOBRE OS GRUPOS DOMINANTES DA BAHIA ..	11
2.1 Portugueses e o grande comércio da Bahia	13
2.1.1 Portos abertos, portas fechadas.....	13
2.1.2 O poder do porto	15
2.1.3 Grupos dominantes e referencial teórico.....	18
2.1.4 Os comerciantes, militares e o constitucionalismo luso.....	21
2.1.5 As fissuras do bloco dominante.....	23
2.2 O Grupo Senhorial	28
2.2.1 A sociedade dos senhores.....	28
2.2.2 Um Conselho de guerra	29
2.2.3 As primeiras medidas pela "ordem unida"	32
2.2.4 Para além do regular: os religiosos a serviço da guerra	36
2.2.5 Guerra contra Portugal, auto-afirmação diante do Rio: conflito e queda de Labatut.....	39
3. LEITORES REBELDES, BLOCO DOMINANTE E CAMPO POPULAR.....	53
3.1 De onde vinham os rebeldes.....	53
3.2 A tradição da escrita subversiva na Bahia.....	63
3.3 A cidade da "Bahia Exaltada".....	67
3.4 Liberdade escrava e soberania popular: as ideologias suspeitas	74
3.5 Independência, constitucionalismo e a questão lusa aos olhos dos "exaltados".....	76
3.6 Liberalismo radical e "lusofobia".....	80
4. O PODER DOMINANTE: VIVÊNCIAS E REORDENAÇÕES	90
4.1 Um governo "para toda Província"?	90
4.2 O olhar das "authoridades" para as possibilidades de retrocessos na Independência e a construção do Estado nacional	93
4.3 O protesto do grupo senhorial	98
4.4 Consolidação da Independência, reconfigurações do poder dominante	103
5. CONCLUSÃO	112
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

1. INTRODUÇÃO

Pretendemos, com este trabalho, contribuir para a reflexão sobre o transcorrer da política na Bahia entre o confronto bélico de meados de 1822 e o início das regências em 1831, tendo como foco de análise as transformações vividas pelos grupos dominantes da província neste período.

A motivação para a análise dos grupos sociais que centralizavam o poder na Bahia partiu da constatação de que, apesar da historiografia já ter dedicado significativa atenção à dimensão da vida política da província, a reflexão sobre como impactaram especificamente nos referidos grupos as acirradas disputas que se processaram no período indicado, ainda apresenta grandes insuficiências.

A opção pelos marcos temporais acima colocados foi feita a partir do entendimento de que se o tema da caracterização e reconfigurações dos grupos dominantes não ganhou centralidade nos numerosos estudos sobre a Bahia da primeira metade do século XIX, esta lacuna é ainda mais expressiva no período entre a guerra de independência e o I Reinado, contrastando, destaque-se, com sua flagrante importância.

O entendimento de que estas transformações jamais poderiam ser pensadas fora dos conflitos que envolveram os grupos em foco levou-nos a desenvolver nossa análise considerando o grande significado de uma dinâmica de contraposição a eles realizada por um sujeito político e ideológico que, mesmo marcado por indefinições, colocou-se sempre presente e incidente durante toda a trajetória aqui tratada: os liberais radicais. Antes mesmo da polêmica sobre a independência apresentar-se de maneira vigorosa para os mais diversos segmentos sociais, os chamados “anarchistas” já eram tidos pelas “authoridades” ligadas diretamente ao poder colonial como promotores da desordem; no período que nos dispusemos a tratar, este antagonismo mostrará uma energia impressionante .

Momento fulcral para alicerçar as idéias postas neste texto, a guerra de Independência assim se constituiu por colocar-se como palco de um duplo movimento, decisivo para a compreensão das redefinições dos segmentos mais poderosos concentrados em Salvador e Recôncavo. Por um lado, o tensionamento exercido pelos liberais radicais e, por outro, neste

momento certamente com decorrências mais profundas, a cisão interna ao próprio bloco dominante, que acabou dispondo em pólos diferenciados os barões do açúcar e os grandes comerciantes portugueses. A análise dos conflitos entre estes dois últimos grupos, ambos sujeitos fundamentais no exercício do poder dominante na província será, portanto, o tema principal do nosso Capítulo I. Como forma de amparar suas reflexões, iniciamos por discutir as formulações dos diversos autores sobre o sujeito dominante na Bahia, para, num segundo momento, estabelecer um diálogo entre estas e os elementos que nos foi possível captar a partir do contato com as fontes. Destas, serviram-nos especialmente as atas das sessões do Conselho Interino de Governo, assim como as correspondências expedidas e recebidas por sua secretaria. Após traçarmos uma breve avaliação das relações internas ao bloco dominante preliminares à guerra, passamos a discutir, referenciados nestas fontes, o papel do grupo senhorial na constituição e exercício do poder sediado no Recôncavo a partir de meados de 1822, a catalisação de um conjunto de energias sociais e políticas - inclusive de parte dos liberais radicais - vitoriosamente realizada por este, e, por fim, a prolongada e desgastante queda de braços que este grupo senhorial levou adiante contra o poder central, ali representado pelo general Labatut, na qual também acabou por sair vencedor. A conclusão deste capítulo terá como idéia central a indicação da inversão da principalidade do papel de condução do poder dominante na província, que, antes posta para os grandes comerciantes portugueses, será transferida para o grupo senhorial, impondo um conjunto de decorrências para a afirmação deste mesmo poder.

O Capítulo II será o início de nossa reflexão sobre a afirmação acima citada. Dedicamos esta parte à tentativa de traçar um perfil do sujeito político que, mesmo marcado por desencontros e uma grande fluidez, terá um significado marcante de contraponto aos poderosos da província, o qual denominamos de "campo popular". Configurado a partir da rejeição à posição ambígua dos dominantes no que se refere ao afastamento de qualquer possibilidade de retrocessos na independência - ambiguidade forjada a partir da tentativa de preservação do segmento lusitano de maior importância econômica para a província -, este difuso campo será por nós tratado através da análise da trajetória de um segmento de leitores rebeldes - que no pós-2 de Julho dariam origem ao liberalismo radical baiano crescentemente identificado fora dos limites provinciais como grupo dos "exaltados" - que, por sua vez, estabeleceu uma relação de complementariedade com a lusofobia fortemente afirmada pelos setores mais oprimidos daquela sociedade, como resposta a um contexto sacudido pela polêmica da consolidação ou não da emancipação

brasileira, o conturbado I Reinado. As fontes por nós utilizadas serão principalmente as atas dos Conselhos de Província - que apesar da irregularidade de seu funcionamento, indubitavelmente foi o principal espaço utilizado pelas autoridades para contornar as diversas crises que despontaram no período-, de outros conselhos que representavam o poder local das vilas do Recôncavo e os documentos que de uma forma ou de outra expressavam o olhar dos grupos em disputa nos momentos de maior acirramento.

Por fim, considerando as fontes com as mesmas definições acima colocadas, o conteúdo do Capítulo III, no entanto, tratará da incidência deste conflituoso período na configuração do poder dominante, com destaque para o entendimento dos próprios dominadores - em particular do grupo senhorial - em relação aos episódios vividos, assim como o futuro da província.

Capítulo 1

2. CONCEITOS E OLHARES SOBRE OS GRUPOS DOMINANTES DA BAHIA

O objetivo principal deste trabalho é discutir o que foi o transcorrer da política na Bahia durante o I Reinado, com enfoque na questão de como isto incidiu sobre os grupos dominantes. Ou seja, contribuir para o aprofundamento da reflexão de como se deram e qual o significado para o segmento que centralizava o poder na província das transformações políticas vividas entre julho de 1823, com o fim da guerra, e as movimentações de 1831, que levaram à queda de D. Pedro I e à significativa perda de influência no nascente Estado brasileiro por parte do segmento lusitano. Assim, não poderíamos iniciá-lo sem explicitar o que entendemos como sendo estes grupos dominantes da província no período tratado. Na maior parte do desenvolvimento do texto, estarão pautadas as referidas transformações, portanto, dedicaremos este primeiro capítulo ao debate sobre como os grupos que exerciam poder na província estavam conformados na fase anterior ao 2 de Julho.

Já é possível considerar que se encontra com significativa densidade a pesquisa historiográfica voltada para a vida política baiana das três primeiras décadas dos oitocentos. Dentro dela, a caracterização dos grupos que centralizavam o poder na província deu origem a uma diversidade de formulações dos autores que se debruçaram sobre o tema.

Em sua definição de "camada social dominante", Dias Tavares indicará uma abrangente composição. Nela, estão figurados proprietários de escravos, engenhos, terras, canaviais, roças de

fumo, plantações de algodão, lavouras de mandioca e currais de gado do Sertão.¹

A formulação de Kátia Mattoso aponta um conjunto ainda mais extenso do que denominou como “grupos dominantes”. Pertenceriam a eles parte dos portugueses e seus descendentes, estabelecidos como negociantes, funcionários, oficiais e membros da alta hierarquia eclesiástica; um segmento brasileiro composto por proprietários de terras e altos funcionários; e, por fim, um terceiro também brasileiro, porém, de espectro bem mais largo, onde estavam contidos pequenos e médios proprietários, pequenos comerciantes, membros das profissões liberais, pequenos funcionários, quadros médios do exército e membros do baixo clero²

A maioria dos autores, no entanto, não reforçaria o entendimento de uma composição tão ampla como esta apresentada por Mattoso. Lina Aras define como subdivisões do “estrato dominante composto pelos homens brancos e proprietários” um total de três grupos. Num primeiro grupo, estariam antigos proprietários de terras, engenhos, gado e plantadores de cana; o segundo, seria o das famílias que tinham destaque na atividade comercial e, por fim, um terceiro daqueles que acabariam por ser aceitos nas esferas dos poderosos, por seu acúmulo de capitais e propriedades.³

Num período em que a sociedade estava constantemente dividida por confrontos motivados por diferentes interesses e olhares, não foram poucas as vezes em que os sujeitos que tiveram participação ativa nestes confrontos também buscaram definir o que eram seus aliados e adversários.

Nas vésperas do Levante dos Periquitos (1824), o então presidente da província, Francisco Vicente Viana, relacionaria aqueles que estariam ao lado de D. Pedro I. Eram eles “os cidadãos probos, os lavradores, negociantes e abastados capitalistas”; num segundo momento, faria uma

¹ Luis Henrique Dias Tavares, *O Levante dos Periquitos. Um episódio obscuro do Primeiro Império*, Salvador, Centro de Estudos Baianos, 1990, p.05.

² Kátia M. de Queirós Mattoso, *Bahia, Século XIX: uma Província do Império*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992, pp. 231-232.

³ Lina Maria Brandão de Aras, *A Santa Federação Imperial: Bahia 1831-1833*, São Paulo, USP, 1995, p. 52.

nova síntese dentro de um mesmo perfil, citando “proprietários desta província, capitalistas e agrícolas”.⁴

Por seu turno, os liberais radicais baianos também possuíam um desenho próprio sobre os poderosos, mergulhados obviamente numa perspectiva de contraposição. Para Barata, os dominadores estavam associados aos “grandes senhores de escravos e à Aristocracia” em geral.⁵ Aras observa que os aristocratas, no entendimento dos rebeldes federalistas de 1832, agrupavam grandes proprietários de terras, escravos, engenhos e gado”.⁶

A variedade de nomenclaturas não deve nublar o sentido do entendimento dos contemporâneos sobre a questão. Aqueles que controlavam capitais voltados ao financiamento da produção e exportação agrícola (com destaque para a articulação entre ingleses e portugueses), grandes comerciantes e proprietários de terras e escravos parecem estar num campo de referências que contemplava a sensibilidade tanto dos mantenedores como dos que questionavam a ordem na Bahia.

Porém, tentar captar elementos a partir de uma análise deste sujeito dominante em movimento pode ser a melhor forma de construirmos um debate que, indo além da constatação sobre sua composição, levante reflexões frutíferas sobre o significado do mesmo para a vida da província, assim como as decorrências das transformações que nele poderíamos verificar.

2.1 PORTUGUESES E O GRANDE COMÉRCIO DA BAHIA

2.1.1 Portos abertos, portas fechadas

Ao tratar da questão do comércio na Bahia dos séculos XVIII e XIX, Vilhena indica a formação, no início do XIX, de um pequeno segmento comercial nativo. Porém, não deixa de

⁴ João José Reis, “A Revolta do Povo Fardado: o motim do Batalhão dos Periquitos”, texto não publicado, p. 11.

⁵ Marco Morel, *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*, Salvador, Academia de Letras da Bahia/Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001, p. 353.

⁶ Aras, *A Santa Federação*, p. 199.

evidenciar a principalidade dos lusos na circulação de mercadorias na província.⁷ Esta principalidade aprofundar-se-á no transcorrer da década de 1810. A passagem da família real pela capitania acendeu as esperanças da volta a um passado onde a mesma figurava como o maior centro político e econômico da América portuguesa. Os comerciantes da cidade, particularmente, buscaram demonstrar os potenciais da Bahia evidenciando tanto sua localização estratégica como as riquezas que oferecia.⁸ Entre outros elementos, os limites do porto da cidade e, em particular, a extensão de sua baía - muito insegura para responder aos receios de D. João sobre uma possível tentativa de invasão francesa - levaram por água abaixo os sonhos dos poderosos da antiga sede do Governo Geral.

Sairia sem muita demora o futuro rei, deixando assinada a Lei da Abertura dos Portos, por demais suspeita aos grandes comerciantes aqui instalados, os quais, no entanto, não resistiram à novidade.

Mas se as definições de 1808 já trariam seus impactos, os Tratados de Aliança e de Comércio assinados em 1810 os aprofundaria, apresentando conseqüências ainda mais significativas para a ocupação de espaços onde se acumulavam os lucros da circulação de mercadorias. Estes momentos serão marcados por duas decorrências muito importantes para o futuro das relações econômicas do Brasil e, particularmente, da Bahia.

A primeira foi o fortalecimento do capital inglês enquanto agente financiador, particularmente do escoamento da produção açucareira, em associação com as grandes casas comerciais portuguesas. A segunda foi a asfixia vivida de maneira crescente por uma pequena fração comercial e industrial local que ainda ensaiava os seus primeiros passos, sendo, no entanto, incapaz de afirmar-se diante da intensa penetração dos produtos ingleses verificada com os referidos acordos.⁹ Em síntese, os sujeitos internos que sinalizavam um questionamento à preponderância dos portugueses enquanto agentes diretos das transações de financiamento da produção e circulação do açúcar, amargaram um significativo sufocamento.

⁷ Luís dos Santos Vilhena, *A Bahia no Século XVIII*, v. 1, Salvador, Editora Itapuã, 1069, p. 56.

⁸ Os grandes comerciantes da Bahia iriam inclusive ofertar ao regente os recursos para a construção de um palácio adequado ao estabelecimento da corte portuguesa. F. W. O. Morton, "The Conservative Revolution of Independence - economy, society and politics in Bahia - 1790-1840", Oxford University, Tese de Doutorado, 1974, p. 187

⁹ Cipriano chegará a explicitar críticas ao chamado período joanino, onde além de questões voltadas às medidas no campo político, evidencia as conseqüências bastante negativas para a colônia, a exemplo do aumento da carga tributária definido por D. João VI. Morel, *Cipriano Barata*, p. 91.

É por este motivo que, mesmo considerando que esta preponderância lusa avançará em associação com o capital inglês (o que faz deste último cada vez mais influente nos rumos da economia baiana), torna-se impossível negar a força dos comerciantes portugueses na vida econômica da província e, portanto, também não inclui-los entre os grupos mais privilegiados da mesma.

2.1.2 O poder do porto

Junto a esta importância econômica, a partir da "cidade-porto" e capital da província, também irradiava-se o expressivo significado político dos portugueses.

A região da riqueza em forma de canaviais estava muito longe de concentrar, em medida equivalente à Cidade da Bahia, os investimentos do Estado colonial. Caso emblemático na evidência disto foi a disputa travada entre os senhores de engenho - tendo como principal representante o marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, destacado produtor do Recôncavo e investidor do comércio de exportação - e o então governador da capitania, Conde dos Arcos em 1816. Neste ano, após a insurreição escrava que alarmou os proprietários da região açucareira, os mesmos buscaram aprovar a criação de uma força militar de oito companhias que os resguardassem de outros possíveis levantes.¹⁰

Apesar das iniciativas que chegaram até a corte do Rio de Janeiro, D. João VI não autorizaria a formação de uma só das várias companhias solicitadas. Permaneceriam então os senhores do Recôncavo com suas milícias e tropas de ordenança, encarregadas de zelar pela boa ordem em meio à expressiva população de cativos e chamadas a responder a demandas como o crescente banditismo que assolava as precárias vias interioranas da capitania.

Mas esta polêmica esteve muito distante de espelhar apenas uma divergência no campo militar.

¹⁰ Hendrik Kraay, *Soldiers, officers, and society: the army in Bahia, Brazil - 1808-1889*. Texas: Austin University, 1995, p. 27.

As motivações econômicas para isso parecem evidentes; era principalmente através do porto que a Coroa portuguesa controlava e organizava os saldos garantidos pela produção e fazia fluir para os seus cofres boa parte deles em forma de impostos. Porém, extrapolando esta dimensão econômica das relações, a opção da prioridade dos recursos governamentais para as demandas da Cidade da Bahia, refletia também objetivos políticos da metrópole. Resguardar-se contra o sentimento de autonomia que porventura pudesse passar a seduzir os grupos locais mais privilegiados - atitude crescentemente legitimada pelo advento das guerras de independência que fragmentaram a América espanhola a partir da segunda década do século XIX -, colocava-se como uma decorrência óbvia para que a realização destas motivações não fossem inviabilizadas. Anos mais tarde, em agosto de 1822 – portanto, já em meio à guerra de independência – o redator do jornal pró-Portugal “Sentinella Bahiense”, o português Joaquim José da Silva Maia, indicaria claramente a leitura política do Conde dos Arcos sobre o episódio. Remontando a este último para apontar uma suposta contradição dos senhores de engenho do Recôncavo, que em 1816 pediram a criação das companhias militares com o objetivo de controlar a escravaria e em 1822, diziam que as tropas portuguesas eram desnecessárias para o mesmo fim, o panfletário observa:

Logo, devo concluir, *como o Conde dos Arcos*, que aqueles senhores tinham em vista [em 1816], na criação do corpo de 2000 pedestres, não conter os negros, *mas aclamarem a independência*;¹¹ tanto mais se aumentam as minhas presunções a este respeito, quando considera que daí a um ano houve a expulsão Pernambucana.¹²

Esta era uma das razões pelas quais o Recôncavo, espaço onde se concentravam os abastados, mas em sua maioria nativos senhores de engenho, não poderia acumular significativas reservas de poder político-militar; no mesmo sentido que o grande comércio, parte mais lucrativa do empreendimento agroexportador, deveria estar sobretudo sob o controle de portugueses. Assim, a canalização dos investimentos para a "cidade-porto" e o relativo “desprivilegio” da

¹¹ Os grifos são nossos.

¹² Jornal “Sentinella Bahiense”, número 8, página 2, 21/08/1822, citado por Consuelo Ponde Sena, *A imprensa reacionária na Independência. Sentinella Bahiense*, Salvador, Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1983, p. 26.

região açucareira - se comparado a esta cidade - apresentava-se em perfeita coerência com os objetivos de reprodução da situação colonial.

Como frisamos acima, já encontra grande expressão entre os autores que, direta ou indiretamente se debruçaram sobre o tema, a idéia de que o grande comércio e a atividade da produção açucareira constituíam-se em etapas complementares de uma mesma economia agroexportadora.¹³ Esta situação garantia fortes laços - freqüentemente traduzidos em ligações familiares - entre senhores de engenho e os comerciantes mais abastados concentrados na cidade da Bahia.

Esta conclusão foi importante para a historiografia, pois contribuiu de maneira significativa para o questionamento à noção que transformava a luta pela independência em um momento de conflito entre poderosos grupos nativos que defendiam as conquistas de certa autonomia constituída em 1808 e 1815, contra as motivações recolonizadoras de Portugal.

No entanto, se tal equívoco de simplificação deve ser evitado, este não pode ser substituído por um outro que, ao afirmar o significado de tais laços, chega aos limites de quase transformar os grupos senhorial e do grande comércio numa espécie de todo homogêneo no período anterior ao conflito; correndo-se neste sentido o risco de realizar uma nova simplificação, desta vez não pela polarização, mas sim por um olhar que concebe de maneira excessiva os níveis de identidade entre os referidos grupos.

Estabelecendo uma relação com o referencial teórico de Antonio Gramsci, poderíamos dizer que tais grupos foram capazes, mesmo considerando as persistentes rebeliões escravas, de conferir certa estabilidade ao poder que a eles principalmente beneficiava, afirmando para isto componentes de força e de consenso. No entanto, isto não evitou que elementos de hierarquia se apresentassem entre estes mesmos grupos. Mas antes de prosseguirmos neste raciocínio, faz-se necessário levar em conta certas questões sobre as quais devemos estar atentos ao partirmos para efetivar o diálogo com tal referencial no contexto em que nos debruçamos.

¹³ Morton, "The Conservative", p. 189.

2.1.3 Grupos Dominantes e Referencial Teórico

Com destaque na obra do intelectual italiano, e intimamente relacionado ao nosso tema, o conceito de "bloco histórico" foi aplicado por Gramsci mais freqüentemente em escritos sobre as sociedades ocidentais contemporâneas. No entanto, Hugues Portelli observa que o mesmo não limitou suas análises a elas; existiu espaço em sua obra para a relação do conceito de bloco histórico também com sociedades onde eram vigentes Estados absolutistas.¹⁴

Esta flexibilidade do conceito parte do entendimento de Gramsci de que as chamadas "sociedade civil" (voltada à afirmação do consentimento em relação à dominação) e "sociedade política" (voltada às iniciativas coercitivas), teriam pesos diferenciados nas diversas experiências históricas de dominação, sendo que no caso dos regimes absolutistas, a primeira, embrionária e pouco definida, tenderia a uma expressão muito reduzida ao lado da centralidade da segunda.¹⁵

Não seria difícil identificar tais características numa realidade baiana, fortemente marcada pelo conteúdo militarizado tanto do Estado, como dos grupos sociais que privadamente sustentavam suas próprias tropas em todo o período aqui analisado - características que evidentemente se estendem para muito além do mesmo.

Porém, mais do que estas possibilidades, o conceito de bloco histórico carrega certas noções que reforçam bastante a pertinência de sua contribuição para a reflexão deste trabalho. Pelo menos três delas parece ser importante resgatar. A primeira é a própria idéia de dominação. Muitas vezes diluída, esta idéia vem perdendo espaço em diversos trabalhos historiográficos para uma afirmação pouco definida do conceito de elite.

Bom exemplo disto é a análise desenvolvida por José Murilo de Carvalho, que trata do

¹⁴ Hugues Portelli, *Gramsci e o Bloco Histórico*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 38.

¹⁵ O conceito de "sociedade civil" é sintetizado pelo autor como sendo "o conjunto de organismos, vulgarmente ditos privados, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda sociedade". Por sua vez, a "sociedade política" é definida como "o aparelho de coerção de Estado, que assegura 'legalmente' a disciplina desses grupos que recusam seu acordo". Portelli, *Gramsci e o bloco histórico*, p.30, p. 9, Apud *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura*.

processo de formação da ordem imperial, portanto, relacionando-se diretamente com o tema aqui trabalhado. Optando pelo conceito de "elite política", o autor considera como central o papel da mesma na construção da ordem do Império. Este papel teria tornado-se viável em função da "unidade ideológica", garantida por um lado pela formação universitária comum (realizada em Coimbra), e, por outro, pela semelhança de trajetória na carreira pública, em seus primeiros passos traçada em Portugal, ou mesmo no Brasil, o qual, em grande medida, reproduziu a estrutura política e burocrática do Estado lusitano.¹⁶

Apontando os confrontos internos à própria universidade de Coimbra - fortemente influenciada pelos princípios liberais democráticos, sustentados nas noções de soberania nacional e popular -, Morel buscará mostrar a fragilidade desta leitura. O autor evidencia que o período da formação acadêmica do grupo de ilustrados (José Bonifácio, Cipriano Barata, José da Silva Lisboa, entre outros), que teve um papel destacado nas disputas realizadas na construção do Estado nacional brasileiro, foi fortemente marcado pela efervescência de uma pluralidade de idéias que tomava a Europa, particularmente decorrentes da Revolução Francesa iniciada em finais do século XVIII. A vida universitária portuguesa, portanto, esteve longe de ter um caráter apenas definido por um suposto conservadorismo oriundo das tradições intelectual e política lusitanas.¹⁷

Porém, tal fragilidade resida talvez, em maior medida, na tentativa de explicar o comportamento dos que politicamente ligaram-se diretamente ao poder central, sem dar peso significativo às contradições que marcaram a vida política das diversas províncias, sendo a Bahia um caso privilegiado da emergência de tais contradições. Significa, portanto, tratar como inexpressiva a intensa disputa ocorrida nas mais diversas regiões e a influência que exerceram no posicionamento dos homens que tiveram alguma ascendência sobre o desenvolvimento da construção do Estado nacional. Assim, as respostas às questões que se colocaram para a definição dos contornos deste último parecem já pré-determinadas pela ressaltada "unidade ideológica" de uma "ilha de letrados"¹⁸.

¹⁶Carvalho, José Murilo de, *A Construção da Ordem. A elite política imperial*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1996, especialmente o capítulo 3.

¹⁷Morel, *Cipriano Barata*.

¹⁸ Expressão utilizada por Carvalho, *A Construção da Ordem*, p.55.

No entanto, os conflitos que se apresentaram na Bahia do I Reinado, os receios tidos pelos poderosos de que a ordem fosse rompida - como de fato foi, sendo a Sabinada a experiência mais marcante, porém não única - e a relação disto com a afirmação também de uma ordem nacional, serão melhor abordados no capítulo II.¹⁹ Até aqui, basta-nos afirmar a falta de identificação das reflexões desta dissertação com referências teóricas que concebem a relação dos sujeitos políticos com os grupos sociais nos quais tiveram origem e cultivaram ligações como um elemento secundário. Aqui é importante dizer que este entendimento teórico, ao afirmar que os referidos sujeitos apenas periféricamente se relacionam com os olhares, tradições e interesses de seus grupos sociais de origem, acabam por diluir a noção de dominação, com o que - reiterando - as reflexões desta dissertação não se harmonizam.²⁰

A segunda das três noções contidas no conceito de bloco histórico em Gramsci que parecem enriquecer as possibilidades deste trabalho conforma-se através da idéia da pluralidade do sujeito dominante. Aqui, tentamos transitar por caminhos que evitem uma associação mecânica entre lugar na produção e papel na dominação. Ao afirmar esta pluralidade, através da idéia de que um grupo social não define sua preponderância sem a capacidade de aglutinar outros afins e aliados²¹, abrimos um horizonte muito mais amplo de análise pois será preciso remontar, como frisamos acima, a um variado conjunto de interesses, visões e tradições, tanto entre os próprios segmentos dominantes, como também no que se refere aos setores oprimidos que com eles se relacionam mais diretamente - condicionantes do estabelecimento do poder.

A terceira e última seria a noção de historicidade da dominação. Esta se estabelece a partir do entendimento que incide sobre o conceito de bloco histórico (e no referencial gramsciano, não apenas sobre ele) de que o mesmo apenas pode ser delimitado se analisado num período histórico determinado.²²

¹⁹ Sobre esse episódio, ver Paulo César Lima de Souza, "A Revolta da Sabinada - Bahia, 1837", Salvador, Mestrado, UFBA, 1984.

²⁰ Não necessariamente ligada ao conceito de elites, esta presença residual da noção de dominação pode ser verificada, por exemplo, também na formulação apresentada por Mattoso, já exposta nos parágrafos anteriores, que, como vimos, apesar de utilizar a expressão "grupos dominantes", considera entre os mesmos "pequenos e médios proprietários, pequenos comerciantes, membros das profissões liberais, pequenos funcionários, quadros médios do exército e membros do baixo clero". Mattoso, *Bahia, Século XIX*, pp. 231-232.

²¹ Antônio Gramsci, "O Ressurgimento", *Obras Escolhidas*, v. 2, Lisboa, Editorial Estampa, 1974, p.72.

²² Portelli, *Gramsci e o bloco histórico*, p.57.

De acordo com estas reflexões, mesmo entendendo ser necessário relativizar a utilização do conceito de bloco histórico - como dissemos, em função do fato de sua aplicação ter sido feita na grande maioria dos casos em sociedades ocidentais contemporâneas - parece pertinente não desprezar as noções acima expostas. Portanto, como forma de evidenciar a relação com o referencial gramsciano, sem no entanto deixar de considerar os limites de tal relação, utilizaremos daqui por diante a expressão "bloco dominante" para designar o conjunto dos grupos que possuíam centralidade no exercício do poder na Bahia no período em que se contextualiza este trabalho. São eles os grandes comerciantes - com forte presença portuguesa e bastante concentrados na capital - e o grupo senhorial responsável pela produção açucareira, que tinha no Recôncavo o seu principal território.

2.1.4 Os comerciantes, militares e o constitucionalismo luso

Entre os principais organismos definidos para o exercício do poder de Estado, e para além dos dirigentes das diversas instituições que os representavam, os corpos militares de composição lusa colocavam-se com destaque na afirmação da ordem. Com função auxiliar a estes, somavam-se as milícias e os marinheiros.

A postura discriminatória por parte das tropas de composição portuguesa em relação às de negros, pardos e mesmo brancos nascidos no Brasil, colocou-se desde o estabelecimento destas na província²³. Porém, as condições para que estas tensões se tornassem claras eram muito limitadas. H. Kraay observa que as características do regime colonial absolutista não permitiam a existência de canais formais através dos quais estas tensões pudessem se expressar.²⁴ Por outro lado, o sentimento de pertencimento a uma mesma pátria portuguesa cultivado ao longo de toda a trajetória colonial pelos membros aqui nascidos dos grupos dominantes, acabava por tornar menos visível o significado da influência específica dos reinóis por dentro dos sujeitos armados, fossem eles parte do Estado ou não. Estavam todos voltados centralmente para garantir a

²³ Braz do Amaral, *História da Independência na Bahia*, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923, p. 35.

²⁴ Kraay, *Soldiers, officers*, p.19

reprodução da economia agro-exportadora, baseada na mão-de-obra escrava. Este sentimento será ainda mais legitimado pelo impacto simbólico das definições de equivalência aprovadas em 1815. No entanto, a referida especificidade mostraria todos os traços de sua face, a partir do momento em que os interesses tornaram-se diferenciados ou, pelo menos, a tática para preservá-los, precisamente nos momentos anteriores ao conflito que resultou na ruptura da situação colonial.

No contexto que precede a guerra de independência, é bastante pertinente considerar o crescente envolvimento dos oficiais portugueses nos rumos da política do "Reino Unido". Em Portugal, a partir de 1817, foram presos vários militares acusados de conspiração contra o governo fortemente influenciado pelos ingleses. O resultado foi a execução de um conjunto de envolvidos, entre eles o tenente-general Gomes Freire de Andrade, tido como líder do movimento. A partir dali, cresce, principalmente entre os militares, a associação de possíveis transformações no país a conflitos onde as armas teriam um papel relevante.²⁵

Os reflexos desses processos nos batalhões e seus comandantes portugueses no Brasil e, em especial na Bahia, não são difíceis de ser enxergados. A prisão do Aljube, que já comportava os revolucionários pernambucanos de 1817, principalmente a partir do desencadeamento da Revolução do Porto, iria tornar-se um espaço importante de debate das idéias liberais. Os militares portugueses, a começar pelo próprio comandante do cárcere, o capitão Manoel Boaventura Ferraz, aliados a brasileiros como Cipriano Barata, passam a ter um papel muito ativo, tanto na difusão dessas idéias como na articulação do movimento que viria dar suporte, em território baiano, às transformações que se processavam em além-mar.²⁶

Vencidos os aristocratas em Portugal, faltava fazer o mesmo no Brasil, onde o Rio de Janeiro era tido como principal foco destes. Para isto, a multidão, tendo à frente Cipriano Barata, Coronel Manuel de Freitas Guimarães e o Desembargador Luís Manoel de Moura Cabral, na noite de 09 de fevereiro, seguiria pelo centro da cidade em direção ao palácio e após sua ocupação e o desenrolar de confrontos militares durante o dia 10, faria vir abaixo a maior representação política de Estado na capitania.

²⁵ A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, v. 2, Lisboa, Palas Editores, 1978, p. 84.

²⁶ Amaral, *História da Independência*.

A vitória do constitucionalismo em 10 de fevereiro de 1821 colocou em festa o Bairro da Praia, região da cidade que concentrava um grande número de comerciantes portugueses. Para lá, iria dirigir-se o tenente Sérgio Veloso com o objetivo de divulgar o sucesso do movimento, logo que se confirmou o recuo do Conde da Palma e dos que tentavam sustentar sua autoridade enquanto governador da província até os momentos finais do conflito.²⁷

Aqui é importante destacar que desde os primórdios do movimento esteve evidente a íntima ligação entre militares e comerciantes portugueses. Os últimos participavam com grande expressão das reuniões conspirativas que prepararam a destituição das autoridades civis e militares ligadas ao poder instalado no Rio de Janeiro e a subida da Junta Provisória para a direção do governo na Bahia.

Por outro lado, mais do que nunca, os "portugueses da terra" sentiam-se irmanados com os da Europa num mesmo "reino unido" e, em projeção, no sonho de uma pátria monarquista sim, mas decididamente anti-absolutista. A Bahia reivindicaria para si o posto de capital da Revolução Constitucionalista na América portuguesa, sendo prontamente atendida pelas Cortes instaladas no lado europeu do Reino, que concedeu um conjunto de atribuições à mesma.²⁸

2.1.5 As fissuras do bloco dominante

No entanto, esta suposta identidade de interesses e olhares sofreria um crescente questionamento. A lógica recolonizadora significava um ponto de encontro entre os liberais em Portugal, em meio a todos os desencontros que caracterizaram fortemente a trajetória destes após

²⁷ Veloso marcaria sua trajetória pela prática subversiva, participando ativamente dos movimentos rebeldes das décadas de 20 e 30, sendo comandante militar da Sabinada com patente de major. Ubiratan Castro de Araújo, *A Guerra da Bahia*, Salvador, CEAO-UFBA, 2001, pp.14-15. Sobre a trajetória de Veloso, ver também Souza, *A Revolta da Sabinada*.

²⁸ À referida Junta foi permitido pelas Cortes a autoridade para aumentar o soldo das tropas, redefinir patentes, intervir em outros territórios, além de poder relacionar-se diretamente com qualquer outra capitania. A composição desta junta estava dividida entre quatro portugueses e quatro nascidos no Brasil. Araújo, *A Guerra da Bahia*, pp. 20-23.

a revolução de 1820.²⁹ Captada pelos daqui, esta lógica se traduziria na necessidade de impor, através das armas, o projeto regressionista.

É importante destacar que dentro de um conjunto de posições que expressavam esse projeto tinha função estruturante a volta do monopólio comercial. Este, entendido pelos portugueses como a única possibilidade de financiamento da modernização econômica de seu país, significava também uma espécie de contrapartida do Brasil, que havia por mais de uma década lhe tirado o seu monarca e se constituído num peso econômico à medida em que concentrou grande parte dos recursos do reino a partir de 1808. Do ponto de vista militar, seria a revalorização das tropas, tendo como carro-chefe o impulso da marinha mercante. Na dimensão política, o principal objetivo posto era superar a subordinação em relação à Inglaterra. É por dentro de uma dinâmica que articulou este conjunto de motivações que se coloca o grande comércio português da Bahia.

As resistências à efetivação desse projeto prometiam ser muito significativas. É em função disto que, apesar de aclamar e sustentar a junta definida em 11 de fevereiro de 1821, o "Partido da Praia" deixaria de investir em espaços políticos que contemplassem alguma influência de brasileiros. Em seu entender, as antigas relações coloniais apenas seriam retomadas por uma imposição bélica. Passou nesta perspectiva a tentar garantir em Portugal o apoio à ditadura na Bahia.³⁰

Com a motivação de quem se beneficiaria enormemente e ao lado disto garantiria um futuro promissor para os seus pares, os grandes comerciantes portugueses conspiraram e adotaram iniciativas ousadas; interagiram vivamente com e viabilizaram os recursos materiais para que o "braço armado" da recolonização (o exército e marinha portugueses) estabelecesse as condições políticas necessárias para tornar os seus planos uma realidade.

²⁹ Marques observa que eram imensas as divergências entre a vanguarda da revolução portuguesa. Enquanto juristas e burocratas tentavam fazer vitoriosas propostas como direito de voto independente da classe social, um forte segmento militar contentava-se com a volta do rei e a quebra da influência inglesa na marinha e exército lusitanos. Afirma, porém, o referido consenso de impor ao Brasil a volta à situação colonial. Marques, *História de Portugal*, p. 86.

³⁰ Numa relação com o Bairro da Praia, assim era identificado o segmento luso que procurou representar na Bahia a política da revolução do porto. Ver Ubiratan Castro de Araújo, "L'Économique et le Politique dans une société esclavagiste", Paris, Sorbonne, 1992.

Será a intensificação dos conflitos e a polarização entre dois campos cada vez mais definidos como brasileiro e português, que apresentará todos os contornos e energias da articulação entre comerciantes e militares lusos.

Apesar deste clima de confronto espalhar-se pela cidade desde julho, o marco político do apelo à alternativa bélica na afirmação de um novo poder, foi a iniciativa repressiva lusa contra o movimento dos oficiais brasileiros em 3 de novembro de 1821. Este ato, uma tentativa de derrubar a junta provisória acusada de não representar os "ideais constitucionalistas", seria sufocado pela eficaz mobilização portuguesa, que contou com a participação de civis armados, do batalhão de infantaria número 12, da cavalaria, além dos marujos e da Legião Constitucional Lusitana.³¹

A partir daí, as ações dos portugueses ligados à revolução liberal de 1820 passam a ser cada vez mais agressivas e a reação a elas produziram sucessivos conflitos na cidade³². É muito importante destacar que esta agressividade esteve fortemente orientada por critérios de cor. Dos soldados de batalhões discriminados por seu perfil afro-descendente, à junta de governo composta por brasileiros (eleita em finais de janeiro de 1822) que ganharia o apelido de "junta de cabras", a auto-afirmação lusitana passava por enquadrar todos os identificados com a origem na colônia, num mesmo conjunto de inferiores e incompetentes.³³ Além de significar uma afronta às camadas privilegiadas daquela sociedade – já, inclusive, dotadas de expressivo poder político e econômico - esta dinâmica, e isto é fundamental, passou a questionar o equilíbrio construído ao longo da trajetória colonial, que sustentava a ordem numa sociedade urbana, profundamente marcada por tensões que adivinham da desigualdade de suas relações. Numa ofensiva que se inicia de maneira mais direcionada aos membros dos batalhões de cor, a violência recolonizadora irá estender-se aos amplos segmentos de negros, mulatos e pardos que habitavam a cidade. Estar

³¹ Os receios da população branca de ser atingida pelo confronto entre "marujos e soldados" fez crescer o êxodo para o Recôncavo que já podia ser verificado desde os conflitos de julho de 1821. Amaral, *História da Independência*, p. 37.

³² Amaral observa que "em 12 de novembro, à noite, os soldados de infantaria 12 e os da Legião Constitucional Lusitana saíram à rua munidos de cacetes para esbordoar os soldados brasileiros e os provocaram em todos os lugares que os encontraram". Amaral, *História da Independência*, p.36

³³ Kátia Vinhático Pontes adota a definição de "cabra" como descendente de mãe negra e de pai mulato ou o contrário. A autora cita a fonte do Correio Mercantil de 11 de agosto de 1838, que elucida o significado do termo "cabra": "precisa-se de uma escrava parda ou cabra de idade de 10 a 12 escravo pouco mais ou menos quem a tiver e quiser vender dirija-se à venda ao Largo de São Bento." Kátia Vinhático Pontes, "Mulatos: Políticos e Rebeldes Baianos", Salvador, UFBA, Dissertação de Mestrado, 2000, pp. 72-75.

incluso neste contingente passou a ser equivalente à condição de suspeito e potencialmente vítima de violência. Mas, assim como a pele negra transformou-se na insígnia para a repressão lusa, a epiderme branca passou a ser o alvo genérico da resposta de escravos e libertos. Com isso, ao protagonizar uma agressividade que, estando fora da tradição do binômio senhor/escravo, guiava-se pela definição de ser originário ou não da colônia, a ação portuguesa autorizava a perigosíssima reação escrava e liberta. Afirmava, portanto, uma lógica em tudo inconseqüente com as possibilidades de perpetuação das relações entre grupos diversos e antagônicos daquela sociedade.

É importante destacar que a leitura sobre o argumento do perigo da revolta escrava sempre perpassou o debate em relação às prioridades das funções e, em conseqüência disto, dos investimentos nos corpos armados. Desde a passagem pela Bahia em 1808 do então regente D. João, as instruções e, posteriormente, os debates e ações dos membros da junta militar criada pelo mesmo se orientariam pela noção de garantir a defesa da capitania da agressão externa francesa. Esta visão encontrava forte discordância entre os grupos mais poderosos da capitania, muito mais propensos a investir no fortalecimento do corpo policial voltado à prevenção das rebeliões escravas. Para eles, tanto a coroa como o oficialato do exército tinham um olhar excessivamente dirigido à Europa e colocavam na centralidade de suas preocupações, uma cada vez mais distante possibilidade de invasão por mar³⁴.

Mas se a França como inimigo externo não amedrontava os poderosos daqui, o mesmo não pode ser dito sobre esta como inimigo interno. Desde a conspiração de 1798 as influências das idéias revolucionárias originadas no país das Luzes, em especial entre os militares de cor da capital, ganhou importante significado entre os referidos grupos privilegiados, importância reacendida pela sedutora Revolta Pernambucana de 1817.

Portanto, a valorização do problema de possíveis sublevações da população negra, fosse ela escrava ou não, tornou-se um traço do entendimento do bloco dominante sobre as relações de poder na Bahia e, particularmente, em sua capital. Foi justamente esta leitura que passou a ser

³⁴ Esta compreensão está presente no trabalho de muitos autores que discutiram o tema. Para observar um exemplo significativo, ver Kraay, *Soldiers, officers*, p. 18, e F. W. O. Morton, "The Conservative", pp. 188-189.

completamente desconsiderada por um dos segmentos deste bloco - a fração portuguesa do comércio aqui instalada - e que imporia caminhos diferenciados entre seus grupos fundamentais.

O episódio da disputa ocorrida em 1816 pela criação de companhias armadas regulares no Recôncavo, sobre o qual já fizemos referência, também parece-nos um acontecimento bastante importante pois, ao mesmo tempo que faz emergir interesses específicos entre estes poderosos grupos da Bahia, também evidencia o peso e papel de cada um deles na perpetuação da situação colonial, onde o desprestígio com o qual foi tratado o grupo senhorial é um sintoma claro de seus limites dentro do bloco dominante.

Por outro lado, a capacidade dos portugueses de impor uma preponderância no referido bloco dominante ficará evidente na vida das juntas gestadas a partir da vitória do movimento constitucionalista em fevereiro de 1821. Na primeira - definida em 11 de fevereiro deste ano -, a força da influência lusa se colocou de tal forma, que mesmo compondo a metade na Junta Provisória de Governo, a fração nascida no Brasil seria completamente secundarizada a ponto de ser posta em questão pelos próprios oficiais brasileiros, que, como vimos, chegaram ao limite de intentar a sua queda no movimento de 3 de novembro.

A segunda junta, na qual os portugueses nem mesmo se dispunham a participar, já nasceu questionada pela força das armas lusitanas, sobrevivendo como um acessório de Madeira de Mello durante boa parte do período da guerra.

Aqui é importante destacar a presença daquele que talvez mais expressasse o poder do grupo senhorial, o abastado Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque. Membro da segunda junta, posteriormente migraria para a representação instalada em Cachoeira. Lá não mais seria o componente periférico de um espaço político tutelado, mas o presidente do Conselho Interino, com todo significado que este passou a ter à medida em que prolongou-se o conflito.

Antes do efetivo controle da Cidade da Bahia pelo general Luis Ignacio Madeira de Mello, o movimento dos oficiais brasileiros de 03 de novembro de 1822, representou o início da fissura do bloco dominante. Foi ele o último dos mais decisivos confrontos que materializaram a queda de braço entre o "partido da praia" e o "partido brasileiro". A partir dele, como foi dito, comerciantes e militares portugueses deixariam evidente a tentativa de impor pelas armas a volta

à situação colonial. No entanto, outro sujeito fundamental na reprodução do poder dominante na província passaria a demarcar um perfil e olhar próprios sobre qual deveria ser o destino da mesma e o faria com uma força inesperada pelos praístas.

2.2 O GRUPO SENHORIAL

2.2.1 A sociedade dos senhores

Antes da análise das primeiras iniciativas que marcam a inversão da atitude em relação às referidas intenções recolonizadoras portuguesas, é importante atentar para o papel dos senhores e senhoras do Recôncavo nesta região até a altura em que a história lhes levou às portas da guerra.

O grupo senhorial da grande produção açucareira reproduziu-se durante a longa trajetória em que esta atividade consolidou-se enquanto o eixo da vida econômica da capitania, como um contingente bastante fechado. Mattoso observa que mesmo a legislação definindo a repartição igualitária das heranças entre os filhos dos dois gêneros, as possibilidades de fragmentação das propriedades - o que imporia enormes obstáculos à sobrevivência do empreendimento - foram constantemente afastadas pelo que chamou de "endogamia de classe", ou seja, o casamento entre pessoas contidas nos grupos sociais (não raro da mesma família) que controlavam as principais etapas de movimentação da economia agro-exportadora. Ainda que os abastados comerciantes em alguma medida também nele figurassem, os grandes proprietários de terras, escravos e engenhos eram os sujeitos fundamentais destas uniões.³⁵

Em parágrafos anteriores, recorremos ao debate de 1816, o qual, sendo pautado em função dos riscos trazidos pelas rebeliões escravas, significou a tentativa do grupo senhorial de garantir o reforço de investimentos do governo da capitania no aparato repressivo do Recôncavo. Como

³⁵ Mattoso, *Bahia, Século XIX*, pp. 181-182.

vimos, esta tentativa não trouxe nenhum resultado e os limitados grupos armados controlados pelos senhores continuaram como o principal aparato repressivo ali situado.

No entanto, a suposta insuficiência bélica não resolvida constitui-se apenas em um dos exemplos do vazio deixado pelo Estado, preenchido, ainda que de maneira precária, pelos poderosos da referida região. Numa sociedade onde inclusive certas vilas já ganhavam contornos urbanos como Santo Amaro, São Francisco e, é claro, Cachoeira, as respostas aos mais variados aspectos relacionados à manutenção da ordem em que interagem os seus diversos grupos, não poderiam e, em certa medida, não deixaram de ser dadas.

Por este conjunto de fatores enraizava-se a forte influência dos barões do açúcar na vida da sociedade do Recôncavo, seja em sua dimensão política, religiosa ou militar, e em decorrência disto, era também lá que *incontestavelmente* efetivava-se o poder dos mesmos, ainda que o referido se fizesse sentir de maneira expressiva em toda a capitania. Todos estes elementos irão emergir e ganhar franca evidência em meio às tensões e exigências da guerra.

Como bem ressaltou Morton³⁶, o Conselho Interino foi o grande espaço de exercício do poder político dos grupos que levaram à frente a luta pela independência, particularmente dos poderosos senhores de engenho do Recôncavo baiano. Sua trajetória constitui-se em uma oportunidade privilegiada para a análise deste último sujeito político, com decorrências significativas no pós 2 de Julho.

2.2.2 Um Conselho de guerra

Para além das formalidades, como a inconstante presença de grande parte de sua "deputação", o Conselho acumulou uma impressionante autoridade para responder ao amplo leque de tarefas que o confronto impunha. Será por este motivo que as suas atas se colocam neste capítulo como principais documentos a serem considerados nas reflexões apresentadas.

³⁶ Morton, "The Conservative", p. 262.

Enquanto as disputas preliminares à guerra de independência tiveram a Cidade da Bahia como palco de seus momentos mais decisivos, o processo de ruptura com a situação colonial levou para o Recôncavo os atores fundamentais do "partido brasileiro". Aliás, pode-se perceber durante todo o transcorrer do conflito o duplo êxodo vivido pela província. A ata do Conselho de 16 de dezembro de 1822 reforça a constatação sobre a movimentação lusa:

O ódio que os Europeus Portugueses em geral têm à presente Causa em que o Brasil se acha empenhado, ódio que nem ainda o homem mais irascível pode por momentos conceber, produziu a emigração de muitos deles do Recôncavo para a Cidade, onde se acham reunidos ao infame Madeira, abandonando bens, e, alguns, até mulheres e filhos.³⁷

Como destacamos em parágrafos anteriores, a primeira migração expressiva no sentido Salvador-Recôncavo ocorreu já em meados de 1821 por conta dos conflitos entre militares portugueses e os nascidos no Brasil, que instalaram desde aí um constante clima de tensão na capital da Bahia. Porém, este fenômeno social ainda não incidia como gestação de alternativas políticas que apontassem para o questionamento dos laços entre os dois lados do Reino. Até que se tornasse evidente que o comportamento de Madeira de Melo e suas tropas era muito mais que uma inabilidade do general ou um estranhamento de suas tropas em relação à realidade da cidade, ou seja, resultavam do olhar das correntes que hegemonizavam as Cortes de além-mar, muitos meses se passaram.

A aposta em uma solução aprovada pelos parlamentares em Lisboa estará colocada pelo menos até os idos de maio de 1822, mas as desconfianças com a política da maioria destes parlamentares para com o lado americano do Reino tomava corpo, pois enquanto na Bahia a ditadura de Madeira de Melo caminhava sem obstáculos, seguiam-se as medidas de desautorização do Rio de Janeiro como centro político do Brasil.³⁸ Assim, tornava-se cada vez mais evidente a intenção portuguesa de impor ao conjunto das províncias da América portuguesa a subordinação direta aos seus interesses e governo.

³⁷ APEB, Seção Colonial e Provincial, Conselho Interino de Governo, 1822-1823, maço 637-2, f. 06.

³⁸ Luís Henrique Dias Tavares, *A Independência do Brasil na Bahia*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 60.

No dia 21 de maio de 1822, ocorreria no Rio de Janeiro a missa em homenagem aos mortos no conflito de finais de fevereiro em Salvador. Enquanto o grupo de políticos baianos lá residentes dava os primeiros passos para garantir o apoio de D. Pedro na queda de braços contra Madeira de Melo, na Bahia, avançavam as articulações pelo reconhecimento do mesmo enquanto regente, tendo como pretexto a realização da já defasada consulta solicitada pelos deputados baianos nas Cortes de Lisboa. A atitude duramente repressiva das tropas lusitanas à tentativa de aclamação do príncipe em Salvador, transferiria já aí as esperanças de resistência para o território onde os braços do militarismo português dificilmente alcançariam – o Recôncavo.³⁹

Em meio ao clima de agitação que se avolumava na região produtora, levando ao receio de que "tropa e povo" pudessem ameaçar a ordem pública diante do vácuo de governo, os senhores, barões do açúcar, venceriam suas vacilações sobre a necessidade de desbancar a ditadura lusitana estabelecida em Salvador e partiriam para a construção de um verdadeiro centro político e administrativo paralelo ao da Cidade da Bahia (em grande medida já questionado fora dela), interligando as mais diversas vilas do Recôncavo e estendendo-se, na medida do possível, pelo Sertão.

Num processo contraditório e bastante intenso, a organização política para responder às demandas da guerra chegaria a seu ponto mais avançado com a formação do Conselho Interino em 06 de setembro.⁴⁰ A partir daí, as iniciativas do campo brasileiro seguem numa crescente dinamização, revelando energias e sujeitos que foram capazes de sustentar um conflito longo e doloroso até o fim da resistência lusa sediada na capital da província.

³⁹ Uma notória demonstração de como ali era inverso o peso das forças em conflito se comparada à capital, foi o comportamento da Companhia de Granadeiros de composição majoritariamente portuguesa. Esta, apesar de rebelar-se contra o ato que aclamou D. Pedro como regente, realizado na Vila de Santo Amaro, não iria além, no entanto, de um esboço de resistência, sem qualquer iniciativa de agressão armada à movimentação do campo brasileiro. Tavares, *A Independência do Brasil*, p. 83.

⁴⁰ Este processo passou inicialmente pelos atos de aclamação de D. Pedro e formação de uma Junta Provisória, logo depois transformada em Caixa Militar. Tavares, *A Independência do Brasil*, p. 95.

2.2.3 As primeiras medidas pela "ordem unida"

Ao solicitar à deputação que deveria representar o distrito de Rio de Contas, o documento a este enviado em 30 de setembro de 1822 sintetiza com muita clareza qual o sentido da gestão do Conselho. Ele teria como objetivos principais:

Dar fim à oscilação em que se achava o sistema proclamado tanto pela nulidade absoluta a que o Verdugo da Bahia reduzira a Junta Provisória do Governo da Província, como pela multiplicidade de Governos parciais que nunca podia centralizar as providências necessárias à sustentação daquele glorioso passo.⁴¹

Ou seja, espelhar uma alternativa à desmoralizada Junta de Governo localizada em Salvador e concomitantemente a isso, catalisar um conjunto de iniciativas que, de maneira fragmentada, passavam a conformar uma variedade de pequenos organismos de poder. Era preciso, portanto, disciplinar um processo que, no mesmo passo que ganhava força, tendia a tornar-se imponderável numa dinâmica muito propícia ao afloramento dos temidos "excessos anárquicos". Uma vez garantida a legitimidade para isto, seria o momento de organizar os sujeitos e potencializar esforços para fazer frente ao inimigo fincado do outro lado da baía.

Este desafio não era estranho à trajetória da Bahia e em correspondência a D. Pedro, o Conselho evocaria esta trajetória observando que apesar das "tirânicas deliberações do Congresso Lisboense", não fraquejou "o valoroso Espírito dos outrora vencedores dos Batavos".⁴²

Dentre as primeiras iniciativas tomadas pelo Conselho Interino, teve o objetivo claro de reforçar o reconhecimento político da organização do campo brasileiro a sessão de juramento de obediência ao regente constitucional do Brasil, ocorrida em 08 de setembro.⁴³ Sua ata trará uma longa e representativa lista de novos comprometidos com a "santa causa". Grande número de

⁴¹ APEB, Seção Colonial, Série Governo Provisório, Maço, 638.

⁴² APEB, Seção Colonial e Provincial, Conselho Interino de Governo, Maço 637-2.

⁴³ APEB, Seção Colonial e Provincial, Governo Provisório, Registros de Correspondências Expedidas pelo Conselho Interino de Governo, Atas e Ofícios, 1822, Maço 636, pp. 3-10.

militares, religiosos, proprietários e indivíduos com cargos públicos compunham a mesma, credenciando o nascente espaço de decisões políticas e militares.

Porém, é importante notar que o referido juramento já acrescentava ao compromisso de obediência ao regente, no mesmo tom, também o juramento de obediência ao próprio "Conselho Interino de Governo desta Província". Dentro da conflituosa trajetória entre Bahia e Rio de Janeiro, o duplo juramento não parece desprezioso. Fruto ou não da intenção de afirmar-se diante de possíveis divergências com o poder em processo de recentralização na antiga corte, esta postura, como veremos, antecipava o aguçamento das disputas que mais à frente chegariam a uma dinâmica de golpes e contra-golpes.

Em finais de setembro, os capitães Inácio José de Moraes e Joaquim José Veloso seriam designados pelo Conselho para realizar a inspeção que tornaria viável um plano geral que visava a defesa de "toda a Província". Percorrer o Recôncavo e a costa que ficava ao sul da barra de Paraguassu a começar por Funil e Nazaré, relacionar todas as vilas e distritos onde a aclamação de D. Pedro havia se realizado, e, ao final, apresentar um relatório da situação de todos os corpos de primeira e segunda linhas, era a árdua tarefa destes oficiais.⁴⁴ O Conselho procurava assim entender e planejar de maneira mais detalhada a efetivação de suas tarefas no campo militar, as quais já vinha cumprindo e continuaria a fazê-lo mesmo após a chegada do general francês. Por outro lado, as solicitações ao mesmo são inúmeras e para demandas das mais diversas.

É expressiva a quantidade dos documentos que comprovam iniciativas como a distribuição de armamentos e munições, arrecadação financeira, providências para garantir a alimentação e medicamentos para as tropas. Indo mais além, podemos constatar que a autorização para o desenvolvimento de movimentações relacionadas à estratégia militar também parece ter sido parte dos aspectos do confronto tratados pelos conselheiros. É neste sentido que, em 27 de setembro, os mesmos identificam

⁴⁴ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Registros dos Offícios Expedidos pelo Conselho Interino de Governo da Província da Bahia, Maço 636, pp. 65-66.

a necessidade de ter nas imediações de Itapoan e Pirajá uma força respeitável, que perturbando continuamente o inimigo, o obrigue a reconhecer a nossa superioridade e justiça da sagrada causa pela qual temos tão corajosamente tomado a atitude em que nos achamos. Ordena o Conselho que V. Sa. [o coronel comandante de Cachoeira] faça despedir da guarnição dessa Vila o contingente que julgar disponível, a reunir-se às tropas que estão debaixo do comando da qual é Tenente Coronel [Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque]⁴⁵

Certamente concorreu para esta incidência do recém criado espaço institucional na definição de questões como o reforço bélico a pontos considerados estratégicos, a forte presença militar no mesmo ou a influenciá-lo diretamente. Das dezessete vilas e distritos que o compunham, cinco dos que as representavam eram militares. Outro dado que nos parece emblemático é a composição da sessão de juramento do dia 08 de setembro, na qual entre os 154 presentes, 92 eram oficiais regulares, milicianos ou de ordenanças.

Como não poderia deixar de ser, a migração do campo brasileiro para o Recôncavo levou também as contradições internas a este campo. Junto com os que fugiram por temer os perigos que o cotidiano da cidade oferecia, vieram elementos ligados ao antigo poder colonial, mas também os liberais que, decepcionados com a Revolução do Porto, tornaram-se os mais incisivos na defesa da ruptura.

Morton observa que as múltiplas funções assumidas pelo Conselho Interino foram também largamente desempenhadas pelos refugiados da capital.⁴⁶ Mas foi nos campos de batalha que estes liberais radicais talvez tenham deixado as principais marcas capazes de sinalizar a importância que tiveram. Vinhático Pontes irá destacar a presença do cadete mulato e liberal radical João Primo já no movimento dos oficiais brasileiros de 3 de novembro, sendo ele um dos presos e enviados para Lisboa. Sua atuação corajosa na guerra foi registrada por Antônio Pereira Rebouças, segundo o qual, por "sua índole especial era capaz de qualquer empreza arriscada." Pontes reproduz os escritos de Rebouças sobre o subversivo cadete e comerciante que transitava em embarcações, segundo os quais o mesmo "per corria todas as povoações do Recôncavo e às

⁴⁵ APEB, Seção Colonial e Provincial, Registros de Correspondência Expedida pelo Conselho Interino de Governo, Atas e Ofícios, Maço 636, pp. 75-76.

⁴⁶ Morton, "The Conservative", p. 262.

vezes dando lugar a alguns desgostos pela animadversão com que se havia com os naturaes de Portugal, ainda achando-se elles a serviço do próprio país."⁴⁷

Outro personagem ligado ao liberalismo radical que partiu para o Recôncavo - este desde os contatos feitos com os prisioneiros de 1817 - foi o destacado organizador e comandante do 3º Batalhão de Caçadores, José Antônio da Silva Castro, em 1824, pivô da revolta que decorreu na morte do governador das Armas, Coronel Felisberto Gomes Caldeira (também reconhecido oficial da Guerra de Independência).

Porém, nem todos os adeptos das ideologias suspeitas aos conservadores conseguiriam transitar e destacar-se em meio ao confronto.⁴⁸

Os olhos conservadores do Conselho Interino permaneceriam atentos para reprimir qualquer indício de subversão. É assim que, em finais de novembro, o mesmo tomara as providências necessárias para sufocar a influência dos mal-intencionados promotores da "anarchia que questionavam as authoridades constituídas", definindo que:

Sendo sumamente perigosa a presença de alguns cujo caráter turbulento e intrigante é conhecido por todos: o Conselho Interino de governo face de tão imperiosas razões, ordena ao Juiz de Fora pela lei que faça imediatamente remeter a Francisco José de S. Jacinto Marques para o seu convento na vila de S. Francisco, ao europeu Manuel Joaquim Stelito para a Vila de Itapicuru, ao boticário Manuel Joaquim Pereira para a Vila de Lagarto e ao Procurador Luís Onofre de Carvalho para a Vila de Jacobina, exigindo das authorities locais, sejam eclesiásticas, civis ou militares o recibo da chegada dos preditos indivíduos a quem culminará a pena de resistência se acaso se evadirem dos lugares para onde são mandados sem expressa ordem deste Conselho.⁴⁹

⁴⁷ No entanto, a autora observa que a trajetória de João Primo enquanto liberal radical será bem mais longa que a do transcorrer dos conflitos do período da Independência, estendendo-se pelo menos até as revoltas federalistas do início da década de 30, como já ressaltara Lina Aras em estudo anterior. Pontes, "Mulatos: políticos e rebeldes", pp. 139-141, e Aras, "A Santa Federação", pp. 149-150.

⁴⁸ Caso emblemático foi o do cirurgião militar Francisco Sabino. Sobre a trajetória de Francisco Sabino, preso por Labatut já nos primeiros momentos de sua chegada, em função de suas idéias consideradas "muito radicais" pelo comandante francês, ver Pontes, "Mulatos", p. 137, e Souza, "A Revolta da Sabinada", especialmente o capítulo 2.

⁴⁹ APEB, Seção Colonial, Série Juizes de Cachoeira, Maço 2271.

Entre as instruções a serem levadas por Francisco Gomes Brandão Montezuma e Simão Gomes Ferreira Vellozo, as quais buscavam sintetizar as principais carências para o enfrentamento da guerra, já constava o pedido para que, paralelo ao Conselho, fosse instituída a eleição de uma junta, que de maneira mais ágil pudesse governar a Bahia até que a Constituinte definisse o "método de governo para todas as Províncias do Brasil".⁵⁰

Apesar de todos os avanços, a consolidação do poder sediado no Recôncavo ainda encontrava resistências fora dos limites de Salvador. Na correspondência dirigida a D. Pedro em 21 de outubro, após listar as diversas regiões em que o referido poder tinha sob sua influência, o relato considerava excluída desta a Comarca de Porto Seguro.⁵¹

Por outro lado, a possibilidade das iniciativas de ataques portugueses encontrarem sustentação interna a certas localidades, não parecia estar afastada. Além do apoio em munição e tropa, as orientações passadas à povoação de Estiva, após uma investida militar lusa, são categóricas na prevenção a esta sustentação. Elas recomendavam ao Coronel Salvador Pereira da Costa:

Que tome todas as medidas enérgicas para assaiar a implacável fúria dos inimigos internos, fazendo prender sendo necessário, a todos os europeus portugueses que forem suspeitos, e remetê-los para aqui com segurança e ainda mesmo recorrendo em caso de extremidade à força e ao fuzil.⁵²

2.2.4 Para além do regular : os religiosos a serviço da guerra

Segmento que merece destaque no papel de fazer enraizar-se a influência do campo brasileiro na guerra pelo Recôncavo e difíceis caminhos que levavam aos sertões foi o dos

⁵⁰ APEB, Seção Colonial e Provincial, Registros de Correspondência Expedida pelo Conselho Interino de Governo, Atas e Ofícios, Maço 636, pp. 18-21.

⁵¹ APEB, Seção Colonial e Provincial, Conselho Interino de Governo, Maço, 637-2, f. 7

⁵² APEB, Seção Colonial e Provincial, Registros dos Ofícios expedidos pelo Conselho Interino de Governo, Maço 636, p. 122.

religiosos. Ao lado dos militares, compondo na mesma medida que estes cinco dos dezessete membros do Conselho Interino, indicavam a ascendência política que os religiosos possuíam nas localidades onde se fixavam.

É importante ressaltar que as relações estabelecidas por estes representantes da Igreja com aquelas comunidades não se limitava à dimensão religiosa das mesmas. De fato, freires, padres e vigários por vezes assumiam nestas regiões uma conduta muito pouco aprovada pelos elementos mais expressivos da hierarquia da instituição. Costa e Silva observa que freqüentemente trabalhavam como feitores nas fazendas e alguns tornavam-se senhores de engenho "exercendo sem licença as funções paroquiais junto a seus escravos, fundando-se em privilégios".⁵³

Mas se a vida social dos religiosos no Recôncavo e sertões muitas vezes extrapolavam os limites do "regular", a atuação destes na guerra também parece ter ido bem mais além dos confessionários. Dos muitos que se envolveram no conflito, Silva destaca a atuação de Manoel José Gonçalves Pereira, a quem chamou de "cura guerrilheiro"; o Vigário de São Domingos de Saubara assinava as correspondências enviadas ao Conselho Interino com a auto-definição de "Vigário Comandante". Descrevendo as iniciativas de Gonçalves Pereira delegadas pelo Conselho Interino, Silva observa que o mesmo "dispôs canhões, abriu trincheiras, internou o gado próximo ao mar, transferiu as famílias mais para dentro, organizou uma guarnição de 400 homens e do púlpito da matriz orientava os paroquianos"⁵⁴. Estes preparativos não parecem ter ganho um papel de mera prevenção. Em 19 de novembro, o Conselho responderia ao "Vigário Comandante":

⁵³ Cândido da Costa e Silva, *Os Segadores e a Messe. O clero oitocentista na Bahia*, Salvador, SCI, EDUFBA, 2000, p. 114.

⁵⁴ Silva observa que Gonçalves Pereira, enxergado pelo prisma dos religiosos urbanos, enquadrava-se entre os "bárbaros que surgiam do Recôncavo". O reconhecimento institucional por seus serviços à "santa causa da Independência" apontaria porém, um sentido inverso. O autor transcreve um documento de Labatut enviado ao Conselho Interino em novembro de 1822, onde o mesmo declara: "pretendo escrever ao Vigário de Saubara, e levarei à augusta presença de S. M. Imperial seus altos feitos, pois não é incompatível o manejo das armas em defesa da Pátria com o ministério da cura das almas; assim o praticaram os antigos pontífices, e modernamente como VV. Exs. se lembram, os curas da Espanha". Silva destaca que em 26 de fevereiro de 1825, D. Pedro I rompeu a hierarquia capitular e transformou Gonçalves Pereira em Deão da Sé Metropolitana. Silva, *Os Segadores e a Messe*, p. 148-149

Sendo presente ao Conselho Interino do Governo o officio de Vmce datado de ontem, o ataque que sofrera da parte de três bascas inimigas por espaço de duas horas e deprecando munição para as peças dos pontos dessa costa, o mesmo Conselho manda responder a Vmce, que louvando o brioso comportamento das tropas dessa guarnição e a patriótica conduta de Vmce, se lhe remete nesta ocasião três barris de pólvora, uma peça de bacta e linhas para Vmce mandar fazer cartuchos dos calibres das mesmas peças.⁵⁵

Mas as funções referentes ao conflito bélico assumidas pelos religiosos não foram apenas prerrogativa de "curas guerrilheiros". Gestar condições para que as fileiras do Exército Pacificador ganhassem novos "corpos" parece ter sido uma tarefa de grande utilidade para os comandantes da guerra. Numa boa expressão do olhar dos dominantes sob os segmentos que entendiam estar situados aos pés da hierarquia social a qual tinham como legítima, os conselheiros reunidos em Cachoeira em 16 de abril, entre um conjunto de outras medidas, relatariam à Corte que:

Nada importa tanto como cuidar da educação de jovens que um dia devem fazer a grandeza e opulência do Império e por outro lado, cumpria extremar os que devem ser entregues ao horroroso exercicio das armas, na crise de tanto risco e perigo como a em que nos colocou nossa boa fé mal urrada pela fraticida ambição de Portugal; por isso ordenou o Conselho que os Párocos dessem o alardo de seus fregueses meninos e rapazes de cinco a vinte e cinco anos, declarando seus empregos e mesteres, se vadios e perturbadores. Espera o Conselho que desta forma mui fácil se lhe torne o recrutamento forçado.⁵⁶

Como podemos ver, os barões do Recôncavo e, dentre eles, alguns religiosos tinham plena consciência de que o fogo das baionetas poderia, convenientemente, estar voltado para múltiplos inimigos, cumprindo em certos casos, uma função "pedagógica".

⁵⁵ APEB, Seção Colonial e Provincial, Registros dos Officios expedidos pelo Conselho Interino de Governo, Maço 636, p. 125.

⁵⁶ APEB, Seção Colonial e Provincial, Conselho Interino de Governo, Maço, 637-2, p.36

2.2.5 Guerra contra Portugal, auto-afirmação diante do Rio: conflito e queda de Labatut

De um lado, o bloqueio da exportação da produção açucareira, de outro, o da entrada de produtos essenciais para a sobrevivência dos habitantes eram as principais armas que utilizaram portugueses e brasileiros respectivamente para tentar impor a possível vitória na guerra. Mas esta situação de indefinição do conflito não paralisou politicamente os seus atores, inclusive dentro do campo brasileiro.

Como ressaltamos anteriormente, a histórica rivalidade da Bahia em relação ao Rio de Janeiro será alimentada no período das expectativas desta com a Revolução do Porto. O início da guerra não poderia simplesmente apagar estas contradições. Influenciando as estratégias de parte a parte (poder central / governo no Recôncavo), ela seria responsável por iniciativas constantes e até perigosas de ocupação de espaços a serem potencializados no pós-guerra. Em meio a este fogo que há tempos se cruzava, é que se apresenta a figura do general francês.

Em 20 de maio irá ocorrer a conspiração militar que levou à queda do general Labatut do comando do exército brasileiro. Sem deixar dúvida sobre o papel dos militares que se rebelaram, é importante destacar o conjunto de iniciativas eminentemente políticas que foram criando um terreno propício para o referido desfecho. Na promoção destas, teve papel central o Conselho Interino de Governo.

Em 21 de outubro, o Conselho mandaria por Francisco Gomes Brandão Montezuma e Simão Gomes Ferreira Vellozo a correspondência dirigida a D. Pedro informando sobre sua fundação assim como o conjunto de medidas por ele tomadas no sentido de que não viesse a "padecer o presente systema". Faria questão, no entanto, de observar que:

Não nomeou o Conselho um General em Chefe do Exército da Província como urgiam já a necessidade de um centro militar, que mantivesse a maior unidade nos movimentos dos Corpos, já um dos Artigos do Projeto que fundamentou a sua organização e instalação por isso que imediatamente que fora instalado soube da chegada em Maceió do General Labatut, nomeado por Vossa Alteza Real Comandante das Tropas desta Província, como ele mesmo se exprimiu em sua Proclamação.⁵⁷

A nomeação do general, porém, não seria em nada bem recebida pelo "partido brasileiro" da Bahia. Num sentido inverso ao espírito da correspondência, a dita nomeação acabou por exercer um papel impulsionador para que os poderosos do Recôncavo superassem suas divergências e de fato fundassem o Conselho, diante do risco do vazio político colocado encontrar no representante da autoridade do Rio de Janeiro um sujeito capaz de subordinar o futuro da província às decisões desta última.⁵⁸

A postura de Labatut, desde os primeiros dias que chegou na Bahia, de completa desconsideração pelo espaço de poder gestado no Recôncavo esteve muito longe de significar um culto a sua própria personalidade. Tavares destaca os objetivos das iniciativas de José Bonifácio ao negar o posto de Comandante do Exército Pacificador ao general baiano Domingos Alves Branco Moniz Barreto, impondo a nomeação do militar francês⁵⁹. Por trás de tais iniciativas, estava a intenção de garantir que a maior autoridade da guerra na Bahia não tivesse dúvidas no que se refere à perspectiva de obediência absoluta ao soberano.

Durante o transcorrer do conflito, tornou-se evidente a tentativa do poder sediado no Rio de Janeiro, no sentido de desprivilegiar o Conselho enquanto espaço decisivo não só do ponto de vista militar em *stricto sensu*, como também e principalmente, na dimensão política do seu significado.

⁵⁷ APEB, Seção Colonial e Provincial, Conselho Interino de Governo, Maço, 637-2.

⁵⁸ Tavares, *A Independência*, p. 104.

⁵⁹ A trajetória de Moniz Barreto, nos mais variados aspectos, apenas estimulava as desconfianças do poderoso ministro. Envolvido no movimento dos oficiais brasileiros de 3 de novembro de 1821, o general possuía fortes indícios de ligação com os liberais radicais baianos - a exemplo do major Sátyro da Cunha - avessos à centralização monárquica, com tanta convicção defendida por Bonifácio. Aliado a isto, o referido general também cultivava laços com comandantes militares da Bahia pertencentes ao grupo dos grandes proprietários. Tinha, portanto, um perfil ideal para estimular os perigosos sentimentos de autonomia presentes na província, que cercavam de receios as autoridades da Corte. Tavares, *A Independência*, pp. 115-116

É assim que na ata da sessão que registra a aclamação de D. Pedro como "Sua Majestade Imperial", os conselheiros não deixariam de destacar que a informação da aclamação ocorrida na Corte não chegara por nenhuma "participação oficial do Ministério do Brasil".⁶⁰ Surgiu da verificação de que dois ofícios mandados por Labatut se referiam a D. Pedro como "Imperador Constitucional do Brasil". A conclusão final seria tirada após o acesso à leitura do jornal "*O Espelho*, número noventa e cinco", contendo matéria a respeito.⁶¹

Porém, é importante destacar que apesar de todas as resistências, tornou-se impossível para o poder instalado no Rio de Janeiro deixar de reconhecer em alguma medida a representatividade do Conselho na referida dimensão política. Este é o sentido do comparecimento do brigadeiro José Egídio Gordilho de Barbuda à sessão realizada no dia 18 de dezembro, enviado pela Corte para informar as determinações referentes à eleição dos deputados para a Constituinte. A primeira determinação orientava "a este governo, que expedisse com a brevidade possível, as ordens para se proceder imediatamente a eleição dos Deputados desta Província para a Assembléia Constituinte e Legislativa da Nação Brasileira".⁶² O brigadeiro também comunicava que na apuração dos votos Cachoeira assumiria o papel de capital da província, reservando o correspondente número de deputados a que tinha direito a infeliz cidade de São Salvador, "ora ocupada pelas inimigas baionetas de Portugal", e conclui observando que "sua Majestade Imperial lhe ordenara de significar a este governo, quanto lhe são agradáveis os seus trabalhos, esperando que o mesmo governo continue a bem servir à grande Causa Brasilica".

Finalmente informado de maneira oficial, o Conselho procederia a aclamação de D. Pedro como Imperador Constitucional do Brasil. Porém, o maior desafio à afirmação desta representatividade ainda estava por mostrar todos os seus contornos; isto se daria a partir de finais de 1822, quando o confronto com o general francês parece ter ganhado cada vez mais força.

⁶⁰ APEB, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Governo Provisório, Atas de Instalação e Posse e mais deliberações do Conselho Interino de Governo, Maço 638-1.

⁶¹ Periódico de caráter decididamente monarquista, foi principalmente nas páginas do *Espelho* que D. Pedro publicaria seus artigos contendo ameaças veladas e grosseiras desqualificações contra seus adversários políticos. Isabel Lustosa. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 149.

⁶² APEB, Seção Colonial e Provincial, Registros de Correspondência Expedida pelo Conselho Interino de Governo, Atas e Ofícios, Maço 636, pp. 22-24 - grifos nossos.

Numa demonstração clara de possuir certa segurança de que o poder central não tinha condições políticas de secundarizar sua importância, o Conselho partirá para uma verdadeira guerra de desgaste contra Labatut frente à Corte. Em correspondência a José Bonifácio datada de 17 de dezembro, o mesmo sintetizará uma dura crítica ao general e após deixar evidente as profundas tensões que já se instalavam entre as duas autoridades ("militar e civil"), pede que seja feita uma nitida demarcação de qual o caráter e até onde iriam as responsabilidades de cada uma. O conjunto de atribuições e a intensidade da força que Labatut estaria tentando dar ao seu generalado teria obrigado o Conselho:

(...) a implorar com a maior instância a Sua Majestade Imperial de Declarar quanto antes ser o General um chefe do Exército que ora em ação nesta Província, comanda militarmente toda a Província como os antigos Capitães Generais, ou somente as Tropas reunidas no Exército, se o mesmo General é superior ou subordinado ou independente do Governo Provincial.⁶³

A relação com a centralização de poder nas mãos dos Capitães Generais insinua um retrocesso político (uma marcha a ré para a situação anterior às juntas surgidas com o Movimento Constitucionalista de 1821), decorrendo numa prática autoritária do comandante militar, injustificável mesmo em tempos de guerra, principalmente quando efetivada sem respeitar os bem definidos limites da hierarquia social da região produtora. É assim que, após registrar que Labatut vinha cuidando "pouco na defesa desta Província", observa que o mesmo:

tem prendido arbitrariamente a Cidadãos beneméritos, fazendo-os ir a seu Quartel General ignominiosamente escoltados, tem arcabrizado paisanos sem figura de Juízo, tem fuzilado e castigado com desonra a soldados e oficiais sem conselho de guerra; sendo Regulamento e a Lei a sua vontade, tem negado meter na Tesouraria Geral das Tropas, grande quantidade de dinheiro desenterrado nos Engenhos dos Teixeiras Barbosas, que [ilegível] em seu poder. Tem finalmente, por força de muitos outros atos despóticos e tiranos, derramado o terror *na classe mais importante dos Cidadãos*, na classe que aclamou a Regência de Sua Majestade Imperial e que sustentou por quatro meses quase miraculosamente a aclamação que fizera, isto é, *na classe dos Proprietários*.⁶⁴

⁶³ APEB, Seção Colonial e Provincial, Conselho Interino de Governo, Maço 637-2, f. 9.

⁶⁴ APEB, Seção Colonial e Provincial, Conselho Interino de Governo, Maço 637-2, f. 9 – *grifos nossos*.

Além de destacar um episódio que poderia levantar suspeita de corrupção, este trecho indiretamente reivindica o reconhecimento por parte do imperador, do apoio dado pelos grandes proprietários à sua autoridade e tenta evidenciar os riscos da prática arbitrária do Comandante para com a "classe mais importante dos cidadãos". O documento prossegue observando que "o Conselho Interino, já ameaçado abertamente pelo General, está resignado a sofrer tudo por amor a sua pátria".

Este último trecho, que traz a sinalização de que o confronto entrara numa fase bastante acirrada, onde a intimidação já se constituía em um dos recursos da disputa, não retrata a verdadeira disposição do Conselho, pelo menos num futuro bem próximo, de exercer a parte do poder que lhe cabia de maneira paralela ao do "despótico" militar francês.

De fato, o comportamento de Labatut parece não ter reconhecido as iniciativas do conjunto destes privilegiados cidadãos; nem mesmo dos seus mais destacados membros. O conflito com a poderosa família Pires de Albuquerque tem neste caso um significado emblemático. Pela correspondência endereçada a José Bonifácio em 23 de dezembro, conclui-se que ameaças a certos bastiões da província já vinham ocorrendo, estando claramente indicadas na seguinte parte do texto:

Por palavra e por escrito [o General Labatut] tem atenuado, maltratado e perseguido a verdadeiros autores da Aclamação da Regência de Sua Majestade Imperial nesta Província, como ao benemérito Capitão-mor Joaquim Ignácio de Siqueira Bulcão, a quem em officio que lhe dirigiu, o chama grosscira e injustamente, imoral, impolítico e anti-cristão, ao Coronel Senhor da Torre Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque Cavalcante d'Avila Pereira, a quem ameaçou de mandá-lo prender e conduzir ao seu Quartel General, ao Coronel Bento de Araújo Lopes Villas Boas a quem tem feito insultadoras desfeitas, ao Capitão-mor de Santo Amaro Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque e enfim, pode-se dizer que a todos os homens que *pensam e possuem na província*.⁶⁵

⁶⁵ APEB, Seção Colonial e Provincial, Conselho Interino de Governo, Maço 637-2, F.15 – grifos nossos.

Menor sorte tiveram outros respeitáveis - mas não tão expressivos como os do clã dos Pires de Albuquerque - senhores. O documento mais à frente denuncia que Labatut teria:

prendido arbitrariamente com estampido e escoltado para o seu Quartel General com a mais revoltante ignomínia a Cidadãos, ou beneméritos da Província e do Brasil, ou influentes pela sua fortuna, probidade ou familia e todos notórios amigos e servidores da Causa, como sejam o Tenente Coronel Manoel Diogo de Sá Barreto e Aragão, o digno Capitão-mor interino desta Vila, José Paes Cardoso da Silva, o Coronel Comendador Monoel José de Araújo Borges e José Garcia Cavalcante, Ajudante de Ordens do Conselho Interino preso esta semana.

Como se não bastassem episódios como estes, outras contradições levariam Conselho e General a uma inevitável rota de colisão. Mereceram várias linhas desta mesma correspondência a crítica indignada dos conselheiros ao comportamento de Labatut com relação à escravaria:

não esquecendo a barbaridade com que mandou de mesmo modo metralhar aos cinqüenta e um pretos depois de presos, como consta do seu Ofício número 8, ação que tanto mais horrorosa se torna, quanto é contraditória com a organização de um Brasil Não de negros cativos, criolos e africanos, que o General tem formado e está disciplinando, com a mais crassa impolítica e em notório dano desta Província.

Esta última estaria toda ela "irritada", entre várias outras razões:

Pelo alarme que tem derramado entre os Senhores de escravos por causa de estar organizando um Batalhão de escravos, até Africanos pertencentes aos Europeus, chamando a este Batalhão dos Libertos da Pátria, por causa de ter dado asa a que corresse a voz de que o escravo que lhe apresentasse para assentar praça ficava livre, por causa finalmente de haver com tão impolítico Plano, promovido a

fugida de muitos escravos do poder de seus Senhores para os matar. Veio portanto o General Labatut colaborar no plano em que há muito trabalha o daninho partido Europeu!⁶⁶

A ação do Comandante, ao mesmo tempo que atingia a propriedade dos senhores (estimulando fugas e fuzilando "pretos"), gestava uma situação de insegurança pública, já que armava um perigoso contingente de (ex-)cativos, com decorrências futuras imprevisíveis.

Mais uma vez o grupo senhorial iria deparar-se com a "impolitica" dos homens de Estado, no que se refere à questão escrava e dos livres e pobres de cor. Só que neste caso, não mais o Estado que impunha o poder colonial como em 1816 ou a partir de 1821, e sim aquele a tentar figurar-se independente, portanto, em construção, e que na Bahia, diga-se de passagem, não havia fincado nem mesmo os seus primeiros alicerces.

O documento segue abordando vários exemplos de iniciativas na tentativa de desautorização do Conselho, que demonstram a "gratuita ou talvez premeditada, ruptura" de Labatut com o mesmo, e conclui afirmando a incapacidade da vitória tendo este comandante à frente do campo brasileiro:

Tal é a narração da conduta do General Labatut, que a face do que levamos dito, é a todas as luzes evidente que só é capaz de perder esta Província e não de salvá-la, que só é capaz de fazer armar ao infame Madeira, por se mostrar mais bárbaro e imprudente que este monstro.

Com viagem marcada para o Rio de Janeiro, o coronel Joaquim Pires de Carvalho Albuquerque - talvez o nome do grupo senhorial de maior envolvimento em iniciativas diretas em

⁶⁶ Esta referência a um plano do "partido europeu" está relacionada ao estímulo dado pelos portugueses a rebeliões escravas, como também a promessas feitas por estes de que os escravos que combatessem em suas fileiras também seriam libertos. João José Reis, "O jogo duro do Dois de Julho: O 'Partido Negro' na Independência da Bahia", in João José Reis e Eduardo Silva (orgs.), *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, 1989.

defesa da ordem no pós-Independência - levaria na bagagem uma carta de apresentação que ressaltava sua longa lista de serviços prestados à "Santa Causa" e o credenciava a repassar documentos e o relatório sobre o andamento da guerra na Bahia, não deixando de relacionar mais uma vez argumentos contra Labatut.⁶⁷

Os primeiros meses até a sua deposição em finais de maio transcorreram avolumando o desgaste de Labatut. São várias as sinalizações neste sentido. Em 16 janeiro, o comandante da fortaleza do Morro de São Paulo pede esclarecimento ao Conselho Interino sobre "a que autoridade estava subordinado" de fato, obtendo a resposta de que sua ligação imediata era com o Conselho e com o "Excelentíssimo General" apenas no tocante a operações militares.⁶⁸

Os ventos de questionamento soprariam também de Sergipe de onde o seu "Governo Interino" buscava deixar a par o da Bahia, em meados de fevereiro, que:

a qual junta tendo entrado no exercício de seus deveres com satisfação dos Povos, fora incompetentemente suspensa pelo General em chefe, digo, fora arbitrariamente suspensa pelo General em chefe do Exército Pacificador da Bahia Pedro Labatut, quando por aqui transitou, isto sem o conhecimento de causa, ficando os mesmos Povos insatisfeitos por isso de comum acordo accitaram que fossem imediatamente convocados todos os Membros da mesma junta já instalada, para entrarem novamente no exercício daquelas mesmas funções de que foram privados, sem que disso houvesse ata ou Termo algum de Suspensão.⁶⁹

As condições internas pareciam estar dadas para iniciativas mais ousadas. Em correspondência datada de 23 de fevereiro, o Conselho partira para a ofensiva, passando a adotar uma perspectiva de resolver de uma vez por todas a situação:

⁶⁷ Esta presença do referido coronel é constante na repressão ao conjunto dos movimentos de escravos e livres pobres da Bahia que irromperam insistentemente durante todo o transcorrer as décadas de 1820 e 1830. João José Reis, *A Morte é uma Festa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 17.

⁶⁸ APEB, Seção Colonial e Provincial, Registros de Correspondência Expedida pelo Conselho Interino de Governo, Atas e Ofícios, Maço 636, pp. 55-56.

⁶⁹ APEB, Seção Colonial e Provincial, Registros de Correspondência recebida pelo Conselho Interino de Governo, Maço 637-4, caderno 42.

rogando instantemente a V(ossa) Ex(celênci)a a se digne olhar para esta Província, digna certamente de melhor sorte, propondo a demissão deste General Estrangeiro e já inimigo do sossego e Propriedade da Província.⁷⁰

Dois dias depois, outra correspondência saída da Sala de Sessões do Conselho iria prestar novo relatório dos "crimes políticos" cometidos pelo general e de fato insistiria na proposta levando:

tudo ao Conhecimento de Sua Majestade o Imperador, para que quanto antes baixe uma medida salutar, que não pode ser menos, que a já pedida demissão deste general. [...] é um brasileiro quem deve salvar a Bahia, não um Estrangeiro sem Pátria, sem outro laço social que o interesse.⁷¹

Alguns dias depois, em 29 de fevereiro, Labatut solicitaria uma ampla reunião da "Câmara, Cidadãos e corpo Eclesiástico" de Cachoeira, onde apresentaria um documento: "cujo teor sendo todo insultante ao Secretário do Conselho, deliberou a Assembléia que não continuasse a ler e logo exigindo a Assembléia declarasse o Exmo. General o que pretendia." O mesmo seria categórico:

declarou que queria uma satisfação pelas ofensas que disse-lhe havia feito o Secretário do Conselho [Francisco Brandão Montezuma], que deveria ser deposto, ou que ele General juntamente com a Tropa auxiliadora do Rio e Pernambuco embarcavam deixando a Província.⁷²

O estado de espírito do brigadeiro revelado neste episódio, sem maiores decorrências saídas da sessão do Conselho de Cachoeira, parece, no entanto, pelo menos ter contribuído para influenciar o Soberano. Foi assim que a intenção política da Corte em impor Labatut como um

⁷⁰ APEB, Seção Colonial e Provincial, Conselho Interino de Governo, Maço 637-2, p. 34.

⁷¹ APEB, Seção Colonial e Provincial, Conselho Interino de Governo, Maço 637-2, p. 32.

⁷² APEB, Seção Colonial e Provincial, Registros de Correspondência Expedida pelo Conselho Interino de Governo, Atas e Ofícios, Maço 636, pp. 28-32.

preposto de seu poder ficou evidente com a completa desconsideração de todo este desgaste do mesmo em terras baianas e a tentativa de fortalecer sua autoridade nomeando-o para uma função de maior expressão⁷³. Ao receber a informação, em 29 de março, o Conselho designaria rapidamente um representante que embarcasse para o Rio de Janeiro com o objetivo de:

inteirar o Ministério do choque que sofreu a opinião pública com a notícia de que o General Labatut, era General das Armas, tendo debaixo do seu comando imediatamente toda força de 1^a e 2^a linha da Província, aparecendo já cidadãos e pais de família pedindo baixa para seus filhos, que deram como voluntários para corpos de 1^a linha e deserções igualmente em alguns destacamentos [...]⁷⁴

Apesar desta iniciativa, parece já estar evidente que nenhuma solução que privilegiasse o poder dos proprietários da Bahia, iria surgir da Corte. Não obstante a isto, as tensões por aqui avolumavam-se cada vez mais e as sinalizações sobre a existência de um grupo de oficiais que conspirava contra o comandante se apresentavam⁷⁵. Mas seria o próprio Labatut o responsável por dar o primeiro impulso - pelo menos visível - ao processo que levou à sua queda. A prisão do Coronel Felisberto Gomes Caldeira ordenada pelo general certamente precipitou uma ação sem demora da conspiração já em curso.

O transcorrer das movimentações dos oficiais que impuseram a deposição de Labatut, evidencia uma constante relação com a afirmação da autoridade do Conselho Interino. A reunião de parte destes oficiais (das brigadas de direita e centro) no dia 21 de maio, tendo à frente o Coronel Lima e Silva preparava-se para mandar representantes ao encontro de Labatut com o objetivo de reivindicar o afastamento do secretário José Maria Cambuci do Valle. Destacavam ao

⁷³ É importante destacar que em correspondência endereçada a José Bonifácio no dia 21 de fevereiro, portanto, a pouco mais de trinta dias antes da chegada da notícia da promoção de Labatut, o Conselho, referindo-se ao conjunto dos corpos armados por ele constituído, os quais o general intentava diluir, observava que "obrou regularmente mandando organizar aqueles Batalhões, considerando o General Labatut só e tão somente General do Exército Pacificador e não Governador das Armas, até porque se lhe opõe a condição de Estrangeiro, a quem não sofrem Povos ---- ver confiado o leme do Estado, seja qual for a repartição". Como podemos perceber, a "condição de estrangeiro" em nada impediu que Bonifácio concedesse o "leme" de toda força militar da província ao referido general. APEB, Seção Colonial e Provincial, Conselho Interino de Governo, Maço 637-2, p. 25. Grifos nossos.

⁷⁴ APEB, Seção Colonial e Provincial, Registro de Correspondências Experiadas pelo Conselho Interino de Governo, Atas e Ofícios, Maço 636, pp. 39-40.

⁷⁵ Amaral, *História da Independência*, p. 390

lado do desrespeito ao exército, também o que se efetivava contra o Conselho. Esta reunião seria interrompida por oficiais da brigada da esquerda, que comunicaram a já efetuada deposição do General⁷⁶. Ela daria lugar a um conselho militar realizado no dia posterior. Logo no início de suas discussões seria proposto:

que se oficiasse ao Excelentíssimo Conselho Interino do Governo, participando não só a deliberação tomada em preta ata, como o seu resultado, requisitando nela a soltura do Coronel Felisberto Gomes Caldeira, reintegrado no Comando da mesma Brigada, atenta à injustiça e má fé com que foi preso, o que foi unanimemente aprovado.⁷⁷

Chegava ao fim uma dura queda de braços entre os senhores do açúcar e o poder da Corte e pouco mais de trinta dias depois também a guerra de Independência.

Como podemos ver, a guerra constituiu-se numa grande escola de exercício de poder para o grupo senhorial. Através dela, os poderosos produtores do Recôncavo, que antes do conflito ocupavam uma posição política menor dentro do bloco dominante, enfrentaram adversários internos à província e de fora dela; fortalecendo e transformando suas relações políticas em ambos os espaços.

Este grupo aprenderia no fogo da guerra, a colocar-se como aquele que dali por diante seria impelido a dar a última palavra nas relações de poder na província.

A gestão do Conselho Interino foi capaz de estabelecer uma dinâmica centrífuga que colocou diretamente a seu serviço, além, é claro, dos conservadores, liberais moderados como Montezuma e até radicais como Sátiro da Cunha e Silva Castro.

Ao ser vitorioso na tarefa de fazer convergir para o seu espaço político fundamental - o Conselho Interino - e direcionar o conjunto dos vetores que, se contrapondo à recolonização, emergiram no Recôncavo após os primeiros meses de 1822 e assim viabilizando com grande

⁷⁶ Amaral, *História da Independência*, p. 392

⁷⁷ APEB, Seção Colonial e Provincial, Registros de Correspondência recebidas pelo Conselho Interino de Governo, Maço 637-4, caderno 36.

sucesso o poder alternativo que ali se instalou, o grupo senhorial experienciou uma legitimidade talvez jamais vivida em mesma intensidade por outros sujeitos sociais da Bahia.

No entanto, isto teria um preço. Como observamos em linhas anteriores, os momentos do pré e do transcorrer da guerra de independência significaram um palco onde os dois grupos sociais com principalidade no exercício do poder na capitania, ou seja, que compunham o seu bloco dominante, marcariam claramente os seus próprios contornos. No período que precedeu o conflito bélico, que tem início nas tensões internas à Junta Provisória definida em 11 de fevereiro de 1821, até a ocupação militar da Cidade do Salvador pelas tropas comandadas por Madeira de Mello (21 de fevereiro de 1822), os grandes comerciantes portugueses se colocaram como sujeitos centrais na elaboração de posições, articulações políticas e financiamento dos batalhões que estabeleceram a ditadura.

A não aceitação desta última por parte do grupo senhorial, mesmo com vacilações iniciais, o fez apresentar-se também de maneira bem definida. No entanto, para além da explicitação do papel destes dois sujeitos, a guerra de independência levou-os a um duro confronto, abrindo uma fissura no bloco dominante.

Certamente, em medida muito limitada, o grupo senhorial antevia a complexidade das tarefas que o período do pós-2 de Julho que se abria lhe reservava. Dentro de um quadro de indefinições sobre como se conformaria o nascente Estado nacional brasileiro, estava posta também a questão de qual seria o papel e o futuro da Bahia dentro do mesmo. Internamente era fundamental restabelecer a ordem na capital, castigada e tensionada pelo conflito e recompor laços com aqueles que, pelo menos do ponto de vista econômico, permaneciam com destacado significado nas perspectivas da província: os grandes comerciantes portugueses.

No entanto, novos sujeitos, ou pelo menos com novas energias, despontariam na cena política, fincando obstáculos nada desprezíveis para a realização dos objetivos dos dominantes e das "autoridades" por eles credenciadas.

A disputa pela Independência parecia ter chegado ao fim. Porém, muito cedo o grupo senhorial perceberia que outras batalhas relacionadas a ela viriam, mas desta vez não contra os portugueses inimigos, mas contra a "anarchia" e a "desordem" afirmadas por um difuso, mas persistente e incisivo sujeito político.

Capítulo 2

3. LEITORES REBELDES, BLOCO DOMINANTE E CAMPO POPULAR

3.1 DE ONDE VINHAM OS REBELDES

No capítulo I, tentamos definir quais seriam os grupos que, no entender deste trabalho, comporiam o "bloco dominante" na Província. Subliminar a esta definição, procuramos demarcar um espaço onde não caberiam aqueles que muitas vezes foram incluídos entre os segmentos dominantes através de expressões como "elite" ou "privilegiados": os leitores rebeldes.

Porém, se considerarmos a diversidade de formulações dos autores que se dedicaram, ainda que na maioria das vezes indiretamente, ao tema, perceberemos como a inclusão ou não dos leitores rebeldes entre os grupos dominantes permanece como uma polêmica.

Ao analisarmos as posições correntes na historiografia sobre o período, podemos constatar que a condição letrada é frequentemente associada a pertencimento aos grupos dominantes. Esta posição parece estar presente em Kátia Mattoso, que ao analisar o perfil dos que na Bahia assumiam funções de poder no Estado, observa que os postos eram ocupados por membros dos referidos grupos, em função do fato de que apenas os que descendiam de "categorias bem definidas e pouco numerosas" conseguiam garantir o mínimo de formação educacional exigido para o papel a ser desempenhado.⁷⁸ Lina Aras, ao tratar dos movimentos federalistas do início da década de 1830, destaca que muitas das lideranças destes movimentos sabiam ler e escrever, indicando o acesso à escolarização que, neste período, seria restrito a determinadas camadas

⁷⁸ Mattoso, *Bahia, Século XIX*, p.291

sociais.⁷⁹ Encontramos posição semelhante em Carlos G. Mota, ao fazer referência a Cipriano Barata como pertencente a uma classe de proprietários, dentro da qual comporiam lavradores e senhores de engenho.⁸⁰ Mota observa, tratando da Conspiração de 1798, que a rebelião que se planejava "não era ainda aquela dos sonhos dos *proprietários*", entre estes Cipriano, que concebia, naquele momento, a revolução como uma iniciativa de escravos, assim como de pretos e pardos libertos.⁸¹

Esta leitura com a qual Mota está identificado, será particularmente criticada por Ubiratan C. de Araújo, que observa que já encontra grande expressão na historiografia do período a idéia da diferenciação de interesses e da convivência muitas vezes conflituosa entre lavradores e senhores de engenho. Grandes proprietários de terras e do maquinário necessário ao beneficiamento da cana-de-açúcar, os últimos freqüentemente estabeleciam uma relação de chantagem e exploração, principalmente com os pequenos e médios lavradores. Estes, portanto, estariam muito longe do que poderíamos considerar como proprietários pertencentes aos grupos dominantes naquela sociedade.⁸²

Na definição de João J. Reis, as lideranças dos movimentos rebeldes ocorridos entre 1824 e 1833, fariam parte das "camadas médias da hierarquia social".⁸³ No mesmo sentido, Luís H. D. Tavares define estas camadas médias como "as contestadoras urbanas mais próximas do grande número de escravos, forros e libertos".⁸⁴

Como podemos perceber, nesta última formulação, coloca-se uma segunda questão também central: o caráter urbano destes movimentos.

Sobre este aspecto, parece existir um grande consenso entre os autores. Os dados ocupacionais, considerando o total dos processados com funções identificadas, apresentados por

⁷⁹ Aras, "A Santa Federação Imperial".

⁸⁰ Como ressaltaremos a seguir, uma biografia central para a compreensão da trajetória dos rebeldes leitores baianos.

⁸¹ Carlos Guilherme Mota, *Idéia de Revolução no Brasil (1789-1801)*, São Paulo, Editora Ática, 1996.

⁸² Araújo, "L'Économique et le Politique". Com Araújo parece corroborar Morel, que também ressalta as referidas diferenças entre estes produtores. Morel, *Cipriano Barata*.

⁸³ João José Reis, "Dez anos que abalaram a Bahia: perfil social dos rebeldes baianos, 1824-1833", texto não publicado, p.13.

⁸⁴ Luís Henrique Dias Tavares, *O Levante dos Periquitos. Um episódio obscuro do Primeiro Império*, Salvador, Centro de Estudos Baianos, 1990.

Aras referentes aos movimentos federalistas do início da década de 30 configuram o seguinte quadro de evidente principalidade do citado caráter:⁸⁵

MILITARES	16,66%
ARTESÃOS COM VARIADAS ESPECIALIDADES	45,24%
COMERCIANTES	19,05%
FUNCIÓNÁRIOS DA BUROCRACIA DO ESTADO	7,14%
VIVIAM DA ESCRITA	4,76%
TOTAL	92,85%

A ampliação do período analisado, apesar de produzir alterações nos percentuais específicos das categorias, o faz por dentro de um leque considerado urbano em sua totalidade. Os dez anos de desenvolvimento dos movimentos rebeldes analisados por Reis indicam os seguintes percentuais⁸⁶:

MILITARES	32%
ARTESÃOS COM VARIADAS ESPECIALIDADES	31,2%
COMERCIANTES	13,6%
FUNCIÓNÁRIOS DA BUROCRACIA DO ESTADO	10,4%
VIVIAM DA ESCRITA	2,4%
TOTAL	89,6%

Como podemos perceber, o alargamento do período pesquisado aponta uma diferença significativa entre o peso dos comerciantes e principalmente dos militares. No entanto, somando ainda quase 90% nos dois totais, as ocupações tipicamente urbanas mantêm preponderância entre a liderança rebelde.

Ampliando ainda mais a distância cronológica, iremos constatar que esta preponderância

⁸⁵ Lina Maria Brandão de Aras, "A Santa Federação Imperial: Bahia 1831-1833", São Paulo, USP, 1995, p. 172.

⁸⁶ Reis, "Dez anos", p.10.

também pode ser verificada no perfil dos conspiradores de 1798. Pelos dados⁸⁷ de Luis Henrique D. Tavares, excluindo-se os genericamente definidos como escravos do total dos processados (entre artesãos, militares, negociantes, cirurgião e professor) todos exerciam funções essencialmente urbanas.⁸⁸

Notemos que pelas características destas funções, dificilmente poderíamos caracterizar estes rebeldes que atuaram entre 1798 e 1833 como parte dos grupos dominantes. Também nesta perspectiva pode ser considerada a questão do nível de formação intelectual dos mesmos.

As listas divulgadas pelos conspiradores de 1798 são indicativas de um importante papel da ilustração no movimento. De fato, por elas, não seria exagerado considerar como provável a presença de um conjunto não tão numeroso, mas muito significativo, de indivíduos com formação universitária entre os 11 homens graduados em cargos e posto, os treze graduados em leis, as dezenas de oficiais de milícias e de linha, além dos comerciantes e religiosos que figuram como parte da relação. No entanto, a exclusão destes personagens da devassa que perseguiu e condenou um resumido conjunto de rebeldes (como se sabe, pobres e afro-descendentes) dificulta profundamente a avaliação do real peso numérico e do nível de compromisso dos mesmos com os planos revolucionários. Porém, talvez mais importante do que isto seja destacar que estes ilustres não se posicionaram, pelo menos claramente, como construtores da tradição contestatória a partir daí iniciada, salvo algumas exceções.

Uma destas exceções foi o padre Francisco Agostinho Gomes. Apesar de se constituir em um dos afastados da devassa, todos os indícios apontam a sua participação na conspiração. Ilustrado, homem de posses e herdeiro de uma considerável fortuna, não estava dentro dos critérios definidos por D. Fernando José de Portugal para aqueles que deveriam ser processados e muito menos executados. Obrigado a partir para Lisboa e apresentar-se à Corte, voltou de Portugal com obrigações financeiras que se estenderiam pelo tempo (trouxe um "brasão de armas", que o definiria a partir dali, como nobre), "isento", portanto, de culpa.⁸⁹ Voltando à cena política nos momentos pré-Independência, foi um dos deputados da Bahia às Cortes de Lisboa

⁸⁷ Para tornar mais clara a verificação procuramos aqui agrupar os dados por categorias coincidentes.

⁸⁸ Luis Henrique Dias Tavares, *História da sedição intentada na Bahia em 1798: A Conspiração dos Alfaiates*, São Paulo, Pioneira, 1975.

⁸⁹ István Jancsó, "Contrabandos e idéias", in Carlos Vasconcelos Domingues, Cicero Bathomarco Lemos e Edyala Yglesias (orgs.), *Animai-vos, povo bahiense! A Conspiração dos Alfaiates* (Salvador, Omar G. Editora, 1999), p.63.

que fugiu de Portugal para não assinar a constituição ali elaborada. A figura de Agostinho Gomes irá emergir com significado marcante em meados dos conturbados anos 20, quando se constituirá em forte suspeito de apoiar o governo insurgente de Pernambuco, em processo de construção do movimento que seria definido como Confederação do Equador.

Figura de importância inquestionável foi o liberal radical Cipriano Barata. Polêmico e possuidor de um grande carisma, Barata contribuiu de maneira decisiva na personalização dos letrados rebeldes em todo o processo de descolonização do Brasil, entre 1798 e 1831, tendo, a partir de 1822, se colocado como uma liderança referencial nas mais diversas províncias onde as disputas políticas ganhavam um maior nível de acirramento.

Mas, como observamos, estes casos não foram a regra, sendo ainda evidente a desproporção no que se refere à constância e a intensidade das contribuições realizadas por Gomes e Barata na trajetória dos rebeldes de 1798 a 1830. Os demais conspiradores com formação universitária registraram presença, voltamos a afirmar, apenas na categorização - presente nos boletins sediciosos - feita pelos próprios rebeldes de 1798, permanecendo alheios, pelo menos a ponto de não serem identificados, no transcorrer das disputas políticas e ideológicas da província verificadas nos anos e décadas seguintes.

Portanto, parece-nos importante constatar o peso limitado dos ilustrados a fazer uma ponte histórica entre a conspiração construída nos últimos anos dos setecentos e as efervescentes décadas de 1820 e 30.

A esta reduzida expressão numérica, soma-se um condicionamento colocado para o conjunto dos opositores do poder central. Trata-se da descontinuidade da trajetória política de diversos indivíduos que estavam à frente dos movimentos rebeldes. Esta descontinuidade, que certamente marcou o grupo envolvido no movimento de 1798 e outros ainda no período colonial, passa a mostrar-se com força desde o segundo ano de estabelecimento do poder de D. Pedro I, com a chamada "bonifácia". Esta perspectiva aprofundar-se-ia com o fechamento da Constituinte em finais de 1823, como já nos referimos no capítulo anterior. Foi o caso do advogado Inocêncio da Rocha Galvão. Firme e radical, teve um papel importante no Levante dos Periquitos (1824), mas ao se configurar a derrota do movimento, foi obrigado a fugir. Condenado em processo sumário à força, certamente teria o mesmo destino do major Satyro da Cunha e do alferes Gaspar

Villas Boas, fuzilados em 15 de janeiro e 22 de março de 1825 respectivamente⁹⁰. Pelo menos na Bahia, não encontramos mais informações sobre sua ação política; sabe-se, no entanto, que seria, mesmo estando nos EUA, aclamado na Sabinada como presidente da Bahia, posto que não chegou a assumir.⁹¹

Porém, ainda que não se imponha necessariamente a conclusão de que tiveram peso significativo aqueles que chegaram ao que poderia ser considerado o topo da formação acadêmica do período (a passagem pela universidade conimbricense) e, neste sentido, não possamos imputar uma forte marca da ilustração aos contestadores aqui analisados, seria um grande equívoco secundarizar o papel das letras na conformação e atuação dos mesmos. Entre estes rebeldes não pesavam os ilustrados, mas tudo indica que era bastante expressivo o número e significado dos *leitores*.

Logo a partir da Conspiração dos Alfaiates, os que chamaremos daqui por diante de "leitores rebeldes" se evidenciam. Hermógenes Pantoja (que figura entre os heróis da luta pela independência, morto em um dos primeiros combates contra os portugueses em Salvador no posto de major), em 1798, com a patente de tenente, foi um dos acusados, junto com Agostinho Gomes, de traduzir os subversivos textos franceses para o português. Entre as acusações que pesaram nos ombros de Luiz Gonzaga e que fundamentaram a sua pena de execução estava a de ser um dos que escreveu os panfletos subversivos.⁹²

Evidencia-se com estes exemplos que a corporação militar foi um organismo privilegiado não apenas como ameaça armada à ordem, mas também como espaço de concentração de leitores rebeldes, portanto, dentro de seus limites, um sujeito intelectual dos movimentos contestatórios.

Jancsó observa que os membros dos grupos dominantes não se sentiam atraídos pelos postos da oficialidade. Os filhos dos senhores de engenho e grandes comerciantes eram mandados para Portugal a fim de garantir a formação universitária. Era esta mesma oficialidade que, naquele momento histórico, mostrava uma imensa admiração por Napoleão, e que lia

⁹⁰ João José Reis, "A Revolta do Povo Fardado: o motim do Batalhão dos Periquitos", texto não publicado, p. 34.

⁹¹ Paulo César Lima de Souza, "A Revolta da Sabinada - Bahia, 1837", Salvador, Mestrado, UFBA, 1984.

⁹² Jancsó, "Contrabandos", p. 65.

inclusive em voz alta as obras francesas traduzidas para o português dentro dos próprios quartéis.⁹³

É importante destacar que a descontinuidade de trajetória política também anulou lideranças rebeldes militares. Já na Conspiração dos Alfaiates, o oficial de lavrante Luís Pires, figura central na mesma, no início da devassa, desapareceria sem deixar rastro e em definitivo, escapando de ser o quinto enforcado e esquartejado⁹⁴.

No entanto, o maior peso numérico destes militares, como as decorrências explosivas que poderiam advir de duras sentenças impostas a um elevado conjunto de oficiais, podem ter viabilizado uma maior longevidade histórica da prática política dos mesmos. Assim, é possível identificar diversas lideranças militares da Sabinada, que tiveram atuações registradas em um conjunto de movimentações rebeldes anteriores. Figuras como os oficiais Sérgio José Velloso e Daniel Gomes de Freitas, que anteriormente fizeram-se presentes com destaque no Levante do Batalhão dos Periquitos em 1824⁹⁵, são exemplos de militares que apresentam o que poderia se chamar de uma extensa trajetória política.

Mas, como pudemos perceber tendo como base as formulações de diversos autores, os elementos aqui tratados estiveram relacionados a uma localização da origem e do papel econômico e social dos indivíduos.

Ainda que estes condicionamentos sociais e econômicos sejam bastante importantes, entendemos que a caracterização da relação dos "rebeldes leitores" com o "bloco dominante" deve responder à questão de como os mesmos se colocaram diante das posições políticas e ideológicas afirmadas historicamente por este mesmo "bloco".

Na Bahia, estes leitores tendentes à subversão confundiram-se com o que, nas mais diversas províncias, acabou por ganhar a denominação de grupo dos "exaltados".

Morel observa que a identidade política dos exaltados foi construída nas décadas de 1820 e 1830 e aponta uma rede de contra poder estabelecida pelos mesmos em todo o território

⁹³ Jancsó, "Contrabandos", p. 70-71.

⁹⁴ Morel, *Cipriano*, p. 58.

⁹⁵ Tavares, *O Levante dos Periquitos*, p. 7.

nacional em diversos momentos, que passou pela imprensa, maçonarias, sociedades secretas ou não, e espaços locais. Por sua vez, o qualificativo "exaltado" se conformou com mais definição e força entre 1831 e 1835, passando a ser associado à anarquia, demagogia, revolução, democracia, ligação com as recentes Repúblicas da América Espanhola etc.⁹⁶.

No entanto, caso nos arriscássemos a fazer referências aos "precursores" desta "identidade exaltada", jamais poderíamos deixar de destacar a província baiana enquanto espaço privilegiado de seus primeiros passos.

Em suas pretensões de fundar a "república bahiense", os revolucionários de 1798 foram, na definição de Ubiratan de Araújo, os primeiros políticos do povo na Bahia. Eles afirmaram um autêntico programa popular, o qual *recobriam e alargariam*, durante os diversos movimentos rebeldes entre 1821 e 1837, desenvolvidos na província.⁹⁷

Não se faz necessária uma análise muito minuciosa para constatar o que viabilizou que este programa, mesmo redefinindo-se, tráfegasse pelo tempo. Tendo como maior riqueza a sua dimensão conspirativa, o movimento de 1798 foi capaz de apontar alternativas para questões postas em seu momento, mas para além deste, pulsantes em todo o processo de descolonização.

Num paralelo entre o programa econômico defendido pelos conspiradores e aquele apresentado pelo liberal João Rodrigues de Brito quase uma década depois (1807), Araújo encontrará semelhanças importantes, particularmente no que se refere à afirmação de alternativas para a crise urbana vivida pela cidade da Bahia, e a falta de perspectivas da população do interior da província⁹⁸. Dentre essas propostas, constavam medidas que visavam acabar com a concentração do beneficiamento da cana-de-açúcar, a diversificação da produção agrícola, tanto para o atendimento do consumo interno como para a emergência de novos produtos de exportação e o estímulo ao crescimento econômico de outras regiões, que rompesse a muralha de

⁹⁶ Morel, *Cipriano Barata*, p. 337-339.

⁹⁷ Ubiratan Castro de Araújo, "A Bahia no tempo dos Alfaiates", in Ubiratan Castro de Araújo, Luis Henrique Dias Tavares, Maria Beatriz Nizza da Silva e outros (orgs.), *II Centenário da Sedição de 1798 na Bahia*, (Salvador, Academia de Letras da Bahia/Secretaria de Cultura e Turismo, Brasília/MINC, 1999), p. 9.

⁹⁸ Ubiratan Castro de Araújo, "A política dos homens de cor no tempo da Independência", in Carlos Vasconcelos Domingues, Cícero Bathomarco Lemos, Edyala Yglesias (orgs.), *Animai-vos, povo bahiense! A Conspiração dos Alfaiates*, Salvador, Omar G. Editora, 1999, p. 104.

exclusividade das atenções para a região do Recôncavo.⁹⁹ Além do desinteresse da coroa portuguesa, a adoção de um programa deste tipo obviamente inspiraria a mais franca aversão dos grandes comerciantes e senhores de engenho.

Do ponto de vista político e ideológico, os escritos de 1798, ainda que marcados pela imprecisão, eram inconcebíveis para os poderosos da capitania. Promessas de liberdade para os escravos, propostas como o controle sobre o corpo eclesiástico e a construção de uma república que incluísse como cidadãos os homens de cor despertariam o ódio das autoridades coloniais e dos "portugueses da terra", em seu simples anúncio.

Assim, ainda que alterações no jogo político internacional acabassem por impor decisões como a abertura dos portos em 1808, a tradição dos rebeldes leitores, já em seus primeiros passos, marcharia em confronto com as perspectivas visualizadas pelos grupos dominantes da Bahia.¹⁰⁰

A idéia de república novamente despontará na cena política, desta vez estimulada pela chamada Revolução de 1817, com origem em Pernambuco. Mais uma vez, leitores rebeldes e grupos dominantes estarão em pólos opostos na província. O governador D. Marcos de Noronha e Brito tratou de enviar tropas, tanto navais como por terra, compostas de cinco mil homens para sufocar o movimento e executou sumariamente o padre Roma. Este aportou em Salvador encarregado pelos revolucionários pernambucanos para estabelecer a relação com os daqui e garantir o apoio necessário (quicá a adesão da província). A evidência da posição dos liberais radicais da Bahia explicitou-se no episódio em que o mesmo governador, ameaçando "cortar a cabeça" de Cipriano, observou que sabia "de toda sua vida em Abrantes e na cidade", sinalizando ter consciência de articulações feitas por Barata e da relação das mesmas com os acontecimentos

⁹⁹ Rodrigues de Brito defende, a partir do exemplo da China, a autorização para implantação de um sistema de pequenos engenhos ambulantes que atenderiam os lavradores, naquele momento a mercê das chantagens do grande senhor de engenho. João Rodrigues de Brito, *Cartas econômico-políticas sobre a agricultura e o comércio da Bahia*, Salvador, APEBa, 1985. pp. 18-19.

¹⁰⁰ Esta nova política econômica adotada por D. João, é importante que se diga, estava muito longe do significado do que propunham os revolucionários em 1798. A começar pelo caráter anti-francês da mesma (os conspiradores, como se sabe, afirmaram textualmente a opção por uma relação privilegiada com a França) as posições caminharam em direções opostas. Enquanto os conspiradores tinham por objetivo colocar um fim na dependência econômica da Bahia em relação a Portugal, a política joanina inicia uma trajetória de profunda subordinação da economia da colônia à Inglaterra. Rodrigues observa que no dizer dos contemporâneos da constituinte de 1823, os Tratados de aliança e de comércio com a Inglaterra (1810), significaram uma verdadeira "máquina infernal de dominação". José Honório Rodrigues, *A Assembléia Constituinte de 1823*, Petrópolis, Editora Vozes, 1974, p. 57.

da subversiva província vizinha. Mais clara se torna esta diferença de posicionamentos nos anos que se seguem à derrota da revolução. Barata estará à frente do que Morel definiu como um "esboço da luta pela anistia", que passou pela organização dos chamados "clubes" - comitês responsáveis tanto por realizar atividades para a sustentação material dos presos, como por exercer uma pressão social para que a anistia se efetivasse.¹⁰¹

Foi neste período de maior definição política e ideológica do grupo o qual Cipriano se constituiu como referência mais importante (ou, pelo menos, a mais visível) que certamente os segmentos dominantes passaram a cultivar profundas desconfianças pelo mesmo.

Aqui, queríamos ressaltar um aspecto central neste quadro de definições mais precisas dos leitores rebeldes baianos. Em sua análise sobre as referências ideológicas de Cipriano Barata, Morel identifica traços importantíssimos. Destacam-se, por exemplo, as noções de soberanias nacional e popular. A idéia defendida por José Murilo de Carvalho de que existiria uma homogeneidade ideológica na universidade de Coimbra que, por sua vez, teria gestado uma "elite política" também homogênea no Brasil em processo de descolonização é duramente criticada pelo autor¹⁰². Este observa que diversas movimentações e doutrinas circulavam e ganhavam expressão na Europa, inclusive em Coimbra, onde os ilustres brasileiros do período constituíram formação universitária. A Revolução Francesa seria a mais importante destas movimentações, marcando particularmente a trajetória de Cipriano.¹⁰³

Mas, se a perspectiva ideológica de Barata teria forte influência das teorias francesas, o espaço onde estas formulações ganhariam expressão social e política (portanto, adquirindo personalidade própria a partir da vivência dos sujeitos) para Cipriano e outros que com ele se identificavam emergiu mesmo no Brasil ainda em sua situação colonial.

A Revolução Pernambucana de 1817 marca um momento de importantes transformações na visão política dos leitores rebeldes da Bahia. A partir dela, as noções de soberanias nacional e popular passam a se expressar tanto na vida política em que estavam mergulhados estes rebeldes, como nos sujeitos com os quais se relacionavam. Mesmo não participando diretamente da

¹⁰¹ Morel, *Cipriano Barata*, p. 161.

¹⁰² José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem. A elite política imperial*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p. 27.

¹⁰³ Morel, *Cipriano Barata*, p. 46.

Revolução, o acesso (garantido através do contato com a sua vanguarda) ao significado da mesma, alteraria profundamente a caracterização dos nossos leitores rebeldes, resultando em dois fenômenos complementares. O primeiro seria o que poderíamos chamar da gestação de um “olhar interprovincial”. Ou seja, a afirmação de posições e uma solidariedade política que extrapolavam os limites das diversas províncias, particularmente as do nordeste da colônia. O segundo foi a noção da carta constitucional, entre outras coisas, como um resultado do exercício da soberania popular. Foi este segundo componente que se impôs como uma espécie de “divisor de águas” político-ideológico entre liberais radicais e conservadores na conturbada trajetória do Brasil dos anos 20 e 30.

Mesmo com o fechamento da Constituinte de 1823, a noção de tornar o conjunto dos espaços institucionais um reflexo da soberania popular, redefine-se para uma busca incessante de vitórias pontuais por dentro destes espaços. Na tentativa de realizar esta difícil tarefa, os liberais radicais constituiriam uma dinâmica e instrumentos próprios, que apesar de suas precariedades e fluidez, mostravam-se com surpreendente eficácia nos momentos em que as disputas gerais recrudesciam.

3.2 A TRADIÇÃO DA ESCRITA SUBVERSIVA NA BAHIA

Como sabemos, o início da prática dos rebeldes baianos tem na divulgação escrita de suas idéias um instrumento importantíssimo. Os boletins sediciosos de 1798 são, neste sentido, emblemáticos.

A dura repressão à Conspiração dos Alfaiates não evitaria que outras situações similares aflorassem. Assim, a Junta Governativa definida como o resultado das grandes mobilizações que impuseram a queda do governo da província na chamada Revolução Constitucionalista de 1821 foi incisivamente criticada através de boletins que “apareciam nos quartéis e em outros lugares”¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Braz do Amaral, *História da Independência na Bahia*, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1923.

Porém, episódios como estes, que evidenciam a publicização de posições políticas na Cidade da Bahia, representam a ponta de um processo bem mais amplo e rico de circulação destas idéias.

Jancsó, debruçando-se especificamente sobre o papel do contrabando nesta circulação, observa que o movimento do comércio transatlântico permitia um tráfego ainda muito pouco estudado de livros e idéias e que a decorrência disto, na Bahia, a partir do final do século XVIII, foi a gestação de conspirações, seguidas das iniciativas de repressão.¹⁰⁵

Portando, no caso de Salvador, entre os elementos que configuram um quadro urbano ligado à condição de capital da província, coloca-se com grande importância política a existência do porto e seus fluxos econômicos. Ao peso numérico dos setores médios urbanos (com relativa superioridade se comparado mesmo à região do Recôncavo), acrescentam-se as condições privilegiadas que os mesmos tinham no sentido do acesso à produção escrita chegada no ancorar das embarcações, e entre esta, a considerada neste período como subversiva.¹⁰⁶

No entanto, será no limiar da luta pela independência que a imprensa ganhará sua maior expressão. Isabel Lustosa observa que desde o segundo semestre de 1821, a imprensa passou a ter um papel decisivo para a disputa dos rumos que a política tomaria no Rio de Janeiro, papel que revelou toda sua força no episódio do “fico”. Este processo, que terá como marco final o fechamento da Constituinte em novembro de 1823, estará condicionado pela falta de um poder legitimamente estabelecido, que por sua vez abriu espaço para que a imprensa rompesse com a censura prévia e rapidamente se reproduzisse sem barreiras.¹⁰⁷

É importante destacar que o conteúdo dos textos publicados tinha um caráter eminentemente político, ainda que os embates por vezes se desdobrassem em ataques pessoais. Por dentro da conformação dos impressos como elementos significativos nas disputas de poder,

¹⁰⁵ Jancsó, “Contrabandos”.

¹⁰⁶ Aras também ressalta a importância do circuito de mercadorias para que “aportassem” em Salvador idéias que estimularam os apoiadores seja da chamada Revolução Pernambucana de 1817, seja da Confederação de 1824. A autora observa que, em contrapartida, este mesmo circuito era também muito utilizado pelas autoridades conservadoras, que por vezes tiveram iniciativas quase sincronizadas na defesa da ordem. Aras, “A Santa Federação Imperial”, p. 181.

¹⁰⁷ Isabel Lustosa observa que do momento em que D. João VI partiu para Portugal (26 de abril de 1821) até a dissolução da Constituinte (12 de novembro), a imprensa foi um palco de debate com características democráticas, no entanto, sem regras estabelecidas. Lustosa, *Insultos impressos*, p. 91.

destaca-se o desempenho dos chamados liberais radicais ligando diversos pontos do fragmentado Brasil recém-independente. Sendo assim, se não podemos falar de uma identidade política nacional dos exaltados, parece-nos conseqüente, no entanto, observar que os mesmos conseguiram gestar uma dinâmica de circulação de informações e formulações que extrapolou os limites provinciais. Esta dinâmica teve na imprensa, indubitavelmente, o seu principal sustentáculo.

Na esteira de sua tradição - muito significativa se considerarmos os entraves coloniais para a difusão de qualquer pensamento político e ideológico -, a Bahia viveria as disputas dos sujeitos que atuavam na conjuntura, relacionando-se com esta dinâmica geral. Enquanto no Rio de Janeiro a ruptura com a metrópole desenrolava-se em seus últimos episódios, a Bahia vivia todas as incertezas que impõe um confronto armado. Neste contexto, os impressos dos dois lados buscavam, afirmando seus respectivos interesses e olhares, ganhar espaço entre a população dividida e conflitante.

Porém, os primeiros lances do conflito que opõem portugueses e brasileiros na Bahia já demonstram perspectivas diferenciadas entre os liberais radicais e os grupos dominantes, particularmente os abastados senhores de engenho. É sabido que enquanto em Salvador os embates armados se desdobravam - no campo brasileiro, tendo destaque as chamadas "tropas de cor"-, os grandes proprietários do Recôncavo se encontravam (e assim permaneceriam por um tempo) evitando o confronto com a força armada do General Madeira de Melo. No entanto, nem mesmo a idéia da contraposição ao inimigo comum, num segundo momento assim considerado também pela "nobreza do açúcar", seria o bastante para evitar por completo a emergência das divergências e choques por dentro do "partido brasileiro".¹⁰⁸

¹⁰⁸ Expressão evidenciada por João José Reis, "O jogo duro do Dois de Julho: O 'Partido Negro' na Independência da Bahia", in João José Reis e Eduardo Silva (orgs.), *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, 1989, p. 82.

Assim, mais do que um confronto entre os “nacionais” e os “europeus”, mesmo em meio a este quadro tenso e polarizado¹⁰⁹, a diversidade também procurou amparar e reproduzir seus adeptos. De sua Guarita em Pernambuco, Barata editaria um conjunto de números de seu jornal, dedicados a tratar das divergências internas ao campo daqueles que lutavam pela emancipação do Brasil.¹¹⁰

Com o fim da guerra, o primeiro embate político do pós-Independência é um exemplo evidente de que a escrita se aprofundaria como instrumento de divulgação das idéias rebeldes. O discurso das autoridades sobre o assunto na reunião do conselho de 10 de dezembro de 1823, realizada para discutir a questão do fechamento da Constituinte, não deixa dúvidas do significado desta forma de disputa.

Sendo certo que nada contribui tanto para o sossego e bem ser dos Povos como as idéias que neles incutem os Escritores do Dia [...] os Autores de folhas avulsas, pois que dirigem a Opinião Publica o seu arbitrio, e sendo absolutamente necessário que haja um Corretivo para os abusos em que podem cair os preditos Escritores, fazendo-os conter nos limites do justo e do honesto, cumpre que se restabeleça nesta Cidade o Tribunal dos Jurados para a Liberdade de Imprensa, do modo que foi criado no ano de mil oitocentos e vinte e dois a fim de que os interesses ofendidos da Nação, ou de cada um dos Cidadãos em particular encontrem nele a justa e necessária ...[ilegível]... e isto até que a Constituição marque positivamente a norma por que se deve regular a Imprensa, [...] de remédio legal para coibir a licença de escrever, sempre odiosa.¹¹¹

O público leitor dos impressos não possuía uma grande expressão numérica. A leitura era uma habilidade muito restrita fazendo contrastar um pequeno contingente que a ela tinha acesso,

¹⁰⁹ É importante não deixar de registrar neste sentido, a alta temperatura que caracterizou o debate das polêmicas através dos periódicos que refletiam o olhar destes dois grandes campos (“nacionais”x “europeus”). Ao analisar o conteúdo do periódico pró-Portugal “Sentinella Bahiense”, Consuelo P. de Sena, destaca como objetivo central da existência do mesmo, como bem definiu logo em seu primeiro número, o papel de denunciar a “subversiva doutrina de quase todos os seus Redactores [dos jornais pró-independência, particularmente *O Constitucional*, redigido pelo combativo e eloquente Francisco Brandão Montezuma], fazendo, ver a meus Leitores, que não he a cauza do Brasil, que elles defendem, sim os seus interesses particulares, porque todos subsistem das migalhas do despotismo”. Sena, Consuelo Pondé, *A imprensa reacionária na Independência*, p. 12.

¹¹⁰ Morel, *Cipriano Barata*, p. 158.

¹¹¹ APEB, Seção Colonial, Série Atas de instalação, posse e mais deliberações do Conselho Interino de Governo, maço 638-1, p.70.

com uma imensa maioria de analfabetos. Mas se a referida habilidade era uma prerrogativa de poucos, o acesso ao conteúdo dos escritos através de diversos mecanismos alargava-se ganhando força social. Como no exemplo das leituras em voz alta nos quartéis, uma variedade de espaços permitia fazer ecoar as notícias vindas principalmente das províncias do nordeste e Rio de Janeiro. Este processo tem nos boatos a fase mais ampliada de sua difusão. Assim, seja no alvoroço de largos espaços como o porto, seja nas casernas, boticas dos pequenos comerciantes, ou nas oficinas dos alfaiates, a intensidade da vida urbana fazia de boletins e precários pasquins um importante instrumento da agitação política desenvolvida pelos rebeldes.

3.3 A CIDADE DA "BAHIA EXALTADA"

Se fizermos uma reflexão sobre a "geo-política" da província, será inevitável localizar diferenças significativas entre os principais espaços onde se concentrava o poder: a Cidade da Bahia e a região do Recôncavo.

Tendo o necessário cuidado para não superestimar esta concentração de poder nos referidos espaços e muito menos estabelecer fronteiras estanques entre eles, a análise de suas complementaridades e respectivas peculiaridades podem oferecer uma maior riqueza às conclusões deste trabalho.

A saída dos portugueses na madrugada do 2 de Julho foi seguida da ocupação da Cidade da Bahia por um imenso clima de euforia. Já no dia 10 de julho de 1823, se desenvolvia na Cidade da Bahia o ato de adesão ao novo poder que, se supunha, construiria de maneira decidida o Estado brasileiro independente. O juramento era afirmativo na definição de seus compromissos com a construção de uma monarquia constitucional; seu texto não deixa dúvida neste sentido:

Eu, N(ome), juro aos Santos Evangelhos Fidelidade e obediência ao Imperador Constitucional o Senhor Do Pedro Primeiro, Defensor Perpétuo do Império do Brasil, e a Sua Augusta Dinastia; a Constituição do Império; e ao Governo Provisório das Províncias.¹¹²

Este momento coincide com a queda dos Andradas, tidos como autoritários até pelos poderosos da província. É que o desrespeito aos "orgulhosos senhores de engenho" no período da guerra, e, dentro dela, a "Bonifácia", deixaria suas marcas na relação das Autoridades baianas com o poder central, neste momento representado por Sua - inquestionável -Majestade e, em segundo, mas decisivo plano, pelo Ministro do Império e Estrangeiros, José Bonifácio. Certamente por isso, mesmo sendo fato político de importância já tão ressaltada, a queda do "patrono" e seus seguidores não constrangeria minimamente os festejos pela expulsão dos portugueses na Bahia.

Mas o clima de festa talvez tenha contribuído para que os grupos dominantes se sentissem mais seguros do que realmente estavam. A saída dos corpos armados portugueses da cidade não significava a eliminação de um sujeito estranho às relações de poder da capital da província. Muito pelo contrário, ausentava-se todo um efetivo e aparato que historicamente se constituiu como central para a garantia da repressão e controle de um imenso contingente de escravos, libertos e livres pobres, que sofriam as mais penosas decorrências de uma crise urbana que arrastava-se por décadas. Quem os substituiria?

As autoridades fizeram sua opção, mas não levariam muito tempo para perceber que os escolhidos se "ajustavam" de maneira bastante limitada às suas necessidades e expectativas.

Como observamos no capítulo I, o componente militar na região do Recôncavo se constituía em mais um dos tentáculos do poder senhorial. No aparato de afirmação do domínio dos senhores de engenho sobre a sociedade do Recôncavo estavam contidos, vinculados organicamente, os batalhões de milicianos, com toda a principalidade que exerciam na dimensão militar da ordem. Estes corpos armados, é importante frisar, não eram apenas sustentados materialmente e organizados pelos grandes proprietários. Muito mais do que isso, estes últimos

¹¹² APEB, Seção Colonial, Série Atas de instalação, posse e mais deliberações do Conselho Interino de Governo, maço 638-1, p.44.

possuíam uma autoridade moral frente a seus batalhões, que lhes legitimava, na maioria das vezes, como lideranças político-militares.

Já a construção dos instrumentos de repressão e controle na Cidade da Bahia foi assentada em bases bastante diferenciadas. Neles, as tropas portuguesas sempre possuíram um destacado papel. Além de contar com o patrimônio simbólico de representar mais claramente o poder do monarca, as referidas tropas se constituíam no corpo armado mais bem equipado, organizado e treinado da província. A estas somavam-se as milícias compostas fundamentalmente por portugueses e a “marujada” diretamente influenciada pelos homens do comércio. Mas antes de ser português, este conjunto significava uma força viva e incidente na afirmação da ordem na cidade. Era esta força que se esvaziava com a retirada das tropas e grande parte dos marujos na madrugada do 2 de julho.

Assim, o processo de militarização da província, no que se refere ao exercício do poder por parte do bloco dominante, produziu efeitos contraditórios entre os espaços de Salvador e região do Recôncavo. Enquanto no Recôncavo a referida militarização nutriu a já significativa capacidade do grupo senhorial de exercer o poder pela força armada, na cidade da Bahia, o mesmo fenômeno (a militarização), ao aniquilar o componente luso, acabou por dar expressão a sujeitos sociais que forjariam por quase duas décadas repetidas ondas de desestabilização da dominação.

Por sua vez, os rebeldes leitores prefeririam colocar as suas “barbas de molho”. Ainda em meio à guerra, como já destacamos, Cipriano dedicaria vários números de sua *Sentinella* a uma abordagem sobre as divergências internas ao próprio campo brasileiro. Também enxergaria com preocupação o momento do 2 de Julho, já observando os riscos da ocupação militar da Bahia, com os batalhões imperiais sob o comando de Lima e Silva.¹¹³

Foi em função da guerra na Bahia e talvez também por tais reservas que Cipriano preferiu, retornando de Portugal, pisar em terra mais firme para liberais radicais: a província de Pernambuco. Foi de lá que Barata redigiu suas posições sobre as disputas na Bahia, só partindo

¹¹³ Morel, *Cipriano Barata*, p. 192.

para o Rio de Janeiro forçadamente. Como sabemos, para ser preso logo depois de aportar, em função do que sua liderança poderia significar em tempos de fechamento da constituinte.

Este último episódio teria forte impacto sobre a província da Bahia, particularmente em sua capital. A câmara da cidade seria a primeira a se pronunciar, demonstrando uma enérgica oposição à política de D. Pedro.

Aqui podemos perceber diferenças evidentes entre a posição do parlamento da cidade e o espaço do Conselho, que expressaria o olhar de outras partes da província, entre elas, obviamente, o Recôncavo.

Esta contraposição alguns meses depois ganharia contornos de embate armado, ainda que assim não tenha se efetivado. O Levante do batalhão dos Periquitos seria o primeiro de um conjunto de conflitos do pós-Independência, onde Salvador se apresentaria como espaço de força dos rebeldes leitores e o Recôncavo da reação conservadora.-

O movimento de primeiro de abril significou uma espécie de preliminar do Levante (desenrolado a partir de finais de outubro de 1824) que já torna possível identificar algumas características que marcariam a prática dos “exaltados” de Salvador.

Uma destas características é a articulação de parte do oficialato com um grupo de ilustrados, formando assim um segmento que tem influência decisiva sobre os leitores rebeldes. Na lista dos suspeitos de conspiração elaborada pelo presidente da província Francisco Vicente Vianna, figuram civis como o médico e deputado às cortes de Lisboa, José Lino Coutinho, ao lado de militares a exemplo do sargento-mor José Antônio da Silva Castro e do capitão Victor José Topázio.¹¹⁴

A já referida busca por espaços institucionais onde deveriam ser definidas certas conquistas como uma tentativa de torná-los a expressão da soberania popular é neste episódio claramente afirmada pelos leitores rebeldes. É assim que Silva Castro marcará o início de ações que, de certa forma, acumularam para o Levante do final de outubro, quando entregou sua

¹¹⁴ Tavares, *O Levante dos Periquitos*, p. 10.

"representação" ao presidente Vianna. Além de se contrapor à expulsão do religioso João Batista da Fonseca e cobrar a proscrição de dezenas de portugueses (aprovada na reunião do conselho realizado em 17 de dezembro de 1823), o documento reivindica a antecipação da eleição de um Conselho criado pela Constituinte de 1823, com o objetivo de limitar a força política dos presidentes de província, que, definidos por D. Pedro, tendiam a afirmar-se como uma espécie de prepostos do poder central.

Acompanhando Silva Castro em sua audiência com Vianna estavam o capitão José Topázio e o alferes Gaspar Maciel Sá Barreto, que, segundo o presidente da província, o teriam acusado de desrespeitar leis e decisões votadas pelo povo, assim como de perseguir os patriotas¹¹⁵. Não é difícil entender o significado destas afirmações se as ligamos com as reivindicações postas na "representação". Respeitar as leis relacionava-se com a eleição do conselho definida no maior conjunto delas, a carta constitucional parcialmente elaborada em 1823. Notemos que esta reivindicação demonstra uma clara intenção de democratização do poder político na província. Possivelmente, ter o mesmo respeito às decisões votadas pelo povo traduzia-se em efetivar a expulsão dos portugueses contrários à causa brasileira. Mas quem seriam os patriotas a que os rebeldes faziam referência? Não havia completado um ano desde o final da guerra na Bahia (e, portanto, que se iniciou a sua efetiva integração como parte do "Império" do Brasil) e os rebeldes leitores desenhavam seus próprios critérios para definir aqueles que, de fato, poderiam ser considerados como "patriotas". Estes critérios tinham em sua centralidade a identificação dos diversos sujeitos com a perspectiva da consolidação da independência. Portanto, os que estavam sendo perseguidos seriam os *verdadeiros* patriotas. Por outro lado, a contraposição aos que não inspiravam confiança, no que se refere ao apoio inflexível a esta consolidação (a começar pelo próprio D. Pedro I, descendo para os seus "presidentes- prepostos" e subordinados) seria um elemento fundamental de orientação da prática política dos rebeldes leitores (e não só deles, como veremos adiante) durante todo o Primeiro Reinado, perdendo força de maneira crescente apenas após a abdicação de 1831.

Menos de sete meses depois se daria o Levante dos Periquitos, que, como sabemos, teve início com a tentativa de prisão seguida da morte do Governador das Armas Felisberto Gomes Caldeira. Mesmo não existindo uma interpretação consensual na historiografia do período, sobre

¹¹⁵ Tavares, *O Levante dos Periquitos*, p. 12.

quais eram as reais pretensões dos rebeldes no que se refere ao destino do coronel, é fato que sua morte influenciou decisivamente os rumos e o resultado do movimento.¹¹⁶ Podemos verificar a partir daí uma certa divisão entre os seus líderes, com alguns deles afastando-se do mesmo, a começar por aquele que seria potencialmente a sua maior liderança, o sargento-mor Silva Castro. A conduta de Castro, desde os primeiros passos da revolta, passou por demonstrar para o presidente e demais autoridades legalistas não estar em concordância, muito menos liderando os sublevados. Tavares observa que o movimento caíra na vacilação, ao final naufragando já num estado de imobilismo.¹¹⁷ Porém, sendo a primeira experiência contestatória com significativa expressão no pós-2 de Julho, torna-se importante evidenciar alguns aspectos presentes em seu desenvolvimento.

Mais uma vez, a busca do espaço institucional como alternativa para o desenvolvimento do diálogo no sentido de resolver os conflitos se configura. Desde o início do levante um Conselho provincial convocado pelo presidente Vianna se estabeleceu como palco de negociação. Reis observa que as três maiores referências dos rebeldes, os majores Castro, Satyro e Rodrigues (os dois últimos condenados à morte, sendo apenas Satyro de fato executado), no dia 27 de outubro, se reuniram com os conselheiros e secretários de Vianna, além do oficialato legalista, para achar uma solução para o movimento. Isso já num clima de apaziguamento dos ânimos. A este Conselho foi enviado (através de Satyro e Rodrigues) um documento redigido por oficiais rebeldes no forte de São Pedro, onde reivindicavam a criação de uma junta para o governo das armas, composta pelos comandantes dos corpos de linha e tendo como secretário Inocêncio da Rocha Galvão. Sob o argumento de falta de amparo na lei, tanto a proposta do comando colegiado como a da indicação de Galvão foram recusadas e o comandante definido, por critério de tempo de carreira, foi o brigadeiro Luis Antônio da Fonseca Machado¹¹⁸.

Como sabemos, ainda assim, o movimento não cessaria, passando logo depois a controlar a cidade, sendo completamente derrotado apenas no início de dezembro.

¹¹⁶ Nas obras já citadas que tratam do Levante de outubro de 1824, Reis e Tavares parecem ter uma sutil diferença de avaliação sobre o significado da morte do governador das armas; o primeiro vendo mais intencionalidade do que o segundo no que se refere à execução do comandante. Em sua análise da devassa contra os envolvidos no levante, Reis observa que apesar dos depoimentos não nos darem certeza de que a revolta objetivava a morte do governador das armas, nos levam a crer que os rebeldes estariam dispostos a isso caso fosse necessário. Reis, "A revolta do povo fardado", e Tavares, *O Levante dos Periquitos*.

¹¹⁷ Tavares, *O Levante dos Periquitos*, p. 32.

¹¹⁸ Tavares, *O Levante dos Periquitos*, p.28.

Por outro lado, a região da grande produção açucareira se apresentará claramente como alicerce do legalismo conservador. O reconhecimento disto partiu sem demora dos próprios batalhões imbuídos, ou pelo menos sensíveis, à perspectiva de defesa da ordem. Enquanto Vianna insistia para que os mesmos não deixassem a cidade, seus comandantes mantiveram esta posição e rumaram para a vila de Abrantes, passando antes por Santo Amaro do Ipitanga.

A dinâmica de organização da reação no Recôncavo foi impressionante. A partir da articulação de lideranças locais, feitas pelo capitão Felisberto Brant Pontes Filho, vindo da capital, o conselho da câmara de São Francisco do Conde aprovou o apoio em dinheiro e gado às tropas estacionadas em Abrantes. O mesmo foi feito em Santo Amaro da Purificação, que reuniu sua câmara e destinou recursos financeiros para os legalistas. Da ilha de Itaparica, o tenente coronel Antônio de Souza Lima tomou as devidas medidas para fechar o acesso dos sublevados ao Recôncavo. Ainda que o Quarto Batalhão - sediado em Cachoeira - precisasse ser vigiado, por suas tendências subversivas, também a câmara desta Vila, como era de se esperar, definiu por engrossar as fileiras conservadoras. Enquanto isso, a já intitulada "Divisão Pacificadora" nutria seu efetivo com a crescente chegada de voluntários em Abrantes.¹¹⁹

Porém, mais que um cerco militar, esta movimentação demonstrou clareza de seus objetivos. A sua definição política tinha como eixo fundamental a defesa da "ordem expressa no imperador".¹²⁰ Nesta dimensão política era evidente a fragilidade dos sublevados. Planejavam retirar do poder as duas mais importantes autoridades nomeadas por D. Pedro (Vianna e Gomes Caldeira, sendo o primeiro indicado desde o início pelo monarca e o segundo aceito por este), mas não conseguia romper com a referência simbólica do imperador.¹²¹

Mais uma vez, o Recôncavo se constituía em um pilar fundamental das posições conservadoras do bloco dominante. Salvador, no entanto, não cessaria de representar um palco no qual emergiam elementos programáticos considerados em sua época como "exaltados". A Cidade

¹¹⁹ Reis, "A revolta do povo fardado", p.28.

¹²⁰ Tavares, *O Levante dos Periquitos*, p. 32.

¹²¹ Reis observa que para entender o significado de D. Pedro I, faz-se necessário buscar antes na antropologia do que na ciência política, os elementos teóricos para este entendimento. Para o autor o monarca representa uma figura "totêmica", simbólica, onde a força desta simbologia não necessariamente encontrava correspondência com a expressão das posições políticas do imperador. Reis, "A revolta do povo fardado", p. 25-26.

da Bahia caminharia marcada por insistentes sobressaltos, até o seu efetivo, ainda que temporário, controle por parte dos rebeldes leitores entre finais de 1837 e início de 38.

3.4 LIBERDADE ESCRAVA E SOBERANIA POPULAR: AS IDEOLOGIAS SUSPEITAS

O envolvimento geral no processo que derrubou os antigos representantes do poder colonial (fevereiro de 1821), instituindo a junta provisória de governo em apoio à Revolução do Porto, demonstrou as expectativas dos diversos segmentos sociais (e com eles aqueles que se articulavam politicamente) no que se refere às possibilidades para a parte atlântica do Reino, em especial para a própria Bahia.¹²² A composição da junta (entre comerciantes e oficiais portugueses, representantes do clero e dos senhores da produção açucareira) já retratava a presença dos leitores rebeldes; mas, na deputação às Cortes de Lisboa, esta presença será muito mais expressiva. Dos três representantes da Bahia, dois - Barata e Agostinho Gomes - se inseriam na tradição dos sujeitos subversivos da província. O terceiro (Luís Paulino Pinto da França), em consonância com o pensamento dos grupos dominantes, naquele momento decididamente avessos a idéias que sinalizassem qualquer perspectiva de ruptura, seguiu até os últimos momentos em sua defesa da "união" Brasil/Portugal.

Cipriano seria um dos deputados mais aguerridos na defesa dos interesses das províncias brasileiras. Em sua primeira proposta apresentada no plenário, solicitou que todas as resoluções anteriormente definidas pelos parlamentares presentes fossem revistas, em função da ausência dos brasileiros. Foi uma posição ferozmente rejeitada pelos lusos e reduzida à perspectiva dos "portugueses do Brasil" poderem acrescentar suas emendas através de um ato adicional, que nunca viria a ser efetivado.¹²³

Porém, já nesta primeira experiência parlamentar, aquele que se consolidaria como o maior expoente dos "exaltados" afirmaria posições muito suspeitas para os poderosos no Brasil. Proposições como o duro questionamento ao sistema repressivo (com a extinção dos tenebrosos

¹²² Araújo, "Le politique et l' Economique", p. 169.

¹²³ Morel, *Cipriano Barata*, p. 124.

calabouços e masmorras) e a inclusão de índios, mulatos e negros (até escravos) enquanto cidadãos no que deveria ser o Reino pós-constituição, estavam em completa dessintonia com o olhar dos grupos dominantes, seja no contexto colonial, seja no período que se abre com a construção do Estado nacional.

A partir da independência formal, esta dessintonia só se tornaria mais evidente e a reação a ela mais incisiva.

A idéia de república, apesar de permanecer na Bahia nos limites da ideologia (ou seja, sem extrapolar para maiores decorrências políticas) se rerepresentaria de maneira constante nas décadas de vinte e trinta dos oitocentos. Associados a ela de forma mais direta no episódio da republicana Confederação do Equador, os rebeldes baianos revelariam vários outros indícios no pós-Independência de simpatia pela república, a exemplo da defesa de posições de conteúdo liberal republicano, realizada por Inocêncio da Rocha Galvão - um dos principais líderes do Levante dos Periquitos -, através de seu jornal "Correio da Bahia".¹²⁴

Já a questão escrava não cessava de pairar nas concepções dos liberais radicais. Em 28 de abril de 1831, seriam presos João Primo, Antônio Teixeira de Freitas Barbosa e Cipriano Barata, acusados de defender, entre outras coisas, a "república com levante de escravos". Antes disso, em janeiro do mesmo ano, abrindo mão de recursos que poderiam advir de anúncios particulares, a Sentinella da Liberdade na Bahia de Todos os Santos "alertava":

*Não receberei anúncios sobre vendas
e fugas de escravos, minha Gazeta não
é leilão, nem capitão-do-mato.*¹²⁵

Porém, como já observamos, posições como a constituição de uma república e o questionamento da situação escrava não chegaram, pelo menos na Bahia, a ganhar força a ponto de dar base a efetivas ações políticas de transformação.

¹²⁴ Reis, "A revolta do povo fardado", p. 33

¹²⁵ Sentinella da Liberdade hoje na Guarita do Quartel General de Pirajá, na Bahia de Todos os Santos. Alerta!, Salvador, n.1, 12 de jan. 1831, citado por Morel, *Cipriano Barata*, p.348.

3.5 INDEPENDÊNCIA, CONSTITUCIONALISMO E A QUESTÃO LUSA AOS OLHOS DOS "EXALTADOS"

O mesmo, no entanto, não pode ser dito sobre certas polêmicas que impuseram acirrados conflitos em todo o período do Reinado de D. Pedro I.

Ainda que um conjunto de questões fossem suscitadas pelas expectativas sobre como se conformaria o nascente Estado nacional brasileiro, nenhuma delas escapava de uma pendência geral e condicionante: o desenvolvimento ou não de retrocessos na independência.

É importante também lembrar que este era um receio geral, estando presente nos mais diversos segmentos sociais e grupos políticos que fizeram a opção pela ruptura com Portugal. A peculiaridade do posicionamento dos "exaltados" não reside neste pressuposto, mas nas incisivas decorrências que tiraram dele. Seus discursos (tanto na forma, como no conteúdo) e métodos, nos mais diversos aspectos estimulavam as reservas dos grupos dominantes, particularmente na Bahia, onde o precário equilíbrio do poder circunscrevia no pólo oprimido um imenso e insatisfeito contingente de escravos e libertos.

É em função disto que tal posicionamento dos rebeldes, ao configurar-se em propostas políticas, apresentaram nítidas diferenças com aquelas assumidas pelos grupos dominantes. Particularmente duas questões marcam estas diferenças; em ambas, para os "exaltados", limitar as possibilidades de iniciativas autônomas do herdeiro do trono português (Pedro I) era imprescindível, já que o mesmo (principalmente a partir do estímulo dos ventos vindos de "além-mar") poderia fazer marchar para trás e até mesmo questionar a recente e frágil emancipação brasileira.

A primeira delas refere-se à questão constitucional. Apesar da reação ao fechamento da Assembléia, à perseguição e prisão dos deputados em novembro de 1823 ter vindo dos diversos sujeitos sociais e políticos da Bahia, o transcorrer dos fatos rapidamente ergueu uma muralha entre liberais radicais e conservadores da província.

Quando, em 01 de abril de 1824, o sargento-mor Silva Castro relacionou na sua "representação" a reivindicação da eleição do Conselho aprovado na constituinte de 1823, o fez

no sentido de tentar estabelecer um contraponto, ainda que parcial, à Constituição outorgada por D. Pedro em março de 1824. No entanto, em seu objetivo de fragilizar a subordinação do presidente da província em relação ao imperador, esta resposta era mais do que uma divergência com o texto constitucional vigente; significava uma maneira de inibir o poder do próprio D. Pedro. Era a reivindicação que a “queda de braços” entre rebeldes e “authoridades” no contexto baiano possibilitava.

Diversas outras movimentações durante toda a década de 20 até a Abdicação afirmam esta noção, com iniciativas de desgaste e tentativa de pequenas vitórias contra a centralização de poder nas mãos do monarca.

O Levante de outubro de 1824, fortemente marcado por suas indefinições, possuía entre seus líderes alguns que defenderam, após a morte do governador das armas (Gomes Caldeira), que também deveria ser deposto o presidente da província. Além disto, estava entre os planos dos rebeldes o apoio à Confederação do Equador, com o envio de tropas a Pernambuco em processo de dissidência com o poder central.

No início de setembro de 1827, o presidente da província, conde de Valença, observava que tanto Salvador, como a Bahia, estavam próximas de uma “revolução manejada por anarquistas reconhecidamente inimigos do systema de governo jurado”.¹²⁶

Já no clima de tensão gerado pelas notícias de turbulência que sacudiam a capital desde o mês anterior, a câmara de Cachoeira se reunia em 06 de abril de 1831, tendo como ponto de pauta as iniciativas a serem adotadas diante das informações fornecidas de que em Salvador ocorriam manifestações “contrárias ao sistema constitucional adotado e jurado em 1824”.¹²⁷

Porém, seria em relação à questão da presença lusa no país que as reivindicações se tornariam mais persistentes e as movimentações também mais agressivas.

Tidos como verdadeiros sustentáculos de possíveis reveses na Independência (numa ligação estreita com o próprio D. Pedro), os portugueses seriam suspeitos nas mais diversas posições sociais que viessem a ocupar; dos humildes marujos (em direta relação com os grandes

¹²⁶ Arquivo Nacional, IJJI 706, citado por Aras, "A Santa Federação Imperial", p. 76.

¹²⁷ Aras, "A Santa Federação".

comerciantes, de mesma nacionalidade) até aqueles mais próximos do monarca no Rio de Janeiro.

Já desde o processo de guerra, na esteira da desconfiança em relação ao “defensor perpétuo”, os rebeldes que nela combateram tensionavam pela secundarização política e social dos chamados “europeos”.

Numa correlação de forças francamente desfavorável aos portugueses que não embarcaram na madrugada do 2 de Julho, estas tensões seguiram uma perspectiva de aprofundamento. Dentro do incisivo texto de contraposição à atitude de D. Pedro, a reunião da Câmara de Salvador realizada para discutir o fechamento da Constituinte, daria início a uma política de tentativa de institucionalização da expulsão da população lusitana, tendo como principais sujeitos os rebeldes leitores. A resolução da sessão seria tão categórica, que levou o Conselho do dia 17 de dezembro 1823 a fazer constar em suas deliberações a anulação da ata da sessão municipal, definindo:

Que se declare irrita, nula e de nenhum efeito, como se escrita não fora, a Ata feita em Câmara desta Cidade no dia treze do corrente mês, por não se compadecer com a dignidade, e decoro nesta Província as expressões pouco refletidas que nela se escreveram, durante a efervescência dos espíritos justamente abalados, e comovidos com a noticia da dissolução da Assembléa.¹²⁸

Em abril de 1824, a medida seria recobrada na defesa da proscrição de mais de oitenta portugueses, inclusa na representação de Silva Castro.

Os primeiros meses do ano de 1831 significaram, sem dúvida, o ápice desta trajetória. Em Salvador, as mobilizações que tiveram à frente o corpo armado também traziam uma clara contraposição política aos portugueses. O documento redigido em 04 de abril de 1831 pelos rebeldes revela este sentido já nas suas primeiras linhas:

¹²⁸ APEB, Seção Colonial, Série Atas de instalação, posse e mais deliberações do Conselho Interino de Governo, maço 638-1, p.70.

Os comandantes dos Corpos, Tropa e Pôvo que se achão reunidos neste campo, e Fortaleza do Barbalho, considerando que violentas transgressões da Constituição se tem praticado nesta provincia, sendo a mais saliente a última da prisão de dois Officiais Brasil(ei)ros só pelo fato de serem Constitucionais, e defensores da Independência ameaçada violentamente pelos últimos fatos praticados no Rio de Janeiro por uma facção republicana, digo, Lusitana recolonizadora, e querendo segurar sua tranquilidade e direitos garantidos pela Constituição têm resolvido com as armas na mão.¹²⁹

Estas posições políticas não se chocavam de todo com as preocupações (a exemplo da ameaça à Independência), mas decididamente divergiam das alternativas de soluções vislumbradas pelos grupos que centralizavam o poder na provincia. As proposições apresentadas no decorrer do movimento retratam isso. Observando que estão, como vimos, com "armas nas mãos", os insurretos exigem a deposição do Comandante das Armas, o Marechal Callado, além do Comandante da Polícia Manoel Joaquim Pinto Pacca. Quanto aos portugueses da corporação, não deixam margem para dúvida ao propor:

Que o Comandante do 2º Ba(talhão) de Caçadores, seu Major, e todos os mais Comandantes, e Officiais Portugueses, que se não reuniram a este campo sejam postos em Custódia, e segurança, e também expelidos da Provincia.¹³⁰

Três dias depois - 07 de abril de 1831 -, uma nova petição assinada por 609 cidadãos era enviada ao Conselho de Governo da Provincia iniciada nos seguintes termos:

Os cidadãos abaixo-assinados, receosos ainda e com razão, das imensas infrações de seus direitos, todos infelizmente revertidos em favor dos Estrangeiros, e particularmente dos Portugueses, que o [...] Governo do Rio Janeiro tem sempre tido em grande consideração, como para fortificar as idéias

¹²⁹ APEB, Seção Colonial, Série Atas de instalação, posse e mais deliberações do Conselho Interino de Governo, maço 638-1, p.113.

¹³⁰ APEB, Seção Colonial, Série Atas de instalação, posse e mais deliberações do Conselho Interino de Governo, maço 638-1, p.113.

de união e de uma mesma família, vem perante V. Ex(celên)cia em Conselho, aguardados com o direito de petição.¹³¹

O texto segue defendendo, entre um conjunto de outros pontos, reivindicações como:

Que todos os empregos civis sejam somente confiados a brasileiros natos ou adotivos, reconhecidamente amantes da Causa do Brasil; [...] que os Juizes de Paz respectivos, fazendo exata revista nas casas dos Portugueses, dêem conta daqueles em cuja casas acharam armas, para serem deportados quanto antes, como inimigos declarados.¹³²

Aliadas às profundas reservas ideológicas nutridas por estes grupos em relação aos leitores rebeldes, as referidas posições fariam com que estes últimos jamais pudessem estar credenciados a compor, mesmo assumindo funções político administrativas, o bloco dominante.

É este quadro de polarização política e ideológica que faz com que os leitores rebeldes figurem dentro de um difuso “campo popular”. Neste “campo”, no entanto, não estavam sozinhos. Outros sujeitos (bem mais “barulhentos” e intransigentes, ainda que decisivos) caminhavam em paralelo aos “exaltados” no cotidiano, porém, “fundindo-se” a eles nos momentos conjunturais mais acirrados do Primeiro Reinado.

3.6 LIBERALISMO RADICAL E "LUSOFOBIA"

Mesmo que identificassem a importância do enfraquecimento da influência portuguesa nas relações de poder do país para a garantia da consolidação da Independência, a lusofobia parece não ter se colocado enquanto um fenômeno desencadeado pelos liberais radicais. Claro indício disto foi o importante papel desempenhado por Barata (a pedido do tradicional

¹³¹ APEB, Seção Colonial, Série Judiciário, Abdicação do Imperador - 1831, maço 2867.

¹³² APEB, Seção Colonial, Série Judiciário, Abdicação do Imperador - 1831, maço 2867.

representante dos grupos dominantes e comandante das armas, Visconde de Pirajá) no episódio do “mata-marôtos” (abril de 1831), onde contribuiu decisivamente no controle da multidão que espancava e matava portugueses nas residências, estabelecimentos comerciais e ruas de Salvador.¹³³ Corrobora também com esta conclusão, a perspectiva adotada por Cipriano em suas publicações, onde fazia referência aos “marotos”, e não a quaisquer portugueses, focalizando portanto, a dimensão da identidade política dos mesmos.¹³⁴ O contrário é que seria de se estranhar já que não foram poucos os casos de portugueses que se destacaram como liberais radicais convictos. Exemplo emblemático foi o do pequeno comerciante João Soares Lisboa, que no Rio de Janeiro editava um jornal considerado o mais radical no período pré e imediatamente posterior à independência, com incidência reconhecida em acontecimentos como o “fico” e a convocação do Conselho de Procuradores das Províncias feita por D. Pedro I. Suas convicções liberais o levariam a participar ativamente da Confederação do Equador, ao final, morrendo em combate.¹³⁵

Não obstante a isto, é impossível negar o impacto deste fenômeno (a lusofobia) na sociedade baiana do Primeiro Reinado. Destaque-se também, que o seu desenvolvimento com maior força nos momentos em que as disputas políticas se agudizavam - particularmente na sede do poder central-, demonstram que as movimentações lusófobas significavam, entre outras coisas, um posicionamento diante destas mesmas disputas. É assim que mal completara quatro meses de finalização do conflito bélico, e a dissolução da Constituinte, em novembro de 1823, transformava espaços públicos e privados da Cidade da Bahia em palco de violentas agressões do povo contra os portugueses. A ata da reunião do Conselho de Província não esconde a sensação de impotência das autoridades e o claro entendimento tido por estas de que sem resoluções que contemplassem o sentimento popular anti-português (mesmo sem a firme intenção da implementação das mesmas), a situação dificilmente seria controlada. A dita ata observa que:

¹³³ Coronel Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, Vol. IV, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1933.

¹³⁴ Morel, *Cipriano Barata*, p. 352.

¹³⁵ Lustosa, *Insultos Impressos*, p. 174.

As circunstâncias extraordinárias e assustadoras em que se acha esta Província, onde infelizmente a Segurança individual é a cada passo atacada por continuados motins e assuadas, e onde quase não há o respeito devido a todas as Autoridades constituídas, em maneira que a cada momento se oferece o horrível espectro da anarquia. E, depois de penetrados todos os Membros do Conselho da forçosa e, a certos respetos, dolorosas necessidades de se adotar incontinente medidas enérgicas que possam salvar a mesma Província.¹³⁶

Já por conta dos acontecimentos de abril de 1831, o juiz de Cachoeira justifica a prisão "sem culpa formada" de portugueses por ele autorizada a partir dos seguintes argumentos:

Ninguém ignora que a revolução de 04 de abril de 1831 operada na Capital desta Província estendeu-se por toda ela por o povo furioso contra os nascidos em Portugal, e que como succede sempre em revoluções, nem as Leis, nem as Autoridades puderam contê-lo e livrar-nos dos excessos desgraçados que por toda a parte se praticava. Ninguém ignora que na Vila da Cachoeira, e em outros lugares se recorrem ao meio de prender os Portugueses, como o único capaz de então salvá-los do ódio e furor popular.¹³⁷

Mas é importante destacar que a lusofobia esteve muito longe de se reduzir às suas explosões nos grandes acontecimentos conjunturais. Ela ganhava capilaridade em uma disputa persistente, e, às vezes até subterrânea, no cotidiano das mais diversas regiões e localidades da província.

Da freguesia de Santo Sé, em 31 de agosto de 1831, uma de suas autoridades pede orientação de como tratar a situação abaixo:

Sendo o suplicante Juízo de Paz desta Freguesia um Português casado neste lugar, estabelecido e merecedor do conceito Público, consta-me haverem pessoas, que pretendem negar-se ao chamado do mesmo, quando haja este de estar no exercício, só pela razão de não ser brasileiro nato.¹³⁸

¹³⁶ APEB, Seção Colonial, Série Atas de instalação, posse e mais deliberações do Conselho Interino de Governo, maço 638-1, p. 70.

¹³⁷ APEB, Seção Colonial, Série Juizes de Cachoeira, maço 2271.

¹³⁸ APEB, Seção Colonial, Série Judiciário, Sedições - 1831, maço 2861-1.

Em 07 de novembro de 1823, Antônio Gonçalves Gravatá, nascido na Cidade da Bahia, alegando ter migrado para o Recôncavo e servido no Exército Pacificador, solicita emprego público observando que:

O lugar de feitor da porta Alfândega da dita cidade seja ocupado por um Português que nada coadjuvou à Causa da Independência deste Império, estando no caso doutros que têm sido demitidos, pois sendo Empregados Públicos ficaram servindo com o pestilento Madeira desobedecidamente às positivas ordens de Nossa Majestade Imperial.¹³⁹

Este verdadeiro cercamento à capacidade de convivência social e política dos antigos colonizadores também parece não ter excluído quaisquer instituições. O Deão e Vigário Capitular, mesmo não tendo nascido em Portugal, viu-se impelido a rumar para Lisboa junto com as tropas que evadiram nas primeiras horas do 2 de julho. Politicamente associado à ordem colonial, segundo Cândido da Costa e Silva, estava entre aqueles que poderiam ser considerados dóceis a ela. Certamente por isso, em correspondência onde presta contas de sua situação à instituição, relata:

Ill(ustrissi)mo e Rev(rendissi)mo S(enho)r. Considerando as tristes circunstâncias a que esta desgraçada Província se acha reduzida e não descobrindo meio algum proficuo para pôr em segurança a minha pessoa nesta cidade, senão a retirar-me por algum espaço de tempo na expectação de ver restaurada a boa ordem do sossego público para gozar da idemnidade de pessoa e exercer as funções do meu cargo, não posso contudo obter nem ainda uma confusa certeza provável de que seja respeitado o meu decoro, segundo o direito das gentes. Persuadindo-me, portanto, segundo os movimentos que observo de que a minha pessoa corre evidente risco de ficar exposta à discricão e não descobrindo garante da minha inviolabilidade, tenho decidido absolutamente o retirar-me para a Côte de Lisboa, a fim de procurar asilo que nesta cidade não posso esperar.¹⁴⁰

¹³⁹ APEB, Seção Colonial, Série Correspondências ao Imperador, maço 641.

¹⁴⁰ Silva, *Os Segadores e a Mess*, pp. 178-179 e Amaral, *História da Independência*, pp. 473-474.

A avaliação sobre o "mau tempo" que já era sinalizado para os religiosos associados à dominação lusa esteve longe de ser um desvario do vigário. A ata de 17 de novembro de 1823 também reivindicava:

Que Haja por bem de fazer retirar desta Cidade para a Europa as duas Comunidades Religiosas dos Carmelitas descalços e dos Missionários Apostólicos, vulgo Barbadinhos; fazendo logo aplicação dos Conventos de ambas e dos bens que a primeira possui nesta Província porquanto os membros de suas Comunidades são todos estrangeiros nossos inimigos, que nos fizeram a guerra no Campo de batalha, no Pulpito e Confessionário, e sua existência nesta Cidade ou é perigosa ou [ilegível].¹⁴¹

Mas foi sem dúvida entre o corpo militar que a aversão aos portugueses apresentou-se com maior força. De fato, muita coisa estava em jogo. Sem contradição com a defesa de um programa geral, as reivindicações específicas das tropas - como efetivo pagamento das etapas e a maior mobilidade para os homens de cor nos postos da hierarquia da corporação - tiveram evidência na subversão armada, desde o movimento de 1798. O objetivo de garantir conquistas que respondessem a estas especificidades a todo momento também estaria presente no pós 2 de Julho.

Porém, jamais poderíamos desconsiderar, numa análise deste período, as decorrências do processo de militarização da política no conflito pela independência, particularmente na Bahia. Especialmente nesta última, a autoridade institucional do Estado, já nos seus primeiros passos, caminharia fortemente amparada pelas armas. Poderíamos dizer mais: o próprio poder político no sentido amplo de sua definição (seja ele "legalizado" ou não) se realizaria reforçando o belicismo como um dos seus componentes centrais. Do ponto de vista do bloco dominante, a perigosa dualidade disto foi que, concomitante a esta militarização da política, ocorre também a politização dos batalhões, particularmente das chamadas "tropas de cor".

¹⁴¹ APEB, Seção Colonial, Série Atas de instalação, posse e mais deliberações do Conselho Interino de Governo, maço 638-1, p.70.

É por dentro desta dinâmica que se alargam as distâncias entre militares portugueses e nascidos no Brasil. Enquanto sujeitos privilegiados na efetivação da Independência, estes últimos, em grande medida, iriam entender-se como uma espécie de “guardiões” da emancipação brasileira na Bahia. Na própria definição dos mesmos, seriam eles parte dos “verdadeiros patriotas”.

Assim, se ao pensarmos em suas decorrências individuais podemos, por exemplo, enxergar a progressão dos rebeldes em suas respectivas carreiras como um dos motivadores dos movimentos, a dimensão sociopolítica destes mesmos movimentos aponta o receio de retrocessos na Independência como um impulsionador fundamental do ataque à influência lusa no corpo militar. É neste sentido que no referido contexto iniciativas como a remoção ou diluição de batalhões não podiam ser entendidas apenas como resultado de motivações disciplinares ou administrativas. Eram vistas, sobretudo, em sua dimensão política, ou seja, grosso modo enquanto vitórias dos recolonizadores, simbolicamente de maneira crescente tendo à frente o próprio imperador.

Este forte sentimento não se desdobraria em uma resposta semelhante por parte de todos aqueles que o incorporaram. Em consonância com a heterogeneidade que caracterizava a armada, estas respostas iriam variar tanto em método como em conteúdo.

Como observamos em parágrafos anteriores, era bastante significativo o peso dos leitores rebeldes entre os oficiais militares na Bahia. Em meio a eles era possível, inclusive, encontrar alguns poucos ilustrados. Foi o caso de Francisco Sabino, que, na época da revolta que acabou por levar o seu nome, era considerado como uma das personalidades mais intelectualizadas da província.¹⁴² Porém, a produção historiográfica sobre o período já evidenciou a baixa condição social dos soldados e do pequeno oficialato do corpo armado, principalmente daqueles que compunham as tropas de cor. Este reduzido número de leitores e reduzidíssimo de ilustrados, contrastava com uma imensa maioria do efetivo de perfil nitidamente popular. Ou seja, o analfabetismo, a pobreza e não raro a fome, grassavam entre este expressivo contingente de homens “fardados” com funções de Estado.¹⁴³

¹⁴² Souza, "A Revolta da Sabinada", p. 43.

¹⁴³ Araújo, "A política dos homens de cor".

Assim como o conjunto popular no qual tiveram origem, a violência contra os portugueses não se tornou uma prática estranha aos mesmos. Muito pelo contrário, está patente no discurso dos que possivelmente seriam (e dos que de fato foram) atingidos pela agressão anti-portuguesa, uma crítica específica aos negros e pardos militares.¹⁴⁴

Apesar do seu caráter abrupto e de certa imponderabilidade de seus resultados, essas ações não podem ser tidas como uma manifestação caótica e sem referências. Ainda que possuíssem pontos em comum, por exemplo, com as motivações dos liberais radicais - abordaremos este aspecto com maior clareza mais à frente -, a forma como os segmentos pauperizados entendiam a questão da persistência da influência portuguesa no país e particularmente na província possuía a sua própria personalidade.¹⁴⁵ Dois componentes vêm sendo destacados pelos autores que deram maior atenção ao tema. O primeiro refere-se à relação do povo com os que se ocupavam das atividades comerciais, inevitavelmente associadas ao segmento luso. A especulação dos preços feita pelos comerciantes portugueses causava profunda revolta entre toda uma população de escravos, libertos e de livres pobres, duramente castigada pela crise de abastecimento vivida pela Bahia do período.¹⁴⁶

As decorrências traumáticas para o povo pela vivência da guerra, em particular na capital ocupada pelas tropas portuguesas, seria o segundo componente com grande expressão, que se relaciona com a referida problemática da presença portuguesa. O caso do alfaiate Bernardo José Barata de Almeida (sobrinho de Cipriano) sinaliza as marcas deixadas pelo enfrentamento anti-colonial, no imaginário popular. Com problemas de ordem psicológica, Bernardo passara o dia 08 de novembro de 1835 perturbado com rumores de que os portugueses planejavam expulsar os negros da Bahia como uma espécie de revanche contra a onda de revoltas escravas e a postura anti-portuguesa de pardos e mulatos do corpo militar. Perguntava insistentemente se os "marotos cobertos com o manto da tirania nos queriam lançar fora do nosso país". O caso acabaria com o assassinato da mãe do alfaiate, que não sendo reconhecida pelo filho, morreria com dois golpes

¹⁴⁴ Reis observa que "em setembro de 1823, o cônsul francês Jacques Guinebaud escrevia: 'Os soldados negros e os batalhões de mulatos percorrem as ruas, roubando e maltratando os portugueses e alguns estrangeiros, insultando o governo do Rio de Janeiro e gritando morte ao imperador, morte aos portugueses e janeiristas, com a independência e a República.'" Reis, "A revolta do povo fardado", p. 2.

¹⁴⁵ Referindo-se a este fenômeno, Reis evidencia que estava difundida entre os praças, mesmo que pouco elaborada, uma crítica política ao novo regime e uma notória insatisfação social. Reis, "A revolta do povo fardado", p. 2.

¹⁴⁶ João José Reis, *A Morte é uma Festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 35.

de espada. Bernardo seria atravessado também por golpes de baioneta, desferidos por um soldado que adentrara a casa. Em suas últimas palavras, teria gritado " viva a pátria - viva a liberdade - morram os tiranos!". A questão étnica aparece com bastante evidência¹⁴⁷, mas como os elementos revelados - particularmente o apelo à identidade política colocada na definição de "maroto - pelo próprio episódio, a mesma esteve muitas vezes em grande medida diretamente ligada ao complexo processo de descolonização vivido pela Bahia.¹⁴⁸

Assim, comportando privilegiada concentração de leitores rebeldes ao lado de uma parcela dos setores mais oprimidos (de especial importância por sua responsabilidade institucional para com a manutenção da ordem), eram os quartéis os principais espaços onde o olhar liberal radical sobre as diversas conjunturas e a lusofobia encontravam-se; deles, ou pelo menos com a participação legitimadora dos que abrigavam, a lusofobia respondia ao acirramento das disputas políticas pelos rumos do país com explosões de violência, apenas aparentemente desencadeadas por uma dinâmica espontânea.

Apesar das diferenças até aqui destacadas, um elemento, ao fundo, marcava certo componente de identidade entre as movimentações dos liberais radicais e as de caráter lusófono. Ambas nasciam da intransigência de seus sujeitos construtores, no que se refere à negação de possíveis retrocessos na independência.

É justamente por este motivo que, apesar de todas as contradições, subsistia entre o liberalismo radical baiano e a lusofobia uma dimensão de complementaridade. Com importantes

¹⁴⁷ Segundo Morel, apesar da referida evidência, não existe informação se Bernardo Barata tinha de fato alguma descendência africana. Morel, *Cipriano Barata*, pp. 300-308.

¹⁴⁸ Esta relação entre a questão de cor e a influência portuguesa nos destinos do país, parece estar também refletida nas posições políticas do mulato baiano Antônio Pereira Rebouças, que por conta de sua conturbada passagem pela vida política de Sergipe, foi definido por Felisberto Firmo de Oliveira Freire (em "História de Sergipe", 1891) como "alma rebelde, espírito revoltoso, que tratava de fazer propaganda contra o privilégio de raças, os excessos da aristocracia, a preponderância que queria manter o *partido corcunda*". Grifo nosso. Pontes, "Mulatos: Políticos e Rebeldes Baianos", p.124.

decorrências na própria configuração do bloco dominante a partir do período que se abre com o 2 de julho, este é um dos aspectos que passaremos a discutir a partir de agora.

Capítulo 3

4. PODER DOMINANTE: VIVÊNCIAS E REORDENAÇÕES

4.1 UM GOVERNO "PARA TODA A PROVÍNCIA"?

Ao tratar da questão das hierarquias sociais na Bahia do século XIX, Mattoso observa que estas "faziam-se e desfaziam-se a partir das relações familiares".¹⁴⁹ Esta formulação parece ter bastante força quando se coloca em foco um conjunto de trajetórias individuais. Seria o caso, por exemplo, de Domingos Borges de Barros - o Barão de Pedra Branca - filho do riquíssimo coronel e senhor de engenho, Francisco de Barros com uma mulher de descendência africana.

No entanto, se podemos constatar esta movimentação no caso de um leque de indivíduos entre diferentes posições na hierarquia social a partir da efetivação de "uniões livres" e do reconhecimento dos "filhos ilegítimos", a mesma esteve longe de encontrar uma correspondência nas relações entre os sujeitos coletivos, ou seja, os grupos sociais.

A análise no capítulo I desta dissertação levanta certas evidências neste sentido. Ao considerarmos as alterações ocorridas no bloco dominante no processo de luta pela Independência e, portanto, uma importante alteração na hierarquia social, percebemos que estas se deram a partir do embate político entre os grupos envolvidos na disputa.

Na situação em questão, a dimensão familiar foi, ao contrário, sufocada pela ação dos grupos em confronto. Considerando os laços de parentesco entre o grupo senhorial nascido na

¹⁴⁹ Mattoso, *Bahia, Século XIX*, p. 210.

colônia e os comerciantes de nacionalidade portuguesa, podemos dizer que a dinâmica deste confronto, inclusive, fez secundários tais laços. Caso emblemático foi o olhar diferenciado entre a senhora de engenho Maria Bárbara e seu marido, o influente Luis Paulino Pinto d'Oliveira da França. A 28 de junho a senhora Bárbara seria categórica em carta a Paulino, ao afirmar que a "facção mercantil" estava cada dia mais "insolente e temível" e que "daquela Praia, foco do mal, sobem nossos desgostos. Que gente! Os ratos do porto, com o poder na mão".¹⁵⁰ Não parecia entender a posição do próprio marido que a menos de trinta dias antes havia defendido nas Cortes de Lisboa, o envio de novas tropas para a Bahia justamente com o objetivo de reforçar a ação dos "ratos do porto".

Porém, Mattoso levanta um elemento que nos parece emblemático enquanto expressão da formalização desta nova configuração da hierarquia social da província. Trata-se do significativo peso, entre os senhores do Recôncavo, daqueles que passaram a ser reconhecidos como nobres pelo poder central.¹⁵¹

Apesar desta definição como o território que concentrava a nobreza da terra, o Recôncavo expressava um poder o qual não encontrava nos títulos e na importância econômica dos "barões" do açúcar, elementos que viabilizassem a sua legitimidade política fora dos limites do próprio Recôncavo e em parte do sertão.

Realizada a partir do desenvolvimento da guerra, a afirmação da preponderância do grupo senhorial no bloco dominante apresentaria importantes lacunas. De fato, a idéia de um Conselho Interino que representasse um "governo não apenas para o Recôncavo, mas para toda a Província" nos idos da guerra, obviamente não incluiu Salvador, pelo contrário: para os pobres nascidos no Brasil e africanos - livres, libertos ou escravos - a Cidade da Bahia, a partir de seu controle pelos portugueses, passou a estar *sem* governo. Restabelecer um seria um difícil desafio

¹⁵⁰ Antônio d'Oliveira Pinto da França, *Cartas Baianas, 1821-1824*, São Paulo, Editora Nacional, 1980, p. 67.

¹⁵¹ Pela pesquisa realizada por Mattoso sintetizada nos dados do quadro "Atividades dos pais de nobres baianos fixados na Bahia e dos pais de suas mulheres", de um total de 64 pais de maridos nobres e 64 pais de suas esposas, tanto no primeiro como no segundo grupo, senhores de engenho e proprietários rurais somam 48 membros dos totais. Mais à frente a autora irá observar que a inexpressiva presença da nobreza na câmara de Salvador, é explicada pelo fato de que a maioria dos nobres moravam no Recôncavo e não na Cidade da Bahia. Mattoso, *Bahia, Século XIX*, pp. 181 e 257.

para os poderosos, pois, enfraquecidos e isolados, os grandes comerciantes portugueses, braço do bloco dominante na capital da província antes da guerra, seriam incapazes de cumprir as tarefas necessárias à manutenção da ordem. A Cidade da Bahia se tornaria um espaço constante de conspirações e revoltas, exigindo muitas vezes que fossem desprendidas grandes energias para garantir o controle das mesmas.

É importante destacar que se de fato podemos conceber como efetivas as transformações na hierarquia interna ao bloco dominante - sobre as quais fizemos referência em parágrafos anteriores -, é igualmente importante perceber que até o desencadeamento destas, o grupo senhorial assumiria uma posição muito mais tendente a frear estas transformações, do que dinamizá-las. Os primeiros passos pela adesão à Revolução do Porto, lembremos, foram dados por aqueles que mais à frente iriam compor o "partido da praia", assim como por históricos liberais radicais como Cipriano Barata. Até o momento em que se processou a adesão à revolução desenvolvida em Portugal, o grupo senhorial não marcaria qualquer posição afirmativa diante das diversas alternativas colocadas. Seu papel mais ativo, como vimos no I capítulo, colocou-se justamente quando a ordem interna passou a ser questionada pelas ações do militarismo português, sustentadas pelos praístas.

Desde já, portanto, o caráter conservador deste grupo senhorial passa a ser desenhado. Aqui nos parece importante evidenciar que o fato do mesmo colocar-se a partir do final da guerra como principal sujeito no exercício do poder dominante da província, irá impor este caráter conservador enquanto traço fundamental como sendo não mas apenas de um grupo do bloco dominante, mas da totalidade deste poder entendido como amplo e central na Bahia.

A partir do estabelecimento desta centralidade do grupo senhorial na condução do poder dominante baiano - ou seja, já nos primeiros momentos da construção do Estado nacional brasileiro - este mesmo poder iniciaria sua trajetória de franca aversão a transformações. Assim, mais do que negar-se a protagonizar, o poder dominante baiano constituiria uma tradição enquanto antagonista destas últimas. O seu primeiro grande desafio neste sentido colocou-se sem dúvida no enfrentamento ao liberalismo radical, que passou a acumular significativas energias a partir do pós 2 de Julho. Será neste embate e em suas decorrências, que concentraremos nossa análise neste capítulo final.

4.2 O OLHAR DAS "AUTHORIDADES" PARA AS POSSIBILIDADES DE RETROCESSOS NA INDEPENDÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL

Já no primeiro episódio que despertou a polêmica em várias partes do Brasil recém-independente - o fechamento da Constituinte em novembro de 1823 - a Câmara de Salvador seria palco de discursos e definições registradas em sua ata, consideradas como inconseqüentes pela maioria dos participantes do Conselho de 17 de dezembro de 1823.

No entanto, observamos no capítulo anterior que a possibilidade de retrocessos na Independência esteve longe de ser uma preocupação restrita aos liberais radicais e aos segmentos mais oprimidos da província. Os poderosos e, em particular o grupo senhorial, não estavam excluídos dos sujeitos que cultivavam profundos receios em relação a esta possibilidade. Os conturbados dias subseqüentes ao momento que aportaram em Salvador as notícias sobre o fechamento da Constituinte fizeram o referido Conselho Provincial de 17 de dezembro de 1823, realizado para discutir esta questão, um momento bastante privilegiado de emergência do entendimento e das alternativas apontadas por aqueles que representavam o poder dominante na Bahia.

Ao tratar diretamente da questão da repressão e encerramento da Assembléia, a ata resultante desta sessão de 17 de dezembro, que no início do seu texto diz ter o objetivo de pedir providências "mui submissamente à Sua Majestade", parece evidenciar uma postura subserviente dos participantes, enquadrando-se na própria alternativa apresentada por D. Pedro I e a ele "significa":

A profunda mágoa dos Baianos pela dissolução da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa segundo liame que juntava e reunia a grande família Brasileira, derramada pelas diferentes Províncias do Império e que todos os Habitantes desta Província esperam que Sua Majestade Imperial satisfaça, como cumpre à Sua Alta Dignidade, Boa fê e Constitucionalidade, aos juramentos que Ele e todos os Brasileiros tem solene e espontaneamente prestado, fazendo medrar o Regimen Constitucional e apresentando com a maior brevidade o prometido Projeto de Constituição duplicadamente mais liberal que o da extinta

Assembléia, para que a Câmara interpondo sobre ele o seu juízo e transmitindo-os aos Deputados das respectivas Províncias, seja por estes aprovado, removendo assim a desconfiança dos Povos que ora se encontra em extrema açulada.¹⁵²

Porém, as linhas que se seguem tornam evidente que o Conselho não deixaria sem resposta a crise política aberta com a referida dissolução. Em uma das dimensões desta resposta, o Conselho irá tensionar pela reversão das medidas de caráter repressivo adotadas pelo poder central no sentido de esvaziar as resistências posteriores à dissolução. Em sua primeira reivindicação relacionada a isto, observa que:

Todos os Habitantes desta Província suplicam muito submissamente a Sua Majestade Imperial, que Se Digne de restituir os Deputados Presos e expulsos do Brasil, ao seio de suas respectivas Províncias; Havendo por bem de ao mesmo tempo ter consideração pelo Deputado eleito Barata, cujas asserções imoderadas eram mais filhas do seu patriotismo exaltado, que de maldade do seu coração.

A reivindicação anti-repressiva apresentada logo depois, não se limitará a preservar um conjunto restrito e definido de lideranças, mas irá voltar-se a tentar obstaculizar um processo já em curso de perseguição generalizada a qualquer tipo de oposição ao poder do monarca. O trecho abaixo não nos deixa dúvida:

E bem assim, que Sua Majestade Imperial Haja por bem de obstar ao mal certo que deve resultar do Decreto de vinte e quatro de Novembro, que manda conhecer devassamente dos últimos acontecimentos, e do Edital do Intendente Geral da Polícia de vinte do mesmo mês que admite Denúncias em segredo, pois que a fatal experiência da Portaria de onze de Dezembro do ano passado, que continha matéria idêntica, nos agoura terríveis conseqüências da execução do predito Decreto e mais ainda do Edital.

¹⁵² APEB, Seção Colonial, Série Atas de instalação, posse e mais deliberações do Conselho Interino de Governo, maço 638-1, p.70.

Notemos que a parte final do texto irá remontar a iniciativas de repressão definidas em dezembro do ano anterior, apontando o fato de que as do momento teriam conteúdo similar e por isso resultariam em "teríveis conseqüências". Refere-se o mesmo ao transcorrer da "bonifácia" em relação à qual já citamos as características e decorrências em parágrafos anteriores. Aqui é importante destacar a lucidez retratada no debate interno ao Conselho, que, ao estabelecer os nexos entre os dois momentos, indica uma perspectiva de aprofundamento do caráter autoritário do poder sediado no Rio de Janeiro, não nos parecendo fora de lugar considerar a hipótese de que o período da enorme autoridade e intolerância do Ministro do Império e Estrangeiros - José Bonifácio -, tenha de certa forma gestado condições mais propícias para que D. Pedro I fosse ainda mais ousado nas ações que fizeram calar as vozes dissidentes. Remontando a contendas passadas, os dominantes da Bahia evidenciaram seus receios de que o fechamento da Constituinte significasse apenas mais uma manifestação de um processo de concentração de poder no Rio de Janeiro, ainda sem limites definidos.

Diretamente ligado a esta questão, o sentido anti-português das posições do Conselho ganharia contornos nitidos em suas resoluções. A expectativa transmitida e as medidas propostas por ele traduziram-se logo de início no seguinte texto:

Todos os Baianos esperam igualmente que o seu Augusto Imperador jamais deixe de desempenhar a sua Imperial Palavra de que nada queria de Portugal e que por conseqüência não consinta, nem sofra, que alguém se lembre de confederação (pois que a União é absolutamente impossível) com aquele Reino.

[...] Que os Baianos agradecem cordialmente a Sua Majestade Imperial o haver nomeado um ministério e conselho de Estado composto somente de súditos nascidos no Brasil, lisonjeando-se de que Sua Majestade, firme neste propósito digno de Sua Profunda Política e Sabedoria, não confiará os Grandes cargos do Estado a Súditos nascidos em Portugal e que ao mesmo tempo rendem a Sua Majestade Imperial as devidas graças por haver mandado expulsar do Império a alguns maus Portugueses residentes na Corte do Império, fazendo-se mui necessário que uma tal medida seja extensiva a todos aqueles, que como os expulsos, se têm mostrado e mostram inimigos do Império.¹⁵³

¹⁵³ APEB, Seção Colonial, Série Atas de instalação, posse e mais deliberações do Conselho Interino de Governo, maço 638-1, p.70.

Na Bahia, a tentativa de subtrair a influência lusitana deveria evitar que estes assumissem mesmo as pequenas funções públicas, como revela a solicitação de que Sua Majestade:

Se Digne de nomear para esta Provincia os Empregados Públicos, que lhe faltam como sejam Chanceler e três Agravistas para a Relação, Ouvidor para esta Câmara, e para as outras da Provincia, Juizes de Fora para as Vilas que os não têm, por quanto a falta de Empregados Civis não deixa de ser uma das concausas da desordem em que se acha esta Provincia. Devendo toda via recair aquella nomeação em Súbditos nascidos no Brasil, e nunca em Portugal.

Acompanhando estas medidas de cerceamento dos que ficassem, o Conselho também elaboraria longas listas definidas por categorias dos que deveriam sem demora deixar a provincia. Seriam eles:

1º todos os Portugueses Prisioneiros de Guerra que foram mandados para aqui pelo Primeiro Almirante Marquês de Maranhão, entre os quais se compreendem os Frades de Jerusalém; 2º alguns Portugueses solteiros e perversos e também alguns Brasileiros, que nos fizeram a Guerra, servindo de voluntários nos Batalhões Lusitanos e por outros modos, e cuja existência nesta Cidade se alega como causa dos motivos e assuadas que tanto a perturbam, compreendendo-se nesta classe alguns Frades de diferentes Ordens Religiosos; 3º alguns Portugueses casados, mas que não têm filhos, os quais apesar da mágoa que nos causa a idéia da separação de suas mulheres, é com tudo certo que sem a saída deles continuará a desordem Pública, sendo necessário advertir aqui que alguns outros casados são poupados em atenção as suas numerosas familias e educação dos seus inocentes filhos Brasileiros que são em verdade motivos bem dignos de excitar a piedade dos generosos Baianos.

[...] Para o mesmo fim e pelas mesmas razoes sejam retirados desta Provincia os Militares Portugueses, que achando-se ao serviço dela tomarão partido inimigo, e nos hostilizaram e sejam demitidos do serviço da Provincia os officiaes Militares Brasileiros, e alguns Portugueses casados e onerados de filhos que se bandearão para o inimigo e nos fizeram a Guerra

[...] O Governador das Armas fará igualmente efetiva a determinação compreendida na deliberação oitava, declarando demitidos, ou em Conselho, aos individuos constantes na lista numero dois, que sendo igualmente lida e entrando em discussão, sofreu também algumas emendas, produzindo-se como a respeito dos Primeiros, os seus criminosos fatos.

Apesar de estar evidente que tais medidas deveriam recair principalmente sobre a capital também foram aprovadas iniciativas para que as "vilas e povoações do Recôncavo" fossem incluídas no processo de esvaziamento da influência política lusitana. Para isso, seriam:

Retirados a Juizo, e por ordem da Autoridade Civil, Câmara, Capitão mor e Comandante das Milícias coletivamente das Mencionadas Vilas e Povoações, aqueles Portugueses maus cuja existência nela se reputa causa das desordens, remetendo-os em custodia ao Governo, que lhes dará o destino que se tem dado a outros.

Por fim, um recado claro ao "Imperador" de que a província não accitaria nomeações de portugueses para postos do Estado, ainda que feitas pelo próprio:

Que se não dê posse e exercicio a súdito algum nascidos em Portugal que vier despachado para esta Província, sem que primeiro se represente submissamente a Sua Majestade Imperial os poderosos motivos que houverem para se não cumprir o despacho a fim de que o mesmo Augusto Senhor se Digne de o revogar.

É importante destacar que o entendimento sobre os reais objetivos de D. Pedro possuía um componente de imponderabilidade sempre presente e com importante significado pelo menos até os primeiros meses de 1831. Os ventos de além-mar, ao sabor das acirradas disputas em Portugal, constantemente reacendiam o sentimento de insegurança que grassava na província diante das possibilidades de uma agressão militar lusa. Foi em função disto que as informações chegadas em Salvador apontando que estas possibilidades eram iminentes fizeram reunir-se o Conselho em 14 de junho de 1824 "para o fim de resolver sobre os preparativos e medidas que deviam ser tomadas pelo governo civil da Província, a bem da segurança ora ameaçada segundo notícias de Portugal".¹⁵⁴

¹⁵⁴ APEB, Seção Colonial, Série Atas de instalação, posse e mais deliberações do Conselho Interino de Governo, maço 638-1, p.89.

Este Conselho definiria uma comissão que ao reunir-se em 26 do mesmo mês sintetizaria proposições divididas entre aquelas que deveriam ser adotadas imediatamente e outras condicionadas à informação da saída das tropas de Portugal rumo à Bahia. Situadas na lista das primeiras estariam principalmente: a criação de um Corpo da Guarda Cívica (com a participação não só dos clérigos seculares, como também dos regulares); recolhimento de todas as armas que estivessem em posse de portugueses (os que não entregassem deveriam ser presos e punidos como "inimigos do Império"); transferência para as vilas do Recôncavo (onde ficariam sujeitos a constantes inspeções policiais) de portugueses contra os quais pesassem alguma suspeita (sendo que os "solteiros, novos, não arraigados" e que se recusassem a compor a força armada da província, deveriam dela se retirar num prazo máximo de trinta dias); criação de um hospital militar; estabelecimento de três negociantes de "conhecida probidade, riqueza e decidido amor à Causa da Liberdade e Independência do Império", responsáveis por todo o fornecimento de "boca e guerra" para o exército; constituição de uma Caixa Militar e a utilização de três mil libras esterlinas de propriedade da Província existentes na Inglaterra para compra de armamentos. Constando na relação das medidas pós-embarque das tropas lusitanas em direção à Bahia, a mais importante seria a "mudança do Governo, todos os Tribunais e Repartições públicas" para Cachoeira, de forma a estarem situados em lugar mais seguro.¹⁵⁵

Como podemos perceber, também para os dominantes da Bahia, a influência política portuguesa nos espaços de poder e consolidação da Independência eram em grande medida contraditórias. Mas, como veremos, esta contraposição ao segmento lusitano estava longe de ser generalizada.

4.3 O PROTESTO DO GRUPO SENHORIAL

Ainda no período da guerra e em meio ao combate travado entre o Conselho Interino e Labatut é possível perceber a divergência de olhares para o inimigo comum. No que se refere ao

¹⁵⁵ APEB, Seção Colonial, Série Atas de instalação, posse e mais deliberações do Conselho Interino de Governo, maço 638-1, p.91.

destino que deveria ser dado aos bens dos "europeus emigrados e dissidentes da nossa Santa Causa", o ouvidor da povoação de Laranjeiras, observa que as ordens do general e do Conselho são contrárias, pois enquanto o primeiro determinava o seqüestro imediato do patrimônio pertencente àqueles que os abandonaram, o segundo definia, em sua portaria de 03 de novembro de 1823, uma postura bem mais condescendente, constando na mesma que:

Hajam de se por em administração e depósito todos os bens e móveis desses mesmos Europeus e que nos termos da Lei, se proceda a cerca da tutela e Curatela dos Infantis e Menores, filhos daqueles emigrados para que suas casas não se dilapidem e arruinem, com respeito as reclamações dos Direitos dos filhos e esposas inocentes, a quem não é imputável a ilusão, o capricho e a obstinação do pai.¹⁵⁶

No momento em que a crise entre as duas autoridades passa a uma fase de maior acirramento torna-se também mais evidente o entendimento bastante diferenciado entre as mesmas sobre a questão de qual deveria ser o tratamento dado ao segmento lusitano no transcorrer do conflito bélico. A indignação por parte dos conselheiros no que se refere às atitudes do comandante do Exército Pacificador voltadas aos "europeus" ganharam destaque entre os diversos argumentos utilizados na correspondência datada de 23 de dezembro de 1822, para que o Imperador retirasse do mesmo a responsabilidade de conduzir militarmente as forças do campo brasileiro. Relatou o Conselho que:

Pela Proclamação Número 12 que já subiu à Presença de Vossa Excelência ele ameaça de matar e enforcar os Europeus pacíficos contra o que Recomenda Sua Majestade Imperial, contra o que ordena a Razão, a Justiça e o Interesse do Brasil. Proclamação que tem sobremaneira irritado os Europeus principalmente no Interior, a ponto de ser o Conselho Interino obrigado a publicar a Proclamação Número 13, para tranquilizar os de Rio de Contas e Caetitê. Não contente com isso o General pela Proclamação Número 14 abriu uma Inquirição no seu Quartel, para onde corre toda a carta de gente ou inimiga com o propósito de vingar-se, ou caluniadora com o fim de locupletar-se a custa dos bens dos caluniados. A mais leve denúncia dada pela pessoa mais objeta, ou talvez por

¹⁵⁶ APEB, Seção Colonial e Provincial, Correspondência recebida pelo Conselho Interino de Governo, Maço 637-4, caderno 38.

agentes do Partido Europeu, produz uma estrepitosa prisão e chegou a ponto de requerer ao Conselho Interino que prendesse e remetesse ao seu Quartel tais e tais Europeus de forma irregular que mostra o Ofício número 15, em o qual se refere a um rol de proscritos sem assinatura, sendo estes proscritos pela maior parte, homens até hoje pacíficos, a que o Conselho Interino entendeu responder com a dignidade que pedia a Justiça nos termos do Ofício Número 16. Irritar por tal jeito os Europeus contra a Causa do Brasil parece que pertencia mais ao General Madeira do que ao General Labatut.¹⁵⁷

Em consonância com esta trajetória, apesar de constatararmos um grande receio também por parte do grupo senhorial de que a presença portuguesa na Bahia pudesse servir de aporte para iniciativas do monarca articuladas a forças que em Portugal permaneciam motivadas pelo projeto recolonizador, é possível ao mesmo tempo verificar, no pós 2 de Julho, que o comportamento dos poderosos daqui não deixava, através de certas medidas, de afirmar a alternativa de reintegração do segmento lusitano que, no entender dos mesmos, era indispensável à reprodução da vida, fundamentalmente econômica, da província. No Conselho dedicado ao debate sobre o fechamento da Constituinte de 1823, esta afirmação é indisfarçável. Mesmo considerando o verdadeiro programa anti-português delineado em parágrafos anteriores, a ata em certa altura observa que:

Para o fim justissimo de promover-se a tranqüilidade desta Cidade e Provincia, e poupar as vidas e dar sossego aos Portugueses honrados e pacíficos que hoje são Cidadãos Brasileiros, se faz necessário, que sejam retirados desta Provincia, até que Portugal reconheça solenemente a Independência, e o Império do Brasil¹⁵⁸

Porém, além dos "honrados e pacíficos", já caracterizados como "cidadãos brasileiros", o texto segue deixando uma porta entreaberta para outros tantos lusos, também de permanência ansiada pelos conselheiros baianos, ao deliberar que:

¹⁵⁷ APEB, Seção Colonial e Provincial, Conselho Interino de Governo, Maço 637-2, folha 15.

¹⁵⁸ APEB, Seção Colonial, Série Atas de instalação, posse e mais deliberações do Conselho Interino de Governo, maço 638-1, p.70.

O Governo da Província fará efetiva a determinação compreendida na Deliberação sétima, mandando sair com brevidade que for possível em Navios Estrangeiros ou Nacionais os individuos constante da Relação numero primeiro, que sendo lida, houve sobre ela discussão, em que se fizeram algumas emendas e se produzirão os fatos criminosos que contra eles havia; pagando a custa da Fazenda Publica a passagem daqueles que forem pobres, e dando somente Passaportes aos que forem ricos, os quais deixarão Procuradores bastantes para lhes cuidar de suas casas, e negócios, e verificar a passagem dos seus fundos para onde quizerem, quando não pretendam regressar depois do reconhecimento da Independência; e por isso os seus bens ficam isentos do seqüestro.

Como podemos observar, certos "fatos criminosos" estavam longe de impor uma viagem sem volta aos abastados "inimigos da santa causa", pelo menos se dependesse dos mais abastados defensores dela.

Já no contexto da Abdicação, a região da grande produção açucareira acabaria por expressar de maneira talvez até mais decidida esta perspectiva de preservação de certos portugueses. Ainda que o movimento de caça aos mesmos se espalhasse pelo Recôncavo, ali, os espaços políticos institucionais dariam uma resposta bastante diferenciada da que se apresentou, por exemplo, no Conselho do dia 04 de abril em Salvador (a qual discutiremos com maior riqueza de detalhes mais adiante). Como resultado das pressões incidentes sobre os fatos relativos às disputas na capital da província e do Império, no dia 17 de abril, na Vila de Santo Amaro, seria convocada a Casa da Câmara:

Por exigir parte da Tropa em Armas e Cidadãos também armados, a deportação de Portugueses e também Brasileiros, cuja conservação entre nós podia servir de motivo, como já servira de motivo de anarquia, por isso que deles nenhuma confiança se fazia em consequência de terem já sido alguns decididamente contrários a nossa Causa da Independência, pegando até em armas e por estarem outros muito por suas circunstâncias de nos poder fazer guerra, ou pelo menos promover desordens que podemos precaver.¹⁵⁹

¹⁵⁹ APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Judiciário, maço 2861-1

A contraposição a esta iniciativa seria rápida e afirmativa através de um abaixo-assinado que expressava a própria visão dos consignatários sobre a situação "anárquica" da região e apontava alternativas em coerência com esta. "Remediar seus males" passava pelas seguintes medidas:

1º - A criação de uma Guarda Nacional nesta Vila, a exemplo e de conformidade com a que se está criando na capital desta Província, dando para isso as necessárias ordens; 2º - Que se digna a ver por irrita e de nenhum efeito a Ata do dia 17 do corrente feita nesta Vila por ser tumultuária e com coerção das Autoridades e mais Cidadãos probos; 3º - Que se mande criar nesta Vila uma Comissão para se tratar das deportações de alguns Portuguezes decididamente inimigos da nossa Independência Constitucional e do público sossego, por não ter lugar a deportação daquela inconsiderada e nula Ata.¹⁶⁰

Como podemos perceber, certamente era muito mais restrita que a dos rebeldes radicais a lista dos "inimigos da causa" a serem deportados no entendimento das "autoridades" e "cidadãos probos" do Recôncavo que avalizaram o documento acima.¹⁶¹

Assim, os receios do grupo senhorial com relação às possibilidades do referido retrocesso na Independência não evitou que a ele fosse imposta uma atitude ambígua em relação à questão lusitana: por um lado atacar a presença dos portugueses na Corte e na Bahia expulsar os suspeitos de possivelmente dar base a um ataque planejado em além-mar e por outro preservar aqueles que fossem "pacíficos", "honrados"... e abastados.

¹⁶⁰ APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Judiciário, maço 2861-1

¹⁶¹ Cerca de um mês e meio depois da Abdicação (*mas ainda não cessados os impulsos da lusofobia e muito menos dos liberais radicais*), o entendimento dos "proprietários, agricultores e fazendeiros" da região açucareira sobre a questão lusa estará expresso com todas as letras, no manifesto lançado em 18 de maio. Após analisar a "perda incalculável" tanto na agricultura como no comércio e indústria, causada pela expulsão dos portugueses da Bahia, estes observam que os brasileiros seriam mais propensos à "nobreza da agricultura", e que seria impossível para estes converterem-se rapidamente em comerciantes. Continuando, observam que esta "metamorfose" inevitavelmente teria fortes impactos sobre os "interesses particulares do povo e nas rendas públicas". APEB, Seção Colonial, Série Abdicação do Imperador, Maço 2867. Ao analisar este mesmo manifesto Aras observa que "a dependência que os grandes produtores locais mantinham em relação ao comércio exportador, ainda nas mãos dos portugueses, explica a posição conservadora dos grandes proprietários". Aras, *A Santa Federação Imperial*, p.87.

4.4 CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA, RECONFIGURAÇÕES DO PODER DOMINANTE

Dois momentos poderiam ser considerados como marcos fundamentais da efervescência política e do desencadeamento da ampla iniciativa popular na afirmação da lusofobia. Como vimos, o primeiro deles seria o fechamento da Constituinte de 1823. Subseqüente a este, outros processos de menor expressão significaram uma espécie de acúmulo contestatório, vivido pela província durante o transcorrer de todo I Reinado. O segundo se deu com o forte questionamento da autoridade de D. Pedro I e a conseqüente renúncia do mesmo. Desaguando na perspectiva de consolidação da Independência, suas decorrências iriam, no entanto, para além dela, incidindo sobre a conturbada década de 1830 da Cidade da Bahia e Recôncavo. É em função disto que a reflexão sobre os impactos deste último momento sob poder dominante nos parece importante para os objetivos deste trabalho.

Nos momentos preliminares à Abdicação, exerceu uma espécie de papel detonador do acirramento político, a prisão de dois oficiais acusados de conspirarem contra as autoridades da província.¹⁶² Esta iniciativa das referidas autoridades, porém, como as próprias suspeitas que lhe deu origem não pode ser desligada dos acontecimentos que transcorriam na Corte. Significaram, sim, mais uma manifestação de alinhamento do governo provincial, que em última instância sempre acabava por tentar alicerçar a ordem nacional, como forma de submeter ao menor risco possível a ordem na própria região. Aqui, preservar parte dos portugueses e sufocar o crescimento da influência dos rebeldes radicais tornou-se uma tarefa difícilíssima; por isso o apelo à defesa desta "unidade nacional" já realizado no império de D. Pedro, se aprofundará no período regencial¹⁶³ como contraponto aos liberais radicais "travestidos de federalistas".¹⁶⁴

¹⁶² Accioly, p.254

¹⁶³ Três momentos evidenciam esta defesa. O primeiro se deu já nos momentos preliminares à guerra, com o estabelecimento do regente D. Pedro como alternativa à "anarchia". O segundo colocou-se no transcorrer do Primeiro Reinado com afirmação do monarca, a exemplo da postura das autoridades adotando D. Pedro como referência contra os Periquitos e por fim, a partir da abdicação quando o grupo senhorial vai defender o Rio de Janeiro enquanto poder central em contraponto aos liberais radicais.

¹⁶⁴ Expressão utilizada por Reis para definir o agrupamento subversivo em questão. Reis, "A Morte é uma festa", p.45.

Como observamos no capítulo anterior, liberalismo radical e lusofobia guardaram entre si uma relação de complementariedade. O trecho abaixo, parte do documento elaborado por oficiais rebeldes no início do movimento que, dentro deste contexto, estourou na cidade da Bahia em 04 de abril de 1831, é uma das evidências disto. Após pedir a deportação do major João Crisóstomo Callado (Comandante das Armas), de Manuel J. Pinto Pacca (Comandante de Polícia) e relacionar um conjunto de exigências no sentido de garantir o esvaziamento da expressão dos portugueses no exército, os insurgentes farão o alerta de que

Qualquer sinal de hostilidade contra Tropa e Povo aqui reunidos, ou desembarque de qualquer Força do mar ou outra alguma reunião de *Força ou Portugueses Paisanos* armados será considerado como agressão e nesse caso o Povo e Tropa tomarão a ofensiva com todo o denodo e furor das armas.¹⁶⁵

A união de "tropa e povo" contra os portugueses (inclusive paisanos) mostra a força mobilizadora da lusofobia. Neste momento, onde os rebeldes tinham como bandeira a defesa da "Independência ameaçada" contra a "facção lusitana recolonizadora", a profunda aversão popular aos reinóis seria bastante e eficazmente acessada pelos liberais radicais. É neste sentido que mesmo não tendo responsabilidade enquanto agrupamento por iniciativas que davam início às movimentações de "caça" aos portugueses, estes liberais radicais acabavam por transformá-las em ponto de apoio para tentar impor a institucionalização da quebra da influência do segmento luso.

Mas é através do quadro descrito na ata do Conselho Provincial realizado no mesmo dia 04 que podemos ter um maior entendimento sobre a força do referido movimento. É assim que para estabelecer um contato direto e formal com os sublevados foram

Logo nomeados o Senhor Deputado Doutor Francisco de Paula de Araújo e Almeida, o Senhor Conselheiro do Governo Deão Manuel José Gonçalves Pereira e o Senhor Presidente da Câmara Municipal Inocêncio José de Castro, os

¹⁶⁵ APEB, Seção Colonial, Série Atas de instalação, posse e mais deliberações do Conselho Interino de Governo, Maço 638, p. 113. Grifos nossos.

quais saindo a cumprir esta comissão, dela voltaram dando conta que tendo ido ao campo da Fortaleza do Barbalho, ali achara grande número de Paisanos armados e a maior parte da Força Militar da Cidade que poderia montar tudo de três a quatro mil homens além de muita gente armada que constava existir em alguns outros pontos.¹⁶⁶

Grande parte das reivindicações colocadas no documento dos oficiais sublevados seria aprovada pelo Conselho, no entanto, isso não evitaria que no dia posterior o número de indivíduos envolvidos no movimento fosse duplicado, somando mais de oito mil rebelados "todos armados" e na expectativa de que as medidas aprovadas se efetivassem no prazo por eles estipulado (vinte e quatro horas). No mesmo dia, o presidente da província, Luís Paulo de Araújo Bastos, se apressaria em garantir a destituição do Comandante das Armas (Marechal Callado), sendo este substituído pelo Visconde de Pirajá.¹⁶⁷

Este processo revelou que o duro golpe sofrido pela "facção lusitana" no poder central (culminando na Abdicação) encontrou o seu correspondente na província no movimento dos primeiros dias de abril de 1831. Assim, é preciso não reduzir a avaliação das decorrências deste processo, à sua dimensão quantitativa, pois, apesar da volta de um contingente volumoso de portugueses para a sua terra natal - sendo a madrugada do 2 de Julho o primeiro e dos mais expressivos acontecimentos neste sentido - esta fuga estaria longe de esvaziar a presença lusitana na província. O que nos parece fundamental evidenciar, é que esta presença seria qualitativamente cada vez menos significativa, pois ao promover a agressão orgânica aos portugueses ou mesmo aprovando formalmente a deportação dos mesmos, o campo popular acabou por impor o aniquilamento político do segmento lusitano.¹⁶⁸

Por outro lado, se o movimento de abril de 1831 teve à frente também outros sujeitos, ao avalizar a idéia da necessidade do referido aniquilamento da presença portuguesa (particularmente nos espaços de poder do Estado), o mesmo representou acima de tudo, a vitória do entendimento dos liberais radicais sobre a resposta às possibilidades de retrocessos na

¹⁶⁶ APEB, Seção Colonial, Série Atas de instalação, posse e mais deliberações do Conselho Interino de Governo, Maço 638, p. 108.

¹⁶⁷ APEB, Seção Colonial, Série Atas de instalação, posse e mais deliberações do Conselho Interino de Governo, maço 638-1.

¹⁶⁸ Apesar disto João Reis frisa que mesmo considerando a grande saída de portugueses da Bahia no pós-Independência, a presença dos mesmos no comércio permaneceria marcante. Reis, "A Morte é uma festa", p.30.

Independência. Ou seja, a culminância de todo um acúmulo contestatório aos riscos destes retrocessos, realizado ao longo do conturbado I Reinado na Bahia.

Apesar de todas as conquistas, o movimento deixaria evidente no documento que comunicava seu encerramento a situação de questionamento do próprio presidente da província observando que:

Finalmente o Povo e Tropa desta Província espera que o Excelentíssimo Senhor Presidente não lhe dê o menor motivo de desconfiança, esperando que tenha em particular atenção esses inúmeros Portugueses, que, sendo Estrangeiros pela Lei ocupam Cargos e Empregos Públicos com geral desgosto, e desconfiança dos Brasileiros Bahianos, e cuja continuação em tais Empregos não pode deixar de alimentar bem fundados descontentamentos.¹⁶⁹

Ainda que tenha alegado motivos de saúde, talvez o sentimento de instabilidade (dada a limitada tolerância do povo e tropa), venha a ter sido o verdadeiro impulsionador para que o próprio Araújo Bastos comunicasse dois dias depois sua renúncia à presidência, assumida por João Alves Cezimbra.¹⁷⁰

O novo presidente já teria suas primeiras ações voltadas a contornar as iniciativas, fruto de um clima de contestação que ainda estava longe de dar sinais de cansaço. A nove de abril, o Conselho seria novamente reunido recebendo notícias de sublevações no Recôncavo já controladas (como veremos, não por muito tempo) e tendo que responder ao documento que, trazendo assinaturas de mais de seiscentos cidadãos da capital, reafirmava a necessidade da implementação das medidas anti-lusitanas.¹⁷¹ Aqui, é importante destacar que entre o conjunto de dez "artigos", constava no sexto a defesa de "que a ata de 17 de dezembro de 1823 seja exatamente posta em prática", demonstrando que, apesar de todos os limites impostos pela repressão e pela fluidez da organização dos rebeldes, estão presentes claras indicações de continuidade entre os posicionamentos dos mesmos nos diversos momentos políticos - na

¹⁶⁹ APEB, Seção Colonial, Série Atas de instalação, posse e mais deliberações do Conselho Interino de Governo, maço 638-I, p. 119.

¹⁷⁰ Accioly, p. 264.

¹⁷¹ APEB, Seção Colonial e Provincial, Série Judiciário, maço 2867.

situação em questão, momentos separados por uma distância de mais de sete anos. Sem resistências, o Conselho aprovaria todas as proposições, ressaltando apenas, sem maiores explicações, ser o sexto artigo contraditório com os outros solicitados e, por isso, inexecutável.¹⁷²

Esta vitória política, qual seja, a legitimação da visão da necessidade de liquidar a influência política portuguesa no país e particularmente na província, acabou por alimentar a expressão dos liberais radicais, que em 12 de maio ainda de 1831, *fariam eclodir uma nova sublevação tendo como ponta de lança os efetivos instalados no Forte de São Pedro aliados ao batalhão do Piauí*. É importante perceber, no entanto, que este movimento espelhou de maneira muito mais definida a personalidade do referido liberalismo radical do que o ocorrido no início de abril. Um primeiro componente que reforça esta conclusão é a diferença do perfil social dos que estiveram à frente dos dois acontecimentos. Apesar de envolver amplamente "tropa e povo", enquanto o grupo de lideranças dos sublevados de abril era composto apenas de militares, com grande peso dos de alta patente, o movimento ocorrido entre 12 e 16 de maio, foi representado tanto por membros dos corpos armados, como por civis, sendo que entre os primeiros os postos variaram, em sua grande maioria, entre o baixo e médio oficialato, encabeçando a lista um militar cuja patente era a de "Capitão Comandante Interino".¹⁷³

Porém, o segundo e talvez mais significativo componente foram as diferenças tanto em diversidade como em profundidade que se colocaram no conteúdo reivindicatório das respectivas movimentações. Voltadas centralmente para o objetivo de anular a influência portuguesa dentro dos corpos armados (exército e polícia), as medidas propostas pelos insurgentes em 4 de abril assumiram um corte fundamentalmente político-militar. Já os participantes da rebelião de maio, de maneira bastante diferenciada, teriam em seus horizontes conquistas bem mais numerosas e ousadas.

¹⁷² Accioly, 264-267.

¹⁷³ No caso da sublevação de abril estavam presentes nas assinaturas do documento dos rebeldes três coronéis, cinco tenentes coronéis, três majores, quatro capitães, um cirurgião-mor, três tenentes e um sargento-mor. Já no documento dos insubordinados da segunda semana de maio, constavam sete capitães, nove alferes, onze tenentes, um cirurgião-mor, dois cadetes, um sargento, um ajudante e apenas um major e o coronel Antônio Bahiense que foi o primeiro da lista dos sublevados de abril, certamente por isso, teria acrescentado à sua patente a definição de coronel "com restrição". Além dos militares figuravam entre os signatários do documento que sintetizava as posições do movimento de maio, vinte e um "paisanos". APEB, Seção Colonial, Série Atas de instalação, posse e mais deliberações do Conselho Interino de Governo, maço 638-1, pp. 119-122.

O texto redigido no Forte de São Pedro em 12 de maio tinha como primeira exigência a destituição do Comandante das Armas - o Visconde de Pirajá - que deveria ser substituído pelo brigadeiro Antero José Ferreira de Brito. No entanto, além da queda da principal autoridade militar como foi proposto em abril, observariam que:

Constando ao mesmo acampamento que o atual Vice-Presidente [presidente interino] da Província tem perdido toda a força física e moral pelas suas bem salientes arbitrariedades e constando que se acha nomeado para Presidente desta Província o Desembargador Antonio Augusto, seja imediatamente empossado da Presidência da Província visto que o atual governo tem por muitas vezes exorbitado de suas atribuições e garantias e deportando cidadãos livres sem outro motivo do que falsas informações, intrigas e falta de boa fé e no caso de não aceitar o referido Augusto, recairá a posse no Deão Conselheiro, servindo provisoriamente até a aprovação do Governo.

Aliado a esta redefinição dos sujeitos que deveriam ocupar os cargos que mais expressavam o poder civil e militar da província, chama a atenção o sentido de auto-preservação do segmento mais diretamente envolvido com as iniciativas rebeldes (pelo menos daquele momento que se abria com o processo que levou à Abdicação), além da tentativa, por parte dos sublevados, de forjar condições onde as posições liberais radicais encontrassem terreno mais fértil para reprodução no futuro. É assim, que entre os artigos que sintetizam suas reivindicações constaria:

Que o acompanhamento não deporá as armas sem primeiro ser empossado o novo Governo e *serem soltos todos os seus Companheiros Brasileiros que se acham presos* por meras intrigas e boatos espalhados de propósito por um bando de ambiciosos, que infelizmente tem dedicado dos negócios da Província; e entre os que devem ser soltos, serão sem dúvida contemplados o Alferes Jozé Porfirio de Lima, *assim como todos os Militares e Paisanos que foram presos depois do dia quatro de Abril*, e que se acham nas presigangas; e *outrossim poderem já aparecer todos os Cidadãos que se acham ocultos, receosos das arbitrarias prisões que tem feito.*¹⁷⁴

¹⁷⁴ Os grifos são nossos.

Investiriam contra a criminalização do movimento, neste sentido também exigindo que:

De todo o expendido no ato da posse de novo governo se lavrará uma ata em que se especifiquem tais condições e se obriguem os assinantes a recolherem sempre justo e legal o passo que deu a Tropa e Povo que se acha neste acampamento, a fim de que para o futuro não apareçam pretextos de criminalidade como indiscretamente tem aparecido com a reunião do Barbalho.

Antevendo uma disputa que sem dúvida ultrapassaria o conflito estabelecido naquele momento, tentariam impor que: "A liberdade da Imprensa seja proclamada livre na forma da Lei, e que o Governo assim como todos os julgadores da Província, publiquem por ela todo os seus trabalhos."

Por fim, para o entendimento do levante de maio como iniciativa fortemente vinculada aos liberais radicais, é importante também salientar o envolvimento de um significativo número de suas lideranças nos movimentos rebeldes que até o final da década despontariam. Entre os assinantes do documento acima considerado, podemos identificar nas referências biográficas elaboradas por Aras dos participantes de eventos rebeldes anteriores e posteriores ao referido movimento, os tenentes Álvaro Correa de Moraes (presente na revolta federalista de outubro de 1831) e Alexandre Ferreira do Carmo Sucupira (presente nas de 1832 e 33), o civil Custódio Bento Monteiro (também presente em 1832 e 1833) e o segundo tenente Daniel Gomes de Freitas (presente em 1833 e 1837). Este último, como já citamos, participante do Levante dos Periquitos em 1824.¹⁷⁵ É importante destacar também que entre os "companheiros Brasileiros" neste momento presos, certamente deviam estar muitos outros que teriam trajetória semelhante.

Não é objetivo deste trabalho prosseguir numa análise dos embates entre subversivos e dominadores, que sucederam-se durante a década de 30, trajetória aliás, já bastante estudada. Cabe-nos apenas afirmar que a imposição feita pelo campo popular de uma postura ofensiva na afirmação da Independência, custou caro aos grupos que centralizavam o poder na Bahia. Levou

¹⁷⁵ Aras, "A Santa Federação Imperial", pp.142-151.

a uma mudança de sua composição com decorrências fragilizadoras tanto de seu papel de coerção e direção na província, como em sua afirmação no cenário da construção do Estado nacional.

Dando a vitória aos liberais radicais, a polêmica sobre quais caminhos levariam à consolidação da emancipação seria rapidamente substituída pela que se definia como centralizaçãoXfederalismo, que dali em diante iria opor "autoridades" e "anarquistas". Em outras palavras, abriria um novo momento do confronto entre o conservadorismo senhorial e o liberalismo radical, este último mais do que nunca enraizado no corpo armado da província até finais de 1837 e início de 1838.

Derrotar a Sabinada significou para o grupo com centralidade no bloco dominante golpear os impulsos "exaltados" que de maneira persistente sacudiram ao longo de décadas a Cidade da Bahia, finalmente estendendo a ela o seu poder que antes apenas nos momentos mais decisivos se impunha num trajeto Recôncavo/Salvador. Para as "autoridades" que tomaram o leme da província a partir do fim da guerra de Independência, pôr fim – pelo menos por um longo espaço de tempo – às ações que repetidamente sublevavam a capital, passou por fazer queimar o sangue dos sujeitos "anárquicos", em grande medida, responsáveis pelo fomento das mesmas. Marcando com sua derrota a consolidação do poder do grupo senhorial, êxtase e tragédia dos liberais radicais, a Sabinada em seus últimos momentos forjou

Certamente a noite mais triste da história de Salvador. Incêndios clareavam vários pontos da cidade. O fogo consumia cerca de 70 sobrados, a maioria na Conceição da Praia - provocado pelos vencidos em desespero e embriaguez, e pelos vencedores, para desentocar os inimigos. Soldados rebeldes foram atirados às chamas e também simples moradores.[...] A cidade nunca vivera tamanha destruição e selvageria. O colapso das normas de conduta tão comum nos tempos de guerra, manifestou-se em saques, estupros, assassinios. Não se poupou a vida de vários chefes militares rebeldes aprisionados em combate. Francisco Xavier Bigode, Joaquim José Vinhático e Manuel Inácio Canabrava foram assassinados depois de presos. O célebre major negro Santa Eufrásia matou-se para não morrer pela mão do inimigo.

Na tarde de 15 de março, o movimento convergente que as três brigadas vinham traçando findou em torno aos Forte de São Pedro, onde tudo havia começado em 06 de novembro.¹⁷⁶

¹⁷⁶ Souza, *A Revolta da Sabinada*, p. 79.

As chagas de 1838 custaram a ser superadas. Por um bom tempo, para a tranqüilidade das “authoridades”, findou-se a “anarchia”, ali, na Cidade da Bahia rebelde, onde há cerca de 40 anos toda ela havia começado.

5. CONCLUSÃO

A trajetória da guerra deu origem a transformações na hierarquia interna do bloco dominante, levando o grupo dos senhores de engenho a migrar de uma posição de limitada capacidade de iniciativa política (dada a *principalidade dos grandes comerciantes portugueses* neste sentido) para ganhar centralidade neste bloco. Transformações estas em nada realizadas a partir da família como um "eixo a cuja volta giravam as relações sociais", e sim forjadas pelo embate político entre os diversos sujeitos coletivos, ou seja, pelos grupos sociais em conflito.¹⁷⁷

Mas se o papel de principal gestor do poder dominante, com o fim da guerra, passou a colocar-se para o grupo senhorial, os níveis de legitimidade deste mesmo grupo no Recôncavo e em Salvador eram bastante diferenciados: enquanto, a partir da luta pela independência, esses senhores de engenho consolidaram sua força e controle sobre a região produtora do açúcar e dali passaram a simbolizar a autoridade que lhes cabia para o conjunto da província, em Salvador, este poder esteve muito longe de afirmar-se no mesmo patamar. O duro golpe sofrido pelo comércio e militarismo lusitanos acabou por estabelecer na "cidade porto", coração político e administrativo da Bahia, um quadro de fragilidade do próprio poder dominante. O pós-2 de julho será, portanto, entre outras coisas, a tentativa incessante dos senhores de engenho de impor-se enquanto dominantes numa movimentação direcionada no sentido Recôncavo/Salvador, com vistas a gestar uma ordem estável na capital da província.

A partir deste momento, que marca de fato o início do Primeiro Reinado na Bahia, novas transformações estavam por vir. Nele, duas questões que cortaram todo o período da guerra ainda exigiriam respostas dos senhores do açúcar enquanto *novo sujeito com centralidade política* no bloco dominante. A primeira referiu-se às incertezas sobre a situação do grande comércio português e a segunda foi o risco do aumento da influência do liberalismo radical com suas perigosíssimas ligações com a população livre e liberta de cor, sendo logo, em 1824, o Levante dos Periquitos uma evidência de que a própria força armada alimentava enormemente este perigo.

¹⁷⁷ Mattoso, *Bahia, Século XIX*, p. 210.

A resposta a estas duas questões estava mergulhada num contexto onde os riscos de retrocessos na Independência assustavam todos aqueles que abraçaram de maneira decidida a luta pela mesma.

Os objetivos de se contrapor à influência dos liberais radicais e, por outro lado, assegurar minimamente a presença portuguesa na sociedade baiana fez o grupo senhorial e as autoridades por ele credenciadas, ao final das contas, sempre apelarem para o alinhamento com o poder central representado no Rio de Janeiro, como argumento que viesse a sustentar a defesa da manutenção de uma ordem que fundamentalmente ao referido grupo beneficiava. Isto teve os seus primeiros lances já no pré-guerra, com a aclamação de D. Pedro como regente, desdobrando-se até a resistência contra o movimento que acabou por levar a sua abdicação em 1831.

Mas esta adesão esteve muito longe de colocar-se como uma espécie de resultado das tendências apontadas pela "formação e carreira" de uma elite política. Como tentamos salientar, um conjunto de interesses e um olhar para a influência do liberalismo radical - olhar que por sua vez se constituiu enquanto tradição do grupo senhorial na Bahia -, foram fundamentais para viabilizar este alinhamento. De maneira alguma, o mesmo realizou-se como um fruto necessário das idéias de uma "ilha de letrados", que destacou-se enquanto elite política na construção do Estado nacional brasileiro.¹⁷⁸ Muito pelo contrário, sendo vitoriosas em suas pretensões de adesão à Revolução do Porto, portanto, desde 1821, as autoridades nascidas na Bahia nem de longe estariam afirmando a necessidade de caminhar de maneira conjunta com as províncias do sul do Brasil. Este questionamento à perspectiva de unidade irá enfraquecer-se, mas o sentimento de autonomia estará sempre presente ainda que reprimido, nos poderosos da Bahia e seus representantes.

O avanço da contestação às possibilidades de retrocessos na Independência levou a uma luta inglória do grupo senhorial para preservar a presença lusa na província. Esta presença se manteria, mas os portugueses seriam politicamente liquidados. Será na esteira deste conflito que o liberalismo radical se fortalecerá crescentemente, apesar da dura repressão. O entendimento defendido por esta facção do liberalismo, de que o componente português ofereceria base social

¹⁷⁸ Expressão utilizada por José M. de Carvalho. Carvalho, *A Construção da Ordem*, p. 55.

para o dito retrocesso da emancipação, ao acessar a lusofobia, ampliará significativamente o impacto de tal entendimento na vida política, econômica e social da província.

O episódio dos primeiros dias de abril, na Bahia, ligado diretamente aos confrontos que pautaram a Abdicação no Rio de Janeiro, representou um marco a partir do qual a influência lusa ganharia uma dimensão cada vez mais residual, significando ao mesmo tempo a transição da questão que passou a ter centralidade nas disputas políticas em todo o Brasil. Este sufocamento dos que outrora tiveram principalidade no bloco dominante na província, colocou-se como o momento final da reconfiguração deste bloco. A partir dele, o grupo senhorial, não por opção própria, "reinaria" quase que absoluto nas relações de poder na Bahia.

Mas, se a problemática da presença política lusa em grande medida definiu-se no início da década de 30, o conflito com os liberais radicais ainda estaria por constituir seus momentos mais acirrados. A principalidade da questão do receio de retrocessos na Independência seria rapidamente substituída pela polêmica sobre o conteúdo de centralização/descentralização geográfica do nascente Estado nacional brasileiro, no que se refere ao exercício do poder. A seqüência de revoltas federalistas que passaram a estourar apenas alguns meses depois da queda de D. Pedro I são claras sinalizações disto. Porém, muito longe de sufocada, a incidência dos liberais radicais manter-se-ia na capital da província, como um crescente obstáculo à consolidação do poder do grupo senhorial. O acúmulo contestatório em grande medida resultante da interação entre liberalismo radical e lusofobia, desaguará com significativas energias nos anos trinta dos oitocentos. Entender as decorrências do referido acúmulo, particularmente sua incidência na conformação do poder dominante, parece colocar-se como uma importante condição seja para uma análise rica sobre o papel da Bahia na construção do Estado nacional, seja na reflexão sobre o cenário de acirrada disputa entre os liberais radicais e o grupo senhorial, tendo como momento decisivo a nova polarização entre o poder do Recôncavo e a Cidade da Bahia "exaltada" a partir dos últimos meses de 1837.

FONTES

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Seção Colonial e Provincial

Série: Governo Provisório

MAÇO	ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO
633	Dossiê sobre a Independência (ofícios, cartas, relações, decretos, certidões, etc.)	1822-1823
633-1	Dossiê sobre a Independência (ofícios, comunicações, nomeações, abaixo-assinados, etc.)	1822-1823
633-2	Dossiê sobre a Independência (ordens, ofícios, portarias, etc.)	1822-1823
633-3	Dossiê sobre a Independência (ofícios, juramentos)	1822-1823
634	Dossiê sobre a Independência (ofícios)	1822-1823
634-1	Dossiê sobre a Independência (ordens, posses, manifestos, atas)	1822
636	Registros de correspondência expedida pelo Conselho Interino de Governo	1822
636-1	Registros de correspondência expedida pelo Conselho Interino de Governo	1822
637	Correspondência recebida pela Junta Provisória de Governo	1822-1823
637-1	Correspondência recebida pela Junta Provisória de Governo	1822-1823
637-2	Registros de correspondência expedida pelo Conselho Interino e Junta Provisória de Governo sobre a chegada de Labatut	1822-1823
637-3	Correspondência recebida pela Junta Provisória de Governo	1822-1824
637-4	Correspondência recebida pelo Conselho Interino de Governo	1823
637-5	Registros de Patentes concedidas pelo Conselho Interino de Governo	1822-1823
637-6	Correspondência recebida pelo Conselho Interino de Governo	1822-1823
637-7	Correspondência recebida pelo Conselho Interino de Governo	1823

Série: Governo Provisório (cont.)

MAÇO	ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO
638	Registros de Correspondência expedida pelo Conselho Interino de Governo para o General em Chefe do Exército Pacificador Pedro Labatut e Juntas Provisórias do Brasil (ofícios)	1822-1825
638-1	Livro de Atas da instalação, posse e mais deliberações do Conselho Interino de Governo	1822-1831
638-2	Correspondência recebida pelo Conselho Interino de Governo (ofícios, relações, certidões, etc.)	1822-1823
1617	Registros de correspondência expedida pelo Conselho Interino de Governo (ofícios sobre Negócios da Fazenda)	1822-1823
1618	Registros de correspondência expedida pelo Conselho de Governo (ofícios sobre Negócios do Interior)	1822-1823
1619	Registros de correspondência expedida pelo Conselho de Governo (ofícios sobre Negócios da Guerra)	1822-1823
1620	Registros de correspondência expedida pelo Conselho Interino de Governo (ofícios)	1823
3792	Correspondência recebida pelo Conselho Interino de Governo	1823
3793	Correspondência recebida pela Junta Provisória de Governo (ofícios)	1822
3803	Correspondência recebida pela Junta Provisória de Governo	1823

Série Governo

MAÇO	ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO
641	Correspondência ao Imperador	1823-1826
642	Correspondência ao Imperador	1826
643	Correspondência ao Imperador	1826
644	Correspondência ao Imperador	1826
649-1	Correspondência ao Imperador	1826-1889
675	Correspondência ao Governo Imperial	1823-1825

Série Governo (cont.)

MAÇO	ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO
1066-1	Conselho do Governo (Atas)	1829-1835
1067	Conselho do Governo – Correspondência recebida	1828-1835
1068	Conselho do Governo – Correspondência recebida	1830-1834
1069	Conselho do Governo (Atas)	1833-1834
1069-1	Conselho do Governo (Atas)	1834
1070-2	Conselho Geral da Província	1828-1834
1070-4	Conselho Geral da Província	1830-1834
1070-7	Conselho Geral da Província	1830-1834
1074-1	Abdicação	1831

Série Juizes

MAÇO	LOCALIDADE	PERÍODO
2270	Cachoeira	1823-1831
2271	Cachoeira	1831-1834
2272	Cachoeira	1834-1837

Série Judiciário

MAÇO	ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO
2709	Judiciário - Assuntos	1815-1829
2710	Judiciário - Assuntos	1828-1829
2711	Judiciário - Assuntos	1828-1829
2712	Judiciário - Assuntos	1822-1830
2713	Judiciário - Assuntos	1830-1831
2714	Judiciário - Assuntos	1824-1834

Série Judiciário (cont.)

MAÇO	ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO
2715	Judiciário - Assuntos	1828-1835
2717	Judiciário - Assuntos	1830-1839
2718	Judiciário - Assuntos	1832-1839
2845	Revoltas	1822-1826
2851	Revolução Mata Marôtos (Nazaré)	1823-1828
2852	Revolução Mata Marôtos	1831
2853	Sublevação do Porto do Mar	1833
2859	Sublevação Vila Nova da Rainha	1833
2860	Sublevações	1822-1826
2861-1	Sedições	1831
2867	Levante de 1831	1831

Série Câmara

MAÇO	LOCALIDADE	PERÍODO
1269	Cachoeira	1823-1835
1270	Cachoeira	1836-1844
1395	Salvador	1824-1835

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCIOLI, Inácio, *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*, Anotado por Braz do Amaral. Salvador. 1919-40.
- AGUIAR, Pinto de. "A campanha da Independência na Bahia – Aspectos Econômicos e Financeiros", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, nº 86, 1976/77.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazarra nas ruas. Comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*, São Paulo, 1999.
- AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*, 2ª Ed., Salvador, Progresso, 1957.
- ARAS, Lina Maria Brandão de. "A Santa Federação Imperial - Bahia. 1831 - 1833", Universidade de São Paulo, 1995.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. "Le politique et l' Economique dans une Societé Esclavagiste: Bahia, 1820 a 1889", Universidade de Paris Sorbonne , 1992.
- BITTENCOURT, Clemente Mariani. "O Novo Iphito, Intrépido Ribeiro", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, nº 86, 1976/77.
- BRITO, João Rodrigues de. *Cartas econômico-políticas sobre a agricultura e o comércio da Bahia*, Salvador, APEB, 1985.
- CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida Econômico-financeira da Bahia – elementos para a história de 1808 a 1899*. Salvador: Fundação de Pesquisas, CPE, 1979.
- CASTRO, Dínora A. Berbert. "Ref. Filosóficas de um Doutorando em Prol do Soldado Brasileiro", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, nº 86, 1976/77.
- CAVALCANTI, Zélia. "O Processo de Independência na Bahia", in: Carlos G. Mota (org.), *1822: Dimensões*, São Paulo, 1972.
- _____, "O processo de independência na Bahia". in Carlos Guilherme Mota (org.) . *1822: Dimensões*. São Paulo.
- DOMINGUES, Carlos Vasconcelos, Lemos, Cícero Bathomarco & Yglesias, Edyala (orgs.). *Animai-vos, povo bahiense! A Conspiração dos Alfaiates*. Salvador: Omar G. Editora, 1999.
- EDELWEISS, Frederico. "A Antroponímia Patriótica da Independência", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, nº 86, 1976/77.
- FERRI, Franco (org.) *Política e História em Gramsci*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FRANÇA, Antônio d'Oliveira Pinto da. *Cartas Baianas – 1821-1824*. São Paulo: Ed. Nacional, Rio de Janeiro: Núcleo Editorial da UERJ, 1980.

Gramsci, Antônio, *O Ressurgimento, Obras Escolhidas*, v.2, Lisboa, Editora Estampa, 1974.

KRAAY, Hendrik, "Soldiers, Officers, and Society: the Army in Bahia, Brazil, 1808-1889". Doutorado, University of Texas at Austin, 1995.

KRAAY, Hendrik, "Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador no século XIX", *Afro-Ásia / UFBA*, Número 23, Salvador, 2000.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos – a guerra dos jornalistas na Independência – 1821-1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Palais Editora, 1978.

MATTOSO, Kátia, "Sociedade e conjuntura na Bahia nos anos de luta pela Independência", *Universitas*, nº 15/16 (maio-dezembro, 1973).

MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia/ Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

MORTON, F. W. ° "The Conservative Revolution of Independence", Tese de Doutorado, Universidade de Oxford, 1974.

MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de Revolução no Brasil – 1789-1801*. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

MOTT, Luiz. "Um documento inédito para a história da Independência", in: C.G. Mota (org.), *1822: dimensões*, São Paulo Perspectiva, 1972.

NOGUEIRA, Octaciano (org.). *Obra Política de José Bonifácio*. Vol. 1. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973.

PONTES, Kátia Vinhático. "Mulatos: políticos e rebeldes baianos". Dissertação de Mestrado, UFBA, 2000.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

REIS, João José, "A elite baiana face os movimentos sociais, Bahia: 1842-1840", in *Revista de História*, número 108, São Paulo, 1976.

_____, " O jogo duro do Dois de Julho: O 'Partido Negro' na Independência da Bahia", in João José Reis e Eduardo Silva (orgs.), *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, 1989.

_____, "Dez anos que abalaram a Bahia: perfil social dos rebeldes baianos, 1824-1833", texto não publicado.

_____, "A Revolta do Povo Fardado: o motim do Batalhão dos Periquitos", texto não publicado.

_____, *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, 1995.

_____, *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835)*. São Paulo. 1986.

RODRIGUES, José Honório. *A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974.

SANTOS, Joel Rufino dos. *O Dia em que o Povo Ganhou*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SENA, Consuelo Pondé de. "A Imprensa Reacionária na Independência – Sentinela Bahiense". Salvador: *Centro de Estudos Baianos/UFBA*, 1983.

SILVA, Cândido da Costa e. *Os Segadores e a Messe – o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCI, EDUFBA, 2000.

SOUZA, Paulo Cesar L. de. "A Revolta da Sabinada – Bahia 1837", Salvador, 1984.

TAVARES, Luis Henrique Dias, "O levante dos Periquitos na Bahia", Salvador. *CEB-UFBA*, 1990.

_____, *A Independência do Brasil na Bahia*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/MEC, 1977.

VIANA, Hildegardes. "Dois de Julho de Bairros", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, nº 86, 1976/77.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Vol. 1. Salvador: Ed. Itapuã, 1969.